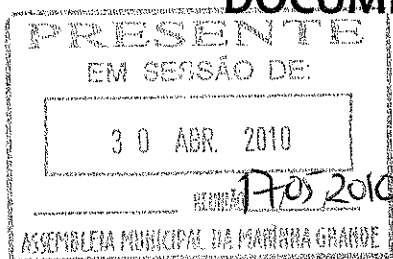





DOCUMENTOS DE PRESTAÇÃO DE CONTAS DE 2009
Município da Marinha Grande
Câmara Municipal



Marinha Grande, Abril 2010

ÍNDICES



Handwritten signatures and initials, including a large stylized 'S', a circled 'D', and other illegible marks.

INDICE

ÍNDICE DE FIGURAS	4
ÍNDICE DE GRÁFICOS	4
ÍNDICE DE QUADROS	4
RELATÓRIO DE GESTÃO	6
1. ANÁLISE ORÇAMENTAL	9
1.1. EXECUÇÃO ORÇAMENTAL DA RECEITA	10
1.1.1. Receitas Correntes	13
1.1.1.1. Impostos Directos	14
1.1.1.2. Impostos Indirectos	15
1.1.1.3. Taxas, Multas e Outras Penalidades	16
1.1.1.4. Rendimentos de Propriedade	17
1.1.1.5. Transferências Correntes	18
1.1.1.6. Venda de Bens e Serviços Correntes	20
1.1.1.7. Outras Receitas Correntes	21
1.1.2. Receitas de Capital	22
1.1.2.1. Venda de Bens de Investimento	23
1.1.2.2. Transferências de Capital	24
1.1.2.3. Passivos Financeiros	26
1.1.2.4. Outras Receitas de Capital	26
1.1.3. Análise de Desvios da Receita em 2009	27
1.2. EXECUÇÃO ORÇAMENTAL DA DESPESA	28
1.2.1. Despesas Correntes	32
1.2.1.1. Despesas com o Pessoal	33
1.2.1.2. Aquisição de Bens e Serviços	34
1.2.1.3. Juros e Outros Encargos	35
1.2.1.4. Subsídios Concedidos	35
1.2.1.5. Transferências Correntes	36
1.2.1.6. Outras Despesas Correntes	37
1.2.2. Despesas de Capital	38
1.2.2.1. Aquisição de Bens de Capital	40
1.2.2.2. Transferências de Capital	40
1.2.2.3. Activos Financeiros	41
1.2.2.4. Passivos Financeiros	41
1.2.2.5. Outras Despesas de Capital	42
1.2.3. Análise de Desvios da Despesa em 2009	43
1.2.4. Despesa por Classificação Orgânica	44
1.2.5. Despesa por Classificação Funcional	49
1.3. POUPANÇA CORRENTE	52
1.4. INDICADORES DE GESTÃO FINANCEIRA	52
1.4.1. Rácios de Cobertura Global das Receitas e Despesas	53
1.4.2. Rácios de Estrutura da Receita	56
1.4.3. Rácios de Estrutura da Despesa	59
1.4.4. Rácios para avaliar a relação dos Fundos Municipais Correntes com Componentes da Despesa Corrente	61
1.4.5. Rácios para avaliar o Prazo Médio de Pagamento	62
2. ANÁLISE PATRIMONIAL	64
2.1. ANÁLISE DAS CONTAS DE CUSTOS	64
2.1.1. Conta 61 – Custo das Mercadorias Vendidas e das Matérias Consumidas (CMVMC)	65
2.1.2. Conta 62 – Fornecimentos e Serviços Externos (FSE)	65
2.1.3. Conta 63 – Transferências e Subsídios Correntes Concedidos e Prestações Sociais	69
2.1.4. Conta 64 – Custos com Pessoal	70
2.1.5. Conta 65 – Custos Operacionais	71
2.1.6. Conta 66 – Amortizações do Exercício	73
2.1.7. Conta 67 – Provisões do Exercício	73
2.1.8. Conta 68 – Custos e Perdas Financeiros	74
2.1.9. Conta 69 – Custos e Perdas Extraordinários	75
2.2. ANÁLISE ÀS CONTAS DE PROVEITOS	77
2.2.1. Conta 71 – Vendas e Prestações de Serviços	78
2.2.2. Conta 72 – Impostos e Taxas	80
2.2.3. Conta 73 – Proveitos Suplementares	80
2.2.4. Conta 74 – Transferências e Subsídios Obtidos	80
2.2.5. Conta 75 – Trabalhos para a própria Entidade	81
2.2.6. Conta 76 – Outros Proveitos e Ganhos Operacionais	82
2.2.7. Conta 78 – Proveitos e Ganhos Financeiros	83
2.2.8. Conta 79 – Proveitos e Ganhos Extraordinários	85

2.3. RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	86
2.4. ANÁLISE DAS DÍVIDAS DE TERCEIROS	86
2.5. ANÁLISE DAS DÍVIDAS A TERCEIROS	87
2.5.1. Médio e Longo Prazo	87
2.5.2. Curto Prazo	88
2.6. INDICADORES DE GESTÃO PATRIMONIAL	89
2.6.1. Rácios de Liquidez	89
2.6.2. Rácio de Solvabilidade	90
2.6.3 Rácio da Autonomia Financeira	91
2.6.4. Rácios de Endividamento	91
2.7. ENDIVIDAMENTO	94
PRESTAÇÃO DE CONTAS	100
1. BALANÇO	101
2. DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS	106
3. MAPAS DE EXECUÇÃO ORÇAMENTAL	108
3.1. CONTROLO ORÇAMENTAL DA RECEITA	109
3.2. CONTROLO ORÇAMENTAL DA DESPESA	121
3.3. RESUMO DA EXECUÇÃO DAS GRANDES OPÇÕES DO PLANO	127
3.4 EXECUÇÃO DO PLANO PLURIANUAL DE INVESTIMENTOS	131
3.5 EXECUÇÃO DO PLANO DE ACTIVIDADES MUNICIPAL	149
3.6. FLUXOS DE CAIXA E CONTAS DE ORDEM	171
3.7. MAPA DAS CONTAS DE ORDEM	189
3.8. OPERAÇÕES DE TESOURARIA	191
4. ANEXOS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	196
4.1. CARACTERIZAÇÃO DA ENTIDADE	198
4.1.1. Identificação	198
4.1.2. – Legislação	198
4.1.3. – Estrutura Organizacional Efectiva	198
4.1.4. – Descrição Sumária das Actividades	200
4.1.5. – Recursos Humanos	200
4.1.6. – Organização Contabilística	200
4.1.7. – Outra Informação Considerada Relevante	202
4.2. NOTAS AO BALANÇO E À DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS	206
4.3. NOTAS SOBRE O PROCESSO ORÇAMENTAL E RESPECTIVA EXECUÇÃO	230
4.3.1. Modificações ao Orçamento da Receita	231
4.3.2. Modificações ao Orçamento da Despesa	239
4.3.3. Modificações ao Plano Plurianual de Investimentos	261
4.3.4. Modificações ao Plano de Actividades Municipais	285
4.3.5. Mapa dos Contratos	313
4.3.6. Transferências Correntes da Despesa	321
4.3.7. Transferências de Capital da Despesa	326
4.3.8. Transferências Correntes da Receita	328
4.3.9. Transferências de Capital da Receita	330
4.3.10. Subsídios Concedidos	332
4.3.11. Activos de Rendimento Fixo	334
4.3.12. Activos de Rendimento Variável	336
4.3.13. Mapa dos Empréstimos	338
4.3.14. Outras Dívidas a Terceiros	340
4.3.15. Outras Documentos	352
4.3.15.1 Norma de Controlo Interno	353
4.2.15.2 Resumo Diário de Tesouraria	373
4.2.15.3 Síntese das Reconciliações Bancárias	376
4.2.15.4 Mapas de Fundo de Maneio	378
4.2.15.5 Funcionários com Participação em Emolumentos e/ou Custas de Execuções Fiscais	380
4.2.15.6 Relação dos Funcionários em Acumulação de Funções	382
4.2.15.7 Relação Nominal dos Responsáveis	384
ENCERRAMENTO E TERMO DE APROVAÇÃO FINAL	386
ENCERRAMENTO	387
TERMO DE APROVAÇÃO FINAL	388

ÍNDICE DE FIGURAS

Figura 1: Organograma dos Serviços Municipais	199
---	-----

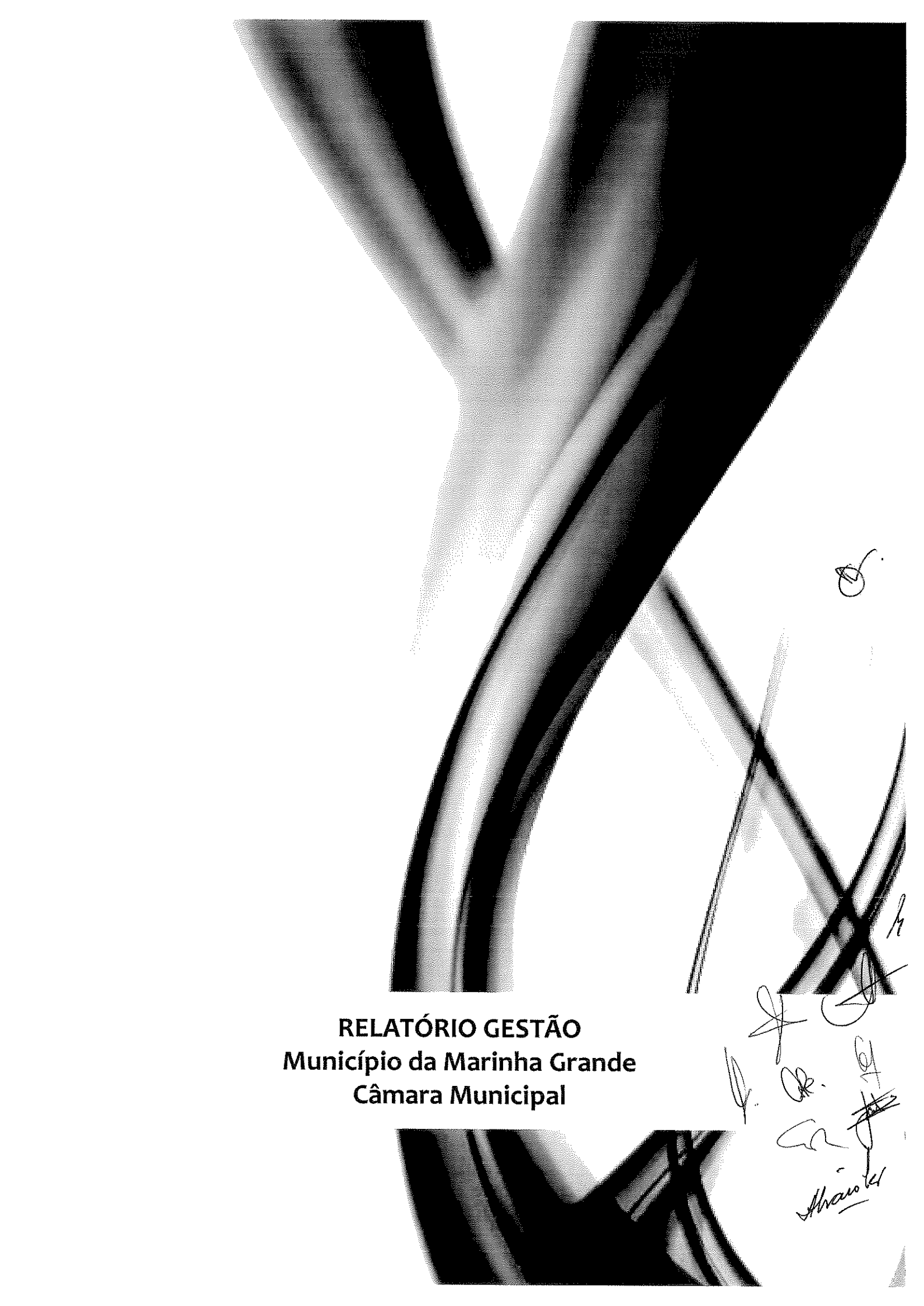
ÍNDICE DE GRÁFICOS

Gráfico 1: Quadro comparativo da evolução da Receita Total, Corrente e de Capital, entre 2005 e 2009	11
Gráfico 2: Estrutura das Receitas Correntes em 2009	14
Gráfico 3: Estrutura das Receitas de Capital em 2009	23
Gráfico 4: Evolução da despesa entre 2005 e 2009	29
Gráfico 5: Despesas com o pessoal por orgânica	46
Gráfico 6: Despesas com a Aquisição de Bens e Serviços por orgânica	47
Gráfico 7: Despesas com a Aquisição de Bens de Capital por orgânica	48
Gráfico 8: Cobertura Global das Despesas	53
Gráfico 9: Cobertura Global das Despesas Correntes	54
Gráfico 10: Cobertura Global das Despesas de Capital	55
Gráfico 11: Cobertura Global das Despesas Totais pelas Receitas Próprias	55
Gráfico 12: Cobertura Global das Despesas Totais pelos Fundos Municipais	56
Gráfico 13: Receitas Próprias	57
Gráfico 14: Receitas Locais	57
Gráfico 15: Passivos Financeiros	58
Gráfico 16: Venda de Bens e de Serviços Correntes e de Investimento	58
Gráfico 17: Despesa de Capital	59
Gráfico 18: Despesas com Pessoal	60
Gráfico 19: Aquisição de Bens e Serviços Correntes	60
Gráfico 20: Encargos Financeiros	61
Gráfico 21: Evolução das Transferências e Subsídios Correntes Concedidos	69
Gráfico 22: Evolução dos Custos com o Pessoal	70
Gráfico 23: Evolução dos Custos Operacionais	71
Gráfico 24: Evolução dos Custos com Amortizações do Exercício	73
Gráfico 25: Evolução das Provisões	73
Gráfico 26: Evolução dos Custos e Perdas Financeiros	75
Gráfico 27: Evolução dos Custos Extraordinários	76
Gráfico 28: Distribuição das Transferências de Capital	77
Gráfico 29: Evolução das Vendas e Prestações de Serviços	78
Gráfico 30: Distribuição dos Proventos relativos a "Outros Serviços"	79
Gráfico 31: Evolução dos Impostos e Taxas	80
Gráfico 32: Evolução das Transferências e Subsídios Obtidos	81
Gráfico 33: Evolução dos Trabalhos para a Própria Entidade	82
Gráfico 34: Evolução dos Outros Proventos e Ganhos Operacionais	83
Gráfico 35: Evolução dos Proventos e Ganhos Financeiros	84
Gráfico 36: Evolução dos Proventos e Ganhos Extraordinários	85

ÍNDICE DE QUADROS

Quadro 1: Dotações Iniciais de 2009	9
Quadro 2: Dotações Corrigidas de 2009	9
Quadro 3: Comparação entre Orçamento Inicial, Final e Executado	9
Quadro 4: Evolução das Receitas Totais entre 2005 e 2009	10
Quadro 5: Quadro da Estrutura da Receita, 2008 e 2009	12
Quadro 6: Evolução das Receitas Correntes entre 2005 e 2009	13
Quadro 7: Evolução dos Impostos Directos entre 2005 e 2009	14
Quadro 8: Evolução dos Impostos Directos, Desagregados, entre 2005 e 2009	15
Quadro 9: Evolução dos Impostos Indirectos entre 2005 e 2009	16
Quadro 10: Evolução das Taxas, Multas e Outras Penalidades entre 2005 e 2009	16
Quadro 11: Evolução dos Rendimentos de Propriedade entre 2005 e 2009	17
Quadro 12: Evolução das Transferências Correntes entre 2005 e 2009	20
Quadro 13: Evolução da Venda de Bens e Serviços entre 2005 e 2009	21
Quadro 14: Evolução de Outras Receitas Correntes entre 2005 e 2009	21
Quadro 15: Evolução das Receitas de Capital entre 2005 e 2009	22
Quadro 16: Evolução da Venda de Bens de Investimento entre 2005 e 2009	24
Quadro 17: Evolução das Transferências de Capital entre 2005 e 2009	25
Quadro 18: Candidaturas do Município da Marinha Grande	25
Quadro 19: Evolução de Passivos Financeiros entre 2005 e 2009	26
Quadro 20: Evolução de Outras Receitas de Capital entre 2005 e 2009	26
Quadro 21: Quadro dos Desvios das Receitas em 2009	27
Quadro 22: Evolução das Despesas Totais	28

Quadro 23: Estrutura da Despesa em 2008 e 2009	31
Quadro 24: Evolução das Despesas Correntes entre 2005 e 2009	32
Quadro 25: Índice de Pagamento e Índice de Realização	33
Quadro 26: Evolução das Despesas com pessoal entre 2005 e 2009	34
Quadro 27: Evolução das Despesas com Aquisição de Bens e Serviços entre 2005 e 2009	34
Quadro 28: Evolução das Despesas com Juros e Outros Encargos entre 2005 e 2009	35
Quadro 29: Evolução das Despesas com Subsídios Concedidos entre 2005 e 2009	36
Quadro 30: Evolução das Despesas com Transferências Correntes entre 2005 e 2009	37
Quadro 31: Evolução de Outras Despesas Correntes entre 2005 e 2009	38
Quadro 32: Evolução das Despesas de Capital entre 2005 e 2009	38
Quadro 33: Índice de Pagamento e Índice de Realização	39
Quadro 34: Evolução das Despesas com Aquisição de Bens de Capital entre 2005 e 2009	40
Quadro 35: Evolução das Despesas com Transferências de Capital entre 2005 e 2009	40
Quadro 36: Evolução das Despesas com Passivos Financeiros entre 2005 e 2009	42
Quadro 37: Evolução das Despesas com Passivos Financeiros entre 2005 e 2009	42
Quadro 38: Quadro dos Desvios	43
Quadro 39: Resumo das despesas segundo a classificação orgânica/económica	45
Quadro 40: Despesa por Classificação Funcional	50
Quadro 41: Evolução da Poupança Corrente	52
Quadro 42: Rácios de Cobertura Global das Receitas e Despesas	53
Quadro 43: Rácios de Estrutura da Receita	56
Quadro 44: Rácios de Estrutura da Despesa	59
Quadro 45: Rácios para avaliar a relação dos Fundos Municipais Correntes com Componentes da Despesa Corrente	61
Quadro 46: Prazo Médio de Pagamento	62
Quadro 47: Evolução dos custos totais	64
Quadro 48: Evolução dos custos globais nos últimos quatro anos	65
Quadro 49: Evolução dos CMVMC	65
Quadro 50: Evolução dos Fornecimentos e Serviços Externos	66
Quadro 51: Comparação da evolução dos custos com a subcontratação versus FSE	66
Quadro 52: Distribuição dos Custos com Subcontratos	67
Quadro 53: Distribuição dos Custos com Fornecimentos e Serviços	68
Quadro 54: Destino das Transferências Correntes	69
Quadro 55: Distribuição dos Custos com o Pessoal	70
Quadro 56: Componentes da rubrica Remunerações	71
Quadro 57: Discriminação dos Custos Operacionais	72
Quadro 58: Discriminação das Provisões	74
Quadro 59: Distribuição dos Custos Financeiros	75
Quadro 60: Distribuição dos Juros Suportados	75
Quadro 61: Distribuição dos Custos Extraordinários	76
Quadro 62: Evolução dos Proveitos	77
Quadro 63: Evolução global dos proveitos	78
Quadro 64: Distribuição dos Proveitos de Vendas de Bens e Prestações de Serviços	78
Quadro 65: Distribuição dos Proveitos de Vendas de Bens	79
Quadro 66: Distribuição dos Proveitos de Prestação de Serviços	79
Quadro 67: Distribuição das Transferências e Subsídios Obtidos	81
Quadro 68: Distribuição dos Trabalhos para a própria entidade	82
Quadro 69: Distribuição dos Outros Proveitos e Ganhos Operacionais	83
Quadro 70: Distribuição dos Proveitos e Ganhos Financeiros	84
Quadro 71: Distribuição dos Outros Proveitos e Ganhos Extraordinários	85
Quadro 72: Evolução do Resultado Líquido do Exercício	86
Quadro 73: Dívidas de Terceiros de Curto Prazo	86
Quadro 74: Dívidas de Terceiros de Curto Prazo – Detalhado	87
Quadro 75: Dívidas a Terceiros de Médio e Longo Prazo	87
Quadro 76: Dívidas a Terceiros de Curto Prazo	88
Quadro 77: Dívidas a Terceiros de Curto Prazo – Detalhado	88
Quadro 78: Resumo da Evolução das Dívidas a e de Terceiros, 2006-2009	89
Quadro 79: Liquidez Geral	89
Quadro 80: Liquidez Reduzida	90
Quadro 81: Liquidez Imediata	90
Quadro 82: Rácio de Solvabilidade	91
Quadro 83: Rácio da Autonomia Financeira	91
Quadro 84: Rácio do Endividamento	91
Quadro 85: Rácio do Endividamento - Empréstimos de Médio e Longo Prazo	92
Quadro 86: Limites de Endividamento Municipal de 2009	94
Quadro 87: Activos e Passivos Financeiros	95
Quadro 88: Endividamento de Médio e Longo Prazos	96
Quadro 89: Apuramento da Situação de Endividamento do Município Marinha Grande a 31.12.2009	97
Quadro 90: Síntese do Endividamento a 31.12.2009	99



RELATÓRIO GESTÃO
Município da Marinha Grande
Câmara Municipal

[Handwritten signatures and initials]

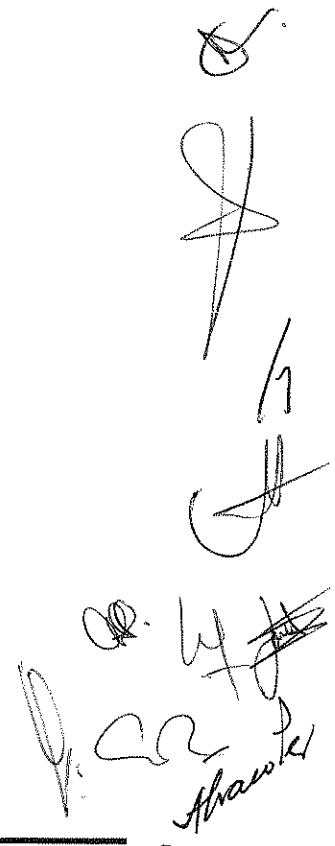
[Handwritten signature: Alvaro]

Nos termos do disposto no Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais, adiante designado por POCAL, aprovado pelo Decreto-lei n.º 54-A/99 de 22 de Fevereiro, o Relatório de Gestão faz parte integrante dos documentos de prestação de contas dos Municípios.

Com o presente relatório pretende-se:

- Apresentar o nível de execução das receitas e das despesas do ano de 2009 e a sua comparação com os anos transactos, desde 2005.
- Apresentar uma análise da situação económica do Município, através da demonstração da evolução dos custos e dos proveitos desde o ano de 2005, inclusive.
- Apresentar uma análise da situação financeira da Autarquia, com apresentação de indicadores que permitam uma análise do Balanço e da Demonstração de Resultados.

Face ao exposto apresentam-se de seguida os Documentos de Prestação de Contas do Município da Marinha Grande, relativos ao ano de 2009.



Handwritten signatures and initials in the bottom right corner of the page, including a large stylized signature and several smaller initials.

ANÁLISE ORÇAMENTAL



Handwritten signatures and initials are visible on the right side of the page, including a large signature at the top, a date '1/4', and several other initials and signatures below it.

1. ANÁLISE ORÇAMENTAL

A análise à execução orçamental permite aferir qual o nível de execução dos documentos previsionais aprovados na Sessão da Assembleia Municipal do dia 30 de Dezembro de 2008, bem como identificar quais as modificações efectuadas aos mesmos, apurando-se os desvios entre o orçamento inicial e o orçamento final.

Quadro 1: Dotações Iniciais de 2009

DOTAÇÕES INICIAIS 2009			
RECEITAS	MONTANTE	DESPESAS	MONTANTE
Correntes	18.981.624,87 €	Correntes	18.806.692,19 €
Capital	16.447.445,94 €	Capital	16.622.383,62 €
Outras Receitas	5,00 €	Outras Despesas	
TOTAL GERAL	35.429.075,81 €	TOTAL GERAL	35.429.075,81 €

Ao longo do ano económico de 2009, foram elaboradas dezoito modificações aos documentos previsionais inicialmente aprovados, das quais duas revisões e dezasseis alterações. Como consequência das referidas modificações, as dotações e previsões corrigidas a 31.12.2009 são as reflectidas no quadro seguinte.

Quadro 2: Dotações Corrigidas de 2009

DOTAÇÕES CORRIGIDAS 2009			
RECEITAS	MONTANTE	DESPESAS	MONTANTE
Correntes	18.992.413,06 €	Correntes	18.817.480,38 €
Capital	13.866.376,80 €	Capital	16.622.383,62 €
Outras Receitas	2.581.074,14 €	Outras Despesas	0
TOTAL GERAL	35.439.864,00 €	TOTAL GERAL	35.439.864,00 €

Face aos valores apresentados, e comparando o orçamento inicial, o final e o executado, apuram-se os desvios ocorridos e a execução dos documentos previsionais, conforme análise constante do quadro seguinte.

Quadro 3: Comparação entre Orçamento Inicial, Final e Executado

COMPARAÇÃO ENTRE ORÇAMENTO INICIAL, FINAL E EXECUTADO						
	ORÇAMENTO			TAXA DE EXECUÇÃO	DESVIO (FINAL E INICIAL)	DESVIO (EXECUTADO E FINAL)
	INICIAL	FINAL	EXECUTADO			
RECEITAS						
Correntes	18.981.624,87 €	18.992.413,06 €	18.154.741,28 €	95,59%	10.788,19 €	837.671,78 €
Capital	16.447.445,94 €	13.866.376,80 €	1.904.224,28 €	13,73%	- 2.581.069,14 €	11.962.152,52 €
Outras Receitas (*)	5,00 €	2.581.074,14 €	56.104,82 €	2,17%	2.581.069,14 €	2.524.969,32 €
TOTAL GERAL	35.429.075,81 €	35.439.864,00 €	20.115.070,38 €	56,76%	10.788,19 €	15.324.793,62 €
DESPESAS						
Correntes	18.806.692,19 €	18.817.480,38 €	15.594.357,29 €	82,87%	10.788,19 €	3.223.123,09 €
Capital	16.622.383,62 €	16.622.383,62 €	6.769.615,55 €	40,73%	- €	9.852.768,07 €
Outras Despesas						
TOTAL GERAL	35.429.075,81 €	35.439.864,00 €	22.363.972,84 €	63,10%	10.788,19 €	13.075.891,16 €

(*) A interpretação dos desvios apurados nesta rubrica entre as Previsões Iniciais, Corrigidas e Executadas deve considerar o valor do Saldo da Gerência anterior, 2.581.069,14 euros, o qual não foi executado e daí os desvios serem elevados.

Da análise do quadro anterior podemos aferir que, quando comparado com o orçamento inicial, o orçamento final regista um aumento de 10.788,19 euros, ao longo do ano de 2009, o que corresponde a 0,03%.

No ano de 2009, a execução do orçamento da receita foi de cerca de 57% e a do orçamento da despesa foi de cerca de 63%.

No que respeita à receita, a execução orçamental da receita corrente apresentou uma taxa de execução de 95,59%, enquanto que a execução orçamental da receita de capital foi de 13,73%.

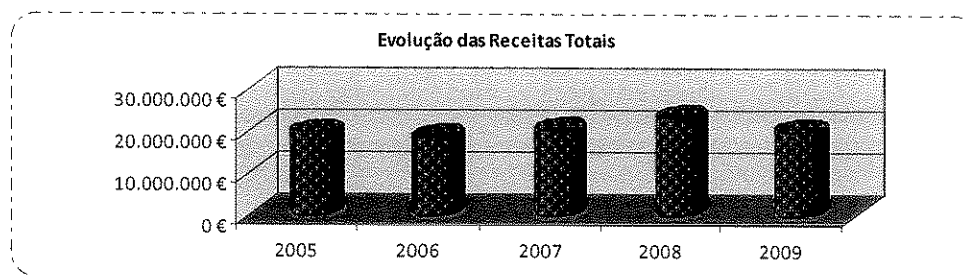
Relativamente à despesa, verifica-se que a execução orçamental das despesas correntes apresentam uma taxa de execução de 82,87%, enquanto que a execução orçamental das despesas de capital foi de 40,73%.

1.1. EXECUÇÃO ORÇAMENTAL DA RECEITA

No ano de 2009, o montante global da receita arrecadada foi de 20.115.070 euros, o que representa um decréscimo de cerca de 13,8% relativamente ao ano de 2008, na qual se tinha verificado um montante de receita cobrada de 23.339.396 euros, ano em que se confirmava a tendência de aumento verificado desde 2007.

Quadro 4: Evolução das Receitas Totais entre 2005 e 2009

	2005	2006	2007	2008	2009
Receitas Totais	19.802.300 €	18.643.282 €	20.430.402 €	23.339.396 €	20.115.070 €



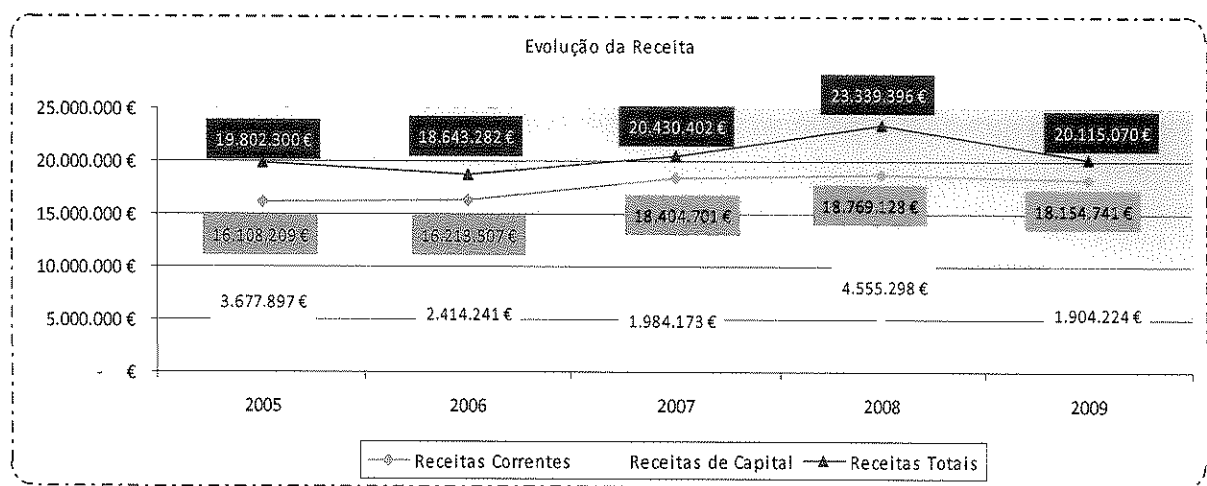
	2005	%	2006	%	2007	%	2008	%	2009	%	Varição
Receitas Correntes	16.108.209 €	81,3%	16.213.507 €	87,0%	18.404.701 €	90,1%	18.769.128 €	80,4%	18.154.741 €	90,3%	-3,3%
Receitas de Capital	3.677.897 €	18,6%	2.414.241 €	12,9%	1.984.173 €	9,7%	4.555.298 €	19,5%	1.904.224 €	9,5%	-58,2%
Reposições não Abatidas nos Pagamentos	16.194 €	0,1%	15.534 €	0,1%	41.528 €	0,2%	14.970 €	0,1%	56.105 €	0,3%	274,8%
Total da Receita	19.802.300 €	100%	18.643.282 €	100%	20.430.402 €	100%	23.339.396 €	100%	20.115.070 €	100%	-13,8%

O total das Receitas Correntes arrecadadas no ano de 2009 foi de 18.154.741 euros, registando-se um decréscimo de cerca de 3% quando comparado com o ano de 2008, no qual o montante global da Receita Corrente foi de 18.769.128 €.

O total das Receitas de Capital arrecadadas no ano de 2009 registam um decréscimo de 58,2% face ao ano transacto, tendo sido cobrado o montante global de 1.904.224 euros, enquanto que no ano de 2008 o total das receitas de capital arrecadadas nos cofres da tesouraria municipal ascendia a 4.555.298 euros.

O gráfico seguinte apresenta a evolução da Receita Total, Corrente e de Capital, nos últimos 5 anos.

Gráfico 1: Quadro comparativo da evolução da Receita Total, Corrente e de Capital, entre 2005 e 2009



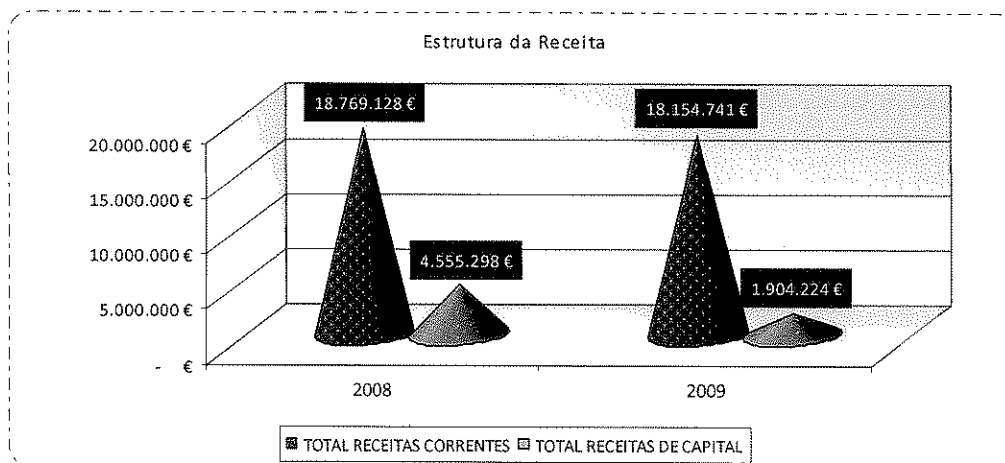
As Receitas Correntes apresentam uma evolução positiva nos anos de 2006 a 2008, sendo que é neste último ano que se registou o montante de receita corrente arrecadado mais elevado, para o período em análise. No ano de 2009 verifica-se uma inversão dessa tendência de crescimento ao registar-se um decréscimo da receita arrecadada de cerca de 3%, a que corresponde, em termos absolutos, a 614.387 euros.

No que respeita às Receitas de Capital, estas apresentam no período de 2005 a 2007 uma tendência de crescimento negativa. Em 2008 assistiu-se a uma inversão dessa tendência, atento o aumento verificado de cerca de 130%. No entanto, no ano de 2009 regista-se novamente um decréscimo na receita de capital arrecadada, sendo que é neste ano que se regista a execução orçamental mais baixa no período em análise, com um total de receita arrecadado de 1.904.224 euros.

Os quadros e gráficos seguintes apresentam a estrutura da receita, atenta a sua execução orçamental no ano de 2009, comparando-a com a do ano transacto.

Quadro 5: Quadro da Estrutura da Receita, 2008 e 2009

DESIGNAÇÃO	2008			2009		
	VALOR	ESTRUTURA		VALOR	ESTRUTURA	
		Parcelar	Global		Parcelar	Global
RECEITAS CORRENTES						
Impostos Directos	7.865.574 €	41,91%	33,70%	6.227.618 €	34,30%	30,96%
Impostos Indirectos	96.439 €	0,51%	0,41%	306.926 €	1,69%	1,53%
Taxas, Multas e Outras Penalidades	106.594 €	0,57%	0,46%	63.031 €	0,35%	0,31%
Rendimentos de Propriedade	227.549 €	1,21%	0,97%	136.156 €	0,75%	0,68%
Transferências Correntes	5.163.557 €	27,51%	22,12%	5.364.456 €	29,55%	26,67%
Venda de Bens e Serviços Correntes	5.283.281 €	28,15%	22,64%	5.926.414 €	32,64%	29,46%
Outras Receitas Correntes	26.134 €	0,14%	0,11%	130.140 €	0,72%	0,65%
TOTAL RECEITAS CORRENTES	18.769.128 €	100%	80%	18.154.741 €	100%	90%
RECEITAS DE CAPITAL						
Venda de Bens de Investimento	26.753 €	0,59%	0,11%	12.076 €	0,63%	0,06%
Transferências de Capital	4.524.689 €	99,33%	19,39%	1.884.961 €	98,99%	9,37%
Activos Financeiros						
Passivos Financeiros (Empréstimos MLP)						
Outras Receitas de Capital	3.856 €	0,08%	0,02%	7.188 €	0,38%	0,04%
TOTAL RECEITAS DE CAPITAL	4.555.298 €	100%	20%	1.904.224 €	100%	10%
Outras Reposições Não Abatidas aos Pagamentos	14.970 €			56.105 €		
TOTAL DA RECEITA	23.339.396 €		100%	20.115.070 €		100%



No ano de 2009 o total das Receitas Correntes representam 90% das Receitas Totais cobradas e o total das Receitas de Capital 10%, pelo que fazendo uma análise comparativa verifica-se que o peso das Receitas Correntes no total das receitas arrecadadas no ano de 2009 é superior em 10%, relativamente ao ano transacto, em que o total das Receitas Correntes representaram 80% do orçamento e as receitas de capital 20%.

A análise à estrutura da receita permite-nos aferir que as rubricas que têm um peso mais significativo no total das Receitas Correntes no ano de 2009 são os Impostos Directos (34,30%), Venda de Bens e Serviços Correntes (32,64%) e Transferências Correntes (29,55%).

Comparando a análise da estrutura da receita corrente de 2009 com o ano transacto, verifica-se que a mesma não foi alterada.

Analisando a estrutura da Receita de Capital, verifica-se que a rubrica Transferências de Capital apresenta um peso muito significativo quer em 2008 (99,33%) quer em 2009 (98,99%), advindo destas praticamente a totalidade das Receitas de Capital arrecadadas pelo Município da Marinha Grande no ano de 2009.

1.1.1. Receitas Correntes

O total das Receitas Correntes apresenta um aumento relativamente constante ao longo dos últimos anos, sendo que no ano de 2009 se verifica a inversão desta tendência ao apresentar um decréscimo de cerca de 3%. O decréscimo da Receita Corrente está directamente relacionado com a diminuição registada na classificação Taxas, Tarifas, Multas e Outras Penalidades (-40,87%), Rendimentos de Propriedade (-40,16%) e Impostos Directos (-20,82%).

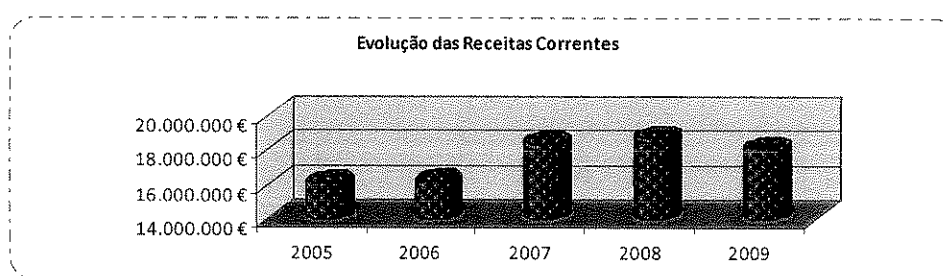
As classificações económicas de Outras Receitas Correntes e Impostos Indirectos apresentam uma evolução favorável quando comparadas com o ano transacto, 397,98% e 218,26%, respectivamente.

Considerando que a previsão corrigida das Receitas Correntes é de 18.992.413 euros e que a execução global ascende a 18.154.741 euros, a taxa de execução destas é 95,6%.

A execução orçamental da receita corrente em 2009 regista um decréscimo de cerca de 3% quando comparada com o ano anterior.

Quadro 6: Evolução das Receitas Correntes entre 2005 e 2009

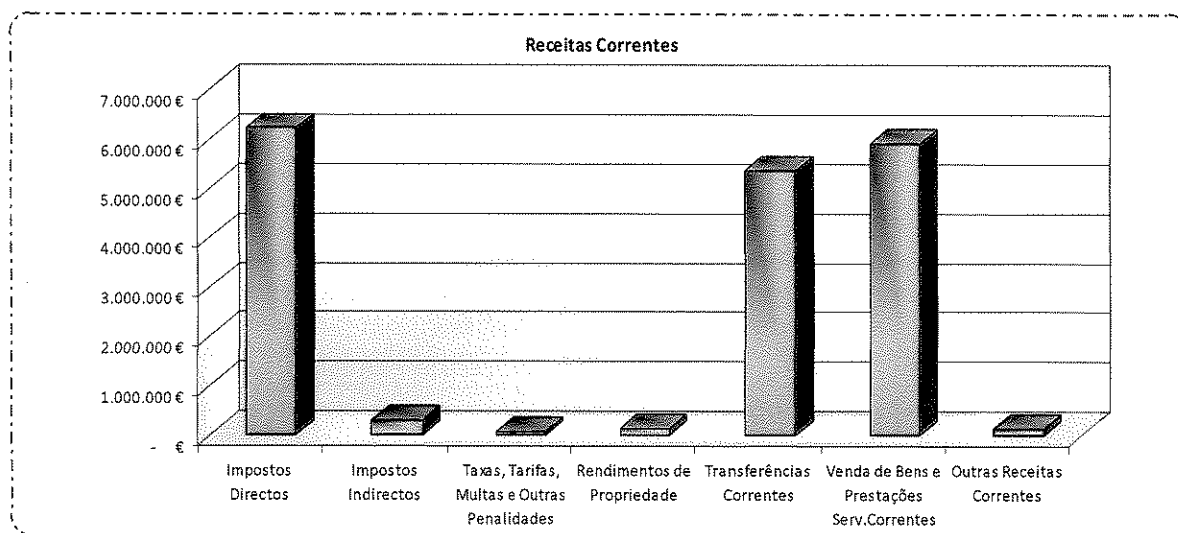
	2005	2006	2007	2008	2009
Receitas Correntes	16.108.209 €	16.213.507 €	18.404.701 €	18.769.128 €	18.154.741 €



	2005		2006		2007		2008		2009		Variação
Impostos Directos	6.229.716 €	38,67%	6.042.329 €	37,27%	7.287.685 €	39,60%	7.865.574 €	41,91%	6.227.618 €	34,30%	-20,82%
Impostos Indirectos	351.934 €	2,18%	260.661 €	1,61%	161.287 €	0,88%	96.439 €	0,51%	306.926 €	1,69%	218,26%
Taxas, Tarifas, Multas e Outras Penalidades	143.360 €	0,89%	82.478 €	0,51%	104.685 €	0,57%	106.594 €	0,57%	63.031 €	0,35%	-40,87%
Rendimentos de Propriedade	113.979 €	0,71%	158.607 €	0,98%	201.602 €	1,10%	227.549 €	1,21%	136.156 €	0,75%	-40,16%
Transferências Correntes	3.985.763 €	24,74%	3.938.284 €	24,29%	4.882.059 €	26,53%	5.163.557 €	27,51%	5.364.456 €	29,55%	3,89%
Venda de Bens e Prestações Serv. Correntes	5.268.427 €	32,71%	5.568.965 €	34,35%	5.631.280 €	30,60%	5.283.281 €	28,15%	5.926.414 €	32,64%	12,17%
Outras Receitas Correntes	15.030 €	0,09%	162.184 €	1,00%	136.103 €	0,74%	26.134 €	0,14%	130.140 €	0,72%	397,98%
TOTAL	16.108.209 €	100%	16.213.507 €	100%	18.404.701 €	100%	18.769.128 €	100%	18.154.741 €	100%	-3,27%

O gráfico seguinte demonstra a estrutura da execução da Receita Corrente em 2009, a qual será desenvolvida nos pontos seguintes.

Gráfico 2: Estrutura das Receitas Correntes em 2009



1.1.1.1. Impostos Directos

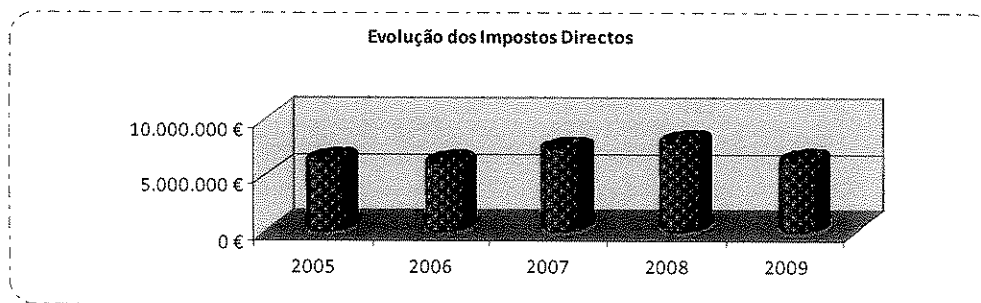
Os Impostos Directos representam 34,30% do total das Receitas Correntes arrecadadas em 2009 e 30,96% do total geral das Receitas do Município.

Considerando que a previsão inicial e corrigida da rubrica de Impostos Directos era de 7.282.199 euros e que a execução foi de 6.227.618 euros, podemos aferir da existência de um desvio entre as receitas previstas no orçamento corrigido e as executadas de cerca de 14%, dada a arrecadação de menos 1.054.581 euros.

A receita proveniente de Impostos Directos registou um decréscimo de 21%, relativamente ao ano de 2008, sendo que no ano de 2009 o montante de receita arrecadado ascendeu a 6.227.618 euros, dos quais 2.556 euros respeitam a Contribuição Autárquica, 632.131 euros a Imposto Único de Circulação, 4.805 euros a Imposto Municipal de SISA, 1.020.097 euros a Derrama, 3.303.065 euros a Imposto Municipal sobre Imóveis e 1.264.965 euros a Imposto Municipal sobre as Transmissões de Imóveis.

Quadro 7: Evolução dos Impostos Directos entre 2005 e 2009

	2005	2006	2007	2008	2009
Impostos Directos	6.229.716 €	6.042.329 €	7.287.685 €	7.865.574 €	6.227.618 €



De seguida apresenta-se um mapa comparativo da evolução da receita cobrada por tipo de imposto directo, nos anos de 2005 a 2009.

Quadro 8: Evolução dos Impostos Directos, Desagregados, entre 2005 e 2009

IMPOSTOS DIRECTOS	2005	2006	2007	2008	2009
Imposto Municipal sobre Imóveis	2.699.578 €	2.957.346 €	3.189.497 €	3.395.554 €	3.303.065 €
Imposto Único de Circulação				555.569 €	632.131 €
Imposto Municipal sobre Transmissões	1.711.478 €	1.386.629 €	2.324.425 €	2.540.806 €	1.264.965 €
Derrama	796.454 €	965.260 €	885.370 €	1.250.855 €	1.020.097 €
Contribuição Autárquica	112.432 €	48.967 €	18.262 €	15.272 €	2.556 €
Imposto Municipal de SISA	420.904 €	130.818 €	284.944 €	107.518 €	4.805 €
Imposto Municipal sobre Veículos	488.870 €	553.310 €	580.724 €		
Impostos Directos Diversos	- €	- €	4.463 €	- €	- €
Impostos Directos	6.229.716 €	6.042.329 €	7.287.685 €	7.865.574 €	6.227.618 €

1.1.1.2. Impostos Indirectos

Os Impostos Indirectos são aqueles que recaem exclusivamente sobre o sector produtivo, incidindo sobre a produção, a venda, a compra ou a utilização de bens e serviços, os quais devem ser imputados aos custos de exploração dos agentes pagadores.

São classificados como Impostos Indirectos, as receitas que revistam a forma de taxas, licenças, emolumentos ou outras, pagas por unidades empresariais.

O somatório da receita cobrada proveniente do licenciamento de actividades em mercados, loteamentos e obras, ocupação da via pública, publicidade, controlo metrológico, entre outras, permite-nos obter o total da receita de Impostos Indirectos arrecadados pela Autarquia.

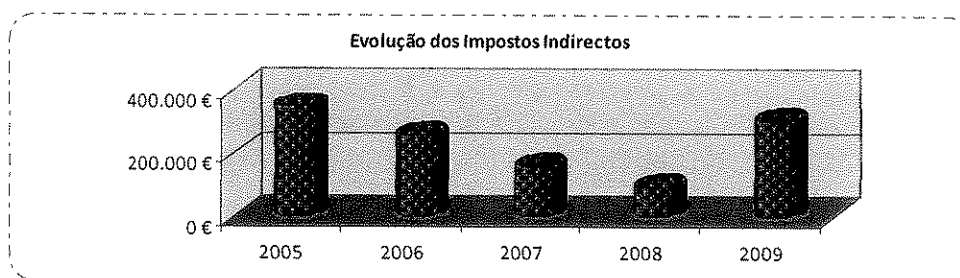
Os Impostos Indirectos representam 1,69% no peso total das Receitas Correntes e 1,53% no total geral da Receita Municipal.

A receita corrigida para esta rubrica era de 134.035 euros, verificando-se uma variação positiva entre a receita prevista e a realizada em 172.890 euros.

No total, a rubrica de Impostos Indirectos apresenta um acréscimo de cerca de 218% relativamente a igual período de 2008, facto directamente relacionado com o aumento da arrecadação de receita na rubrica de Loteamentos e Obras, o qual, no ano de 2009, ascendeu a 251.919 euros, enquanto que em 2008 esse valor foi de 37.425 euros.

Quadro 9: Evolução dos Impostos Indirectos entre 2005 e 2009

	2005	2006	2007	2008	2009
Impostos Indirectos	351.934 €	260.661 €	161.287 €	96.439 €	306.926 €



1.1.1.3. Taxas, Multas e Outras Penalidades

As Taxas, Multas e Outras Penalidades são constituídas pelas receitas pagas por particulares que não constituam unidades empresariais, em contrapartida de serviços recebidos relacionados com a aplicação de regulamentação geral, como no caso de taxas, licenças, emolumentos ou outras.

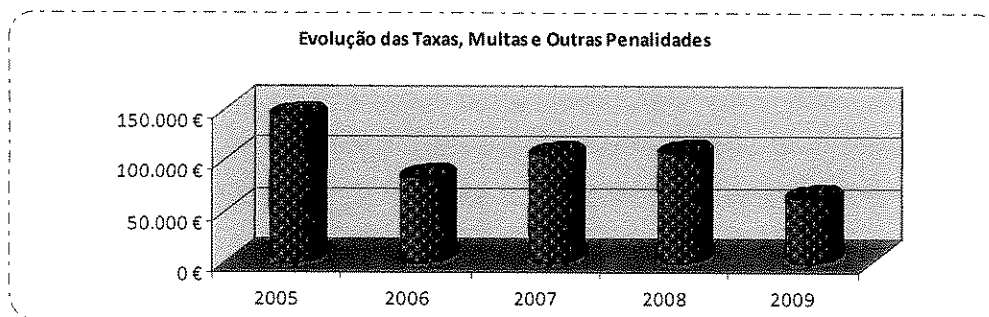
Em 2009, o desvio entre a receita prevista e a realizada foi de -39%, o que corresponde a uma variação negativa de 39.740 euros.

Esta rubrica regista um decréscimo de 41% relativamente a igual período de 2008, o que representa uma variação absoluta negativa de 43.564 euros, sendo que esta se deve essencialmente à diminuição da receita proveniente de Loteamentos e Obras, sendo que a receita arrecadada em 2009 ascendeu a 15.555 euros, enquanto que em 2008 esse valor foi de 51.085 euros.

A receita proveniente de Taxas, Multas e Outras Penalidades representa 0,35% do total das Receitas Correntes e 0,31% no total geral das Receitas do Município.

Quadro 10: Evolução das Taxas, Multas e Outras Penalidades entre 2005 e 2009

	2005	2006	2007	2008	2009
Taxas, Multas e Outras Penalidades	143.360 €	82.478 €	104.685 €	106.594 €	63.031 €



1.1.1.4. Rendimentos de Propriedade

Esta receita engloba os juros de sociedades financeiras, dividendos e participações nos lucros de sociedades, as rendas de terrenos para instalação de infra-estruturas de comunicação, de edifícios e de bens de domínio público.

O total das previsões corrigidas dos Rendimentos de Propriedade foi de 296.416 euros, sendo o montante global de receita arrecadada em 2009 de 136.156 euros, o que representa uma execução orçamental de 45,9%.

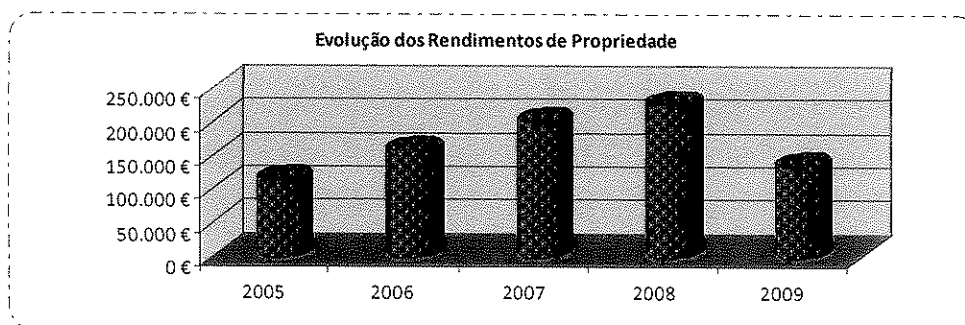
Os Rendimentos de Propriedade representam 0,75% da Receita Corrente do Município e 0,68% do total geral da receita arrecadada no ano de 2009.

De 2008 para 2009 esta receita registou uma diminuição de 40% e uma variação absoluta negativa de 91.392 euros, sendo que esta diminuição se ficou a dever, essencialmente, à diminuição dos rendimentos provenientes de aplicações financeiras, que revestiam a forma de depósitos a prazo de curto prazo, os quais deixaram de ser efectuados a partir de Agosto de 2009, considerando que as disponibilidades de tesouraria registam a partir desta data uma redução significativa, deixando de ser possível a aplicação de montantes avultados em depósitos a prazo.

Assim, importa salientar que no ano de 2009 a receita proveniente da aplicação de disponibilidades em depósitos a prazo ascendeu a 77.059 euros, enquanto que em 2008 o total da receita arrecadada, desta natureza, foi de 171.033 euros.

Quadro 11: Evolução dos Rendimentos de Propriedade entre 2005 e 2009

	2005	2006	2007	2008	2009
Rendimentos de Propriedade	113.979 €	158.607 €	201.602 €	227.549 €	136.156 €



1.1.1.5. Transferências Correntes

As Transferências Correntes representam as verbas transferidas para o Município sem qualquer contrapartida, e são retiradas do rendimento corrente da entidade dadora para financiar despesas correntes da entidade beneficiária. São exemplo deste tipo de transferências por conta do Orçamento de Estado, designadamente o Fundo de Equilíbrio Financeiro, Fundo Social Municipal e Participação Fixa no IRS, bem como outras transferências da Administração Central, para além das que advêm de iniciativas comunitárias.

As Transferências Correntes representam 29,55% das Receitas Correntes arrecadadas em 2009 e 26,67% das receitas totais no mesmo ano.

O montante da receita arrecadada de Transferências Correntes no ano de 2009 foi de 5.364.456 euros, o que representa um aumento de 4% relativamente ao ano transacto.

A Receita Corrente transferida para a Autarquia por conta do Orçamento de Estado foi de 4.533.887 euros.

A previsão corrigida das Transferências Correntes era de 5.456.079 euros, no entanto como a sua execução em 2009 foi de 5.364.456 euros, regista-se um desvio negativo de 2% entre a previsão corrigida e a receita executada, a qual apresenta uma taxa de execução de 98,3%.


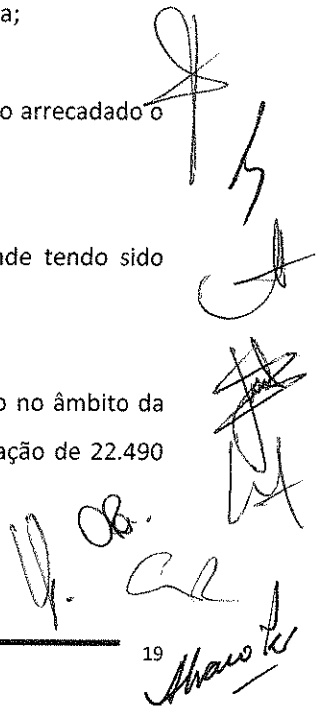
As componentes das transferências correntes que apresenta um desvio negativo menos significativo entre o executado e o estimado são:

1. O Programa de Generalização do Fornecimento de Refeições ao 1.º Ciclo do Ensino Básico, relativos ao ano lectivo 2008/2009, tendo sido prevista a arrecadação de 30.000,00 euros e transferido pela DREC – Direcção Regional de Educação do Centro o montante de 10.843,49 euros.

As transferências que apresentam um desvio negativo mais significativo entre as previsões efectuadas e a receita arrecadada são:

1. O Acordo de colaboração do Pré-Escolar, relativo ao ano lectivo de 2008/2009, na componente de Apoio à Família, em que não foi arrecadada qualquer verba no ano de 2009, sendo que foi prevista a arrecadação de 167.173,00 euros.
2. A candidatura apresentada no âmbito do SAMA – Sistema de Apoio à Modernização Administrativa em que não foi arrecadada qualquer verba no ano de 2009, tendo sido prevista a arrecadação de 21.117,85 euros, sendo de salientar que a despesa prevista nas Grandes Opções do Plano também não registou qualquer execução orçamental.
3. O programa Estágios Profissionais na Administração Pública Local (POPH), para o qual foi prevista a arrecadação de 42.671,50 euros, e apenas arrecadado o montante de 22.636,57 euros.
4. As candidaturas apresentadas no âmbito do Plano de Valorização Ambiental e Turístico de S. Pedro de Moel em que não foi arrecadada qualquer verba no ano de 2009, apesar de ter sido prevista a arrecadação de 10.949,25 euros.

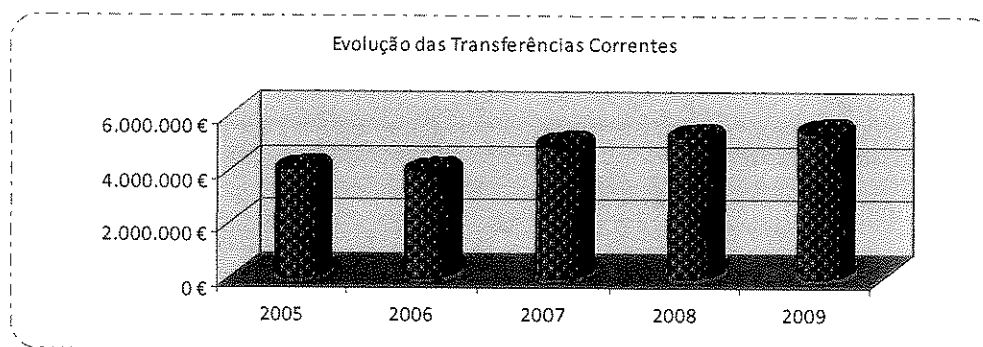
As transferências que apresentam um desvio positivo entre as previsões efectuadas e a receita arrecadada são:

1. O Acordo de Colaboração do Pré-Escolar, relativo ao ano lectivo de 2008/2009, na componente de Pessoal Auxiliar em que foram arrecadados mais 45.398,62 euros do que a previsão orçamentada, 75.600,00 euros. 
 2. O Programa de Generalização do Inglês e Actividades de Enriquecimento Curricular, nos anos lectivos de 2008/2009 e primeiro trimestre de 2009/2010, tendo sido efectuada uma previsão de 307.500,00 euros e arrecadado, atentas as transferências da DREC, o montante de 423.474,22 euros.
 3. A comparticipação da Direcção Geral das Autarquias Locais para os Transportes Escolares em que foi arrecadado o montante de 73.243 euros, mais 13.243 euros que a previsão orçamentada;
 4. O programa de apoio ao funcionamento dos Gabinetes Técnicos Florestais, tendo sido arrecadado o montante de 28.000 euros quando a previsão era de 24.000 euros;
 5. A candidatura ao Plano Orientador de Prevenção do Concelho da Marinha Grande tendo sido arrecadado o valor de 100.228,84 euros, quando a previsão era de 99.712,49 euros;
 6. O Protocolo entre o Ministério do Trabalho e da Solidariedade – ISSS e o Município no âmbito da Comissão de Protecção de Crianças e Jovens em Risco, tendo sido prevista a arrecadação de 22.490 euros e arrecadado o montante de 34.318,62 euros.
- 

Foi ainda estimada a arrecadação de receita no âmbito do Contrato-Programa celebrado com o IPLB – Instituto Português do Livro e das Bibliotecas, no montante de 2.400 euros, tendo sido este o valor efectivamente arrecadado.

Quadro 12: Evolução das Transferências Correntes entre 2005 e 2009

	2005	2006	2007	2008	2009
Transferências Correntes	3.985.763 €	3.938.284 €	4.882.059 €	5.163.557 €	5.364.456 €



1.1.1.6. Venda de Bens e Serviços Correntes

No ano de 2009 o montante global da receita arrecadada por esta rubrica foi de 5.926.414 euros, e em 2008 foi de 5.283.281 euros, o que representa uma variação positiva, em termos absolutos de 643.133 euros face a idêntico período do ano transacto (+12%).

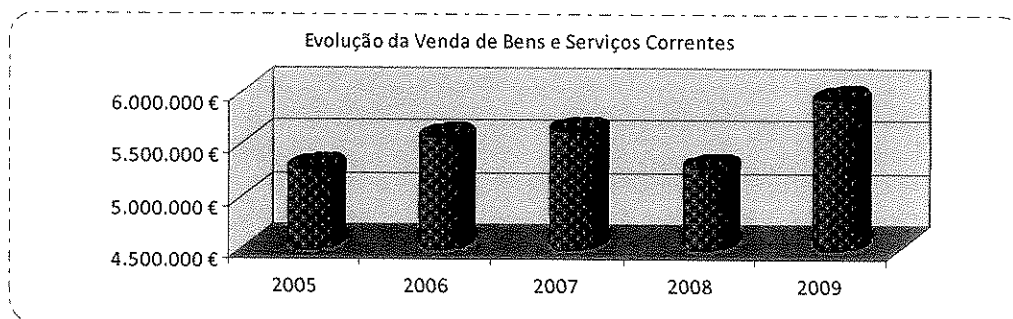
O desvio positivo entre a receita prevista e a receita executada foi de 359.064 euros, o que corresponde a uma taxa de execução orçamental de 106,4%.

O total da Venda de Bens e Serviços Correntes representa 32,64% da Receita Corrente e 29,64% do total geral da receita arrecadada no ano de 2009.

As rubricas mais representativas da Venda de Bens e Serviços Correntes no Município da Marinha Grande, no que respeita ao total da receita arrecadada em 2009 são: consumo de água 1.378.233 euros; tarifa de ligação de saneamento 121.800 euros; tarifa de conservação de saneamento 776.669 euros; resíduos sólidos 825.665 euros; serviços relacionados com fornecimento de água 655.876 euros, dos quais 587.539 euros respeitam à tarifa fixa de disponibilidade; alimentação escolar 245.580 euros; habitação social 77.858 euros e concessão de exploração de baixa tensão à empresa EDP com uma receita de 1.558.221 euros.

Quadro 13: Evolução da Venda de Bens e Serviços entre 2005 e 2009

	2005	2006	2007	2008	2009
Venda de Bens e Serviços Correntes	5.268.427 €	5.568.965 €	5.631.280 €	5.283.281 €	5.926.414 €



De referir que parte do aumento desta rubrica está relacionada com a renda de concessão do contribuinte EDP – Distribuição de Energia, S.A., relativa ao 4.º trimestre de 2008 no montante de 295.531,63 euros, a qual só foi arrecadada em Janeiro de 2009, contrariamente ao que aconteceu nos anos transactos.

1.1.1.7 Outras Receitas Correntes

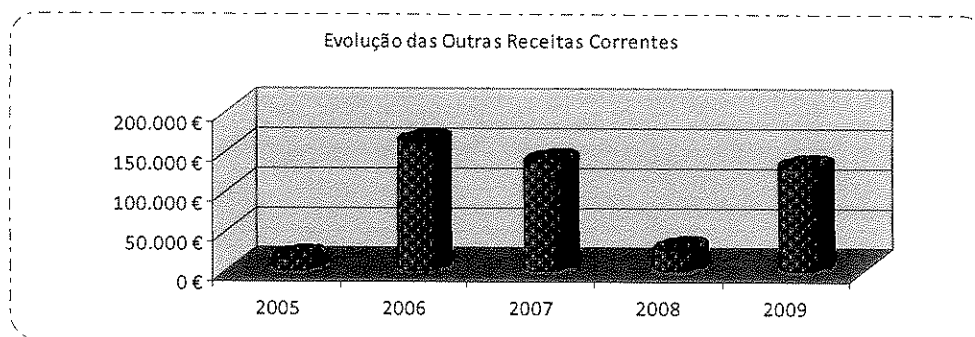
Estamos perante uma classificação da receita residual, que só é utilizada quando a receita a arrecadar não se enquadre nas restantes rubricas.

Em 2009 o montante global de execução das Outras Receitas Correntes foi de 130.140 euros, o que representa um acréscimo de 398% relativamente a 2008, cujo montante de receita arrecadada tinha sido de 26.134 euros.

As Outras Receitas Correntes representam 0,72% do total das Receitas Correntes do ano de 2009 e 0,65% do total geral da Receita.

Quadro 14: Evolução de Outras Receitas Correntes entre 2005 e 2009

	2005	2006	2007	2008	2009
Outras Receitas Correntes	15.030 €	162.184 €	136.103 €	26.134 €	130.140 €



O aumento registado nesta rubrica residual ficou a dever-se essencialmente ao aumento registado nas seguintes classificações económicas:

1. IVA Inversão da Liquidação (08019904): Em 2009 foi executado o montante de 32.357,97 euros, enquanto que no ano de 2008 esse valor ficou pelos 5.413,79 euros, atenta a alteração de contabilização da receita proveniente da dedução do IVA devido pelo adquirente, apenas em Setembro de 2008;

2. Diversas (08019999): Em 2009 foi executado o montante de 97.759,94 euros, enquanto que em 2008 esse valor foi de 20.689,58 euros. A diferença apurada resulta principalmente de acertos efectuados pelo contribuinte EDP – Serviço Universal, S.A. nas facturas de iluminação pública (47.910,57 euros) e à amortização extraordinária dos empréstimos do BPI em virtude do fecho do QCA III pela CCDRC (22.213,80 euros).

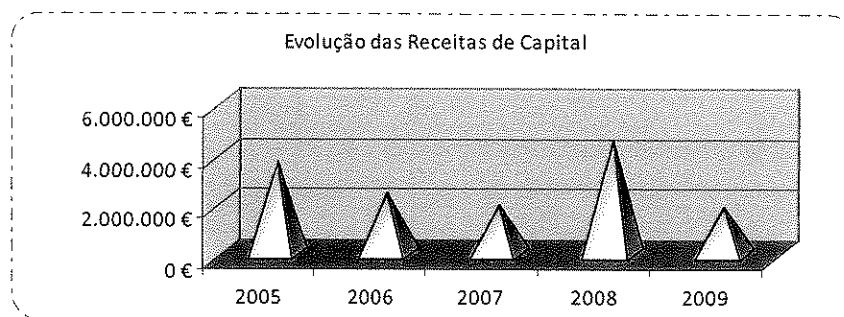
1.1.2. Receitas de Capital

No ano de 2009 o total das Receitas de Capital arrecadadas pelo Município da Marinha Grande foi de 1.904.224 euros o que representa um decréscimo relativamente ao ano de 2008 de 2.651.074 euros, em que o total das receitas arrecadadas foi 4.555.298 euros, pelo que se verifica uma variação negativa de 58%.

De referir que a previsão corrigida da Receita de Capital ascendia a 13.866.377 euros, tendo sido executado cerca de 14% deste valor.

Quadro 15: Evolução das Receitas de Capital entre 2005 e 2009

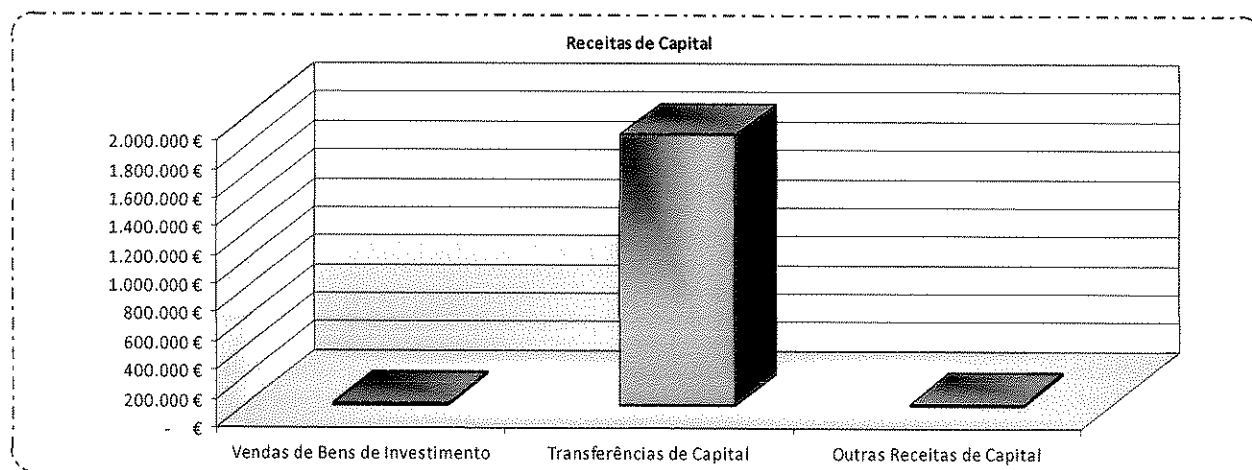
	2005	2006	2007	2008	2009
Receitas de Capital	3.677.897 €	2.414.241 €	1.984.173 €	4.555.298 €	1.904.224 €



	2005	2006	2007	2008	2009	Varição
Vendas de Bens de Investimento	96.808 € 2,63%	58.706 € 2,43%	39.692 € 2,00%	26.753 € 0,59%	12.076 € 0,63%	-54,86%
Transferências de Capital	3.573.466 € 97,16%	2.354.290 € 97,52%	1.920.110 € 96,77%	4.524.689 € 99,33%	1.884.961 € 98,99%	-58,34%
Activos Financeiros	- € 0,00%	- € 0,00%	- € 0,00%	- € 0,00%	- € 0,00%	
Passivos Financeiros	- € 0,00%	- € 0,00%	- € 0,00%	- € 0,00%	- € 0,00%	
Outras Receitas de Capital	7.624 € 0,21%	1.245 € 0,05%	24.371 € 0,01228	3.856 € 0,00085	7.188 € 0,38%	86,40%
TOTAL	3.677.897 € 100%	2.414.241 € 100%	1.984.173 € 100%	4.555.298 € 100%	1.904.224 € 100%	-58,20%

O gráfico seguinte mostra a estrutura das Receitas de Capital no ano de 2009.

Gráfico 3: Estrutura das Receitas de Capital em 2009



1.1.2.1 Venda de Bens de Investimento

A Venda de Bens de Investimento em 2009 ascendeu a 12.076 euros, o que representa uma redução de 55% relativamente ao ano transacto, cujo montante arrecadado tinha sido de 26.753 euros.

No ano de 2009, a Venda de Bens de Investimento representa 0,06% do total das receitas da Autarquia e 0,63% do total das Receitas de Capital.

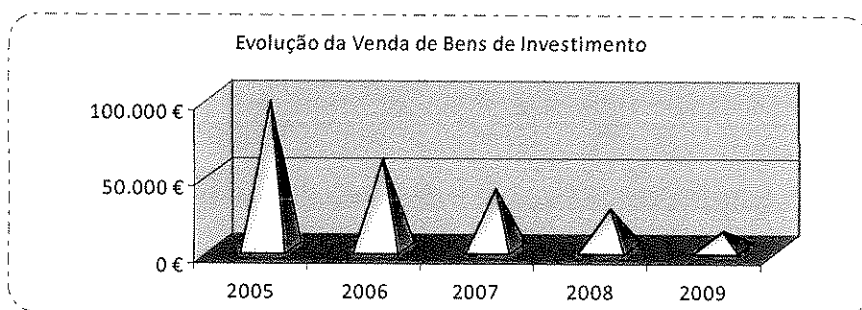
O total da receita prevista corrigida decorrente da Venda de Bens de Investimento foi de 8.726.831 euros, o que representa um desvio negativo na execução em termos absolutos de 8.714.755 euros, sendo que a taxa de execução desta receita foi de 0,1%.

A execução desta receita orçamental está directamente relacionada com o facto da Venda de Bens de Investimento inicialmente prevista não ter sido concretizada, nomeadamente no que respeita à alienação de bens imóveis propriedade do Município da Marinha Grande.

A execução desta receita decorreu da celebração de escrituras de compra e venda de fracções de habitação social, no montante de 12.075,60 euros.

Quadro 16: Evolução da Venda de Bens de Investimento entre 2005 e 2009

	2005	2006	2007	2008	2009
Venda de Bens de Investimento	96.808 €	58.706 €	39.692 €	26.753 €	12.076 €



1.1.2.2 Transferências de Capital

As Transferências de Capital para a autarquia decorrem das transferências da Administração Central, nomeadamente Fundo de Equilíbrio Financeiro, protocolos de cooperação técnica e financeira e receita proveniente da apresentação de candidaturas a programas comunitários.

A receita proveniente das Transferências de Capital representa 98,99% das Receitas de Capital e 9,37% do total da receita arrecadada em 2009.

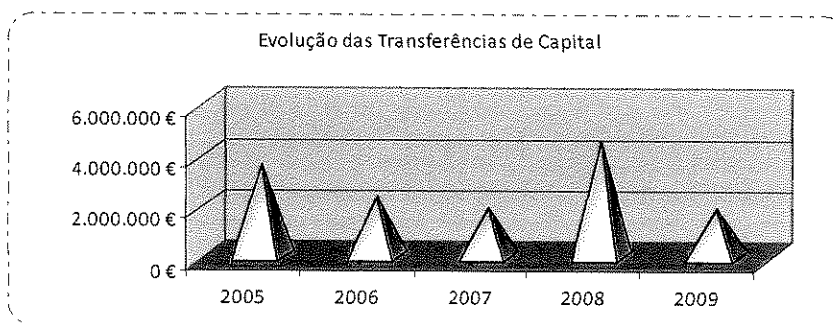
Em 2009, as Transferências de Capital registam um decréscimo de 58% relativamente ao ano de 2008, tendo o montante global da receita arrecadada ascendido a 1.884.961 euros. Em termos absolutos, a diminuição da receita proveniente de Transferências de Capital foi de 2.639.729 euros, sendo a taxa de execução desta receita de 41,2%.

A diminuição de execução verificada ficou a dever-se essencialmente ao atrasos na apresentação/aprovação de candidaturas no âmbito da Contratualização – AMPL/QREN (1.663.750,00 euros), por motivos não imputáveis à autarquia e à não apresentação dos pedidos de pagamento da candidatura ao Plano de Valorização Ambiental e Turístico da Praia de S. Pedro de Moel (314.283,10 euros), considerando que parte da despesa apresentou execução no ano de 2009.

Quanto ao Programa POLIS foi prevista uma receita inicial de 625.679,63 euros, não tendo sido arrecadado no ano de 2009 qualquer montante, atento o atraso verificado na execução física da obra.

Quadro 17: Evolução das Transferências de Capital entre 2005 e 2009

	2005	2006	2007	2008	2009
Transferências de Capital	3.573.466 €	2.354.290 €	1.920.110 €	4.524.689 €	1.884.961 €



De seguida apresenta-se um mapa identificativo das candidaturas homologadas e em curso no Município da Marinha Grande, com a identificação do montante dos pedidos de pagamento apresentados até 31-12-2009, e relativamente aos quais se aguardavam as transferências para o Município da Marinha Grande.

Quadro 18: Candidaturas do Município da Marinha Grande

CANDIDATURAS	SALDO A 31-12-2009	P.P. EFECTUADOS POR RECEBER A 31-12-2009
PITER - Estrada Atlântica	154.880,56 €	15.741,56 €
PITER - Marginal Praia da Vieira	39.888,43 €	4.052,66 €
Requalificação Urbana da Marinha Grande - PÓLIS	625.680,00 €	- €
Contrato-Programa com o IPLB	85.280,90 €	8.315,10 €
Projecto nº 013218/2008/522 - POPH	- €	7.233,52 €
Projecto nº 027861/2009/522 - POPH	41.813,98 €	- €
	1.152.061,32 €	179.888,35 €

1.1.2.3 Passivos Financeiros

No orçamento de 2009, a receita estimada proveniente de empréstimos bancários de médio e longo prazo foi de 563.495,91 euros. No entanto, não houve recurso a este tipo de financiamento ao longo do ano, dado que o empréstimo contratualizado com a Caixa Geral de Depósitos no ano de 2003, para financiamento de projectos inseridos no Programa Polis, não foi utilizado.

Quadro 19: Evolução de Passivos Financeiros entre 2005 e 2009

	2005	2006	2007	2008	2009
Passivos Financeiros	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €

1.1.2.4 Outras Receitas de Capital

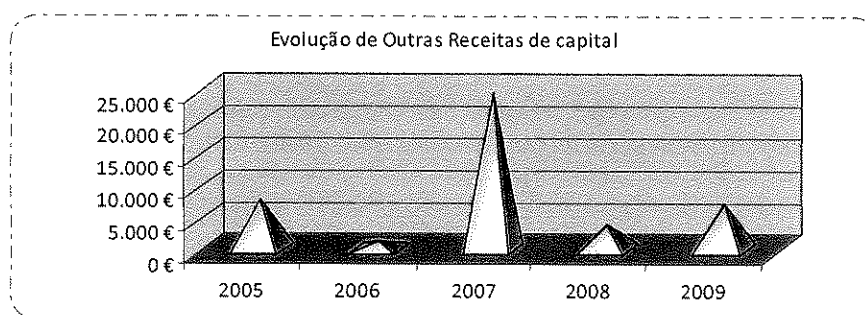
Por esta classificação procede-se à arrecadação da receita proveniente de indemnizações na sequência de danos causados no património municipal, que assumam a forma, por exemplo, de furtos, roubos, danificações ou outros.

Esta rubrica apresenta uma execução de 357,6%, no entanto o seu peso no total das Receitas de Capital é muito pouco expressivo, representando 0,38%, e no total geral das receitas arrecadadas no ano de 2009, representa 0,04%.

O montante de receita proveniente de Outras Receitas de Capital ascendeu a 7.188 euros no decorrer de 2009, o que representa um acréscimo de 86% relativamente a igual período de 2008, ano em que a receita arrecadada foi de 3.856 euros.

Quadro 20: Evolução de Outras Receitas de Capital entre 2005 e 2009

	2005	2006	2007	2008	2009
Outras Receitas Capital	7.624 €	1.245 €	24.371 €	3.856 €	7.188 €

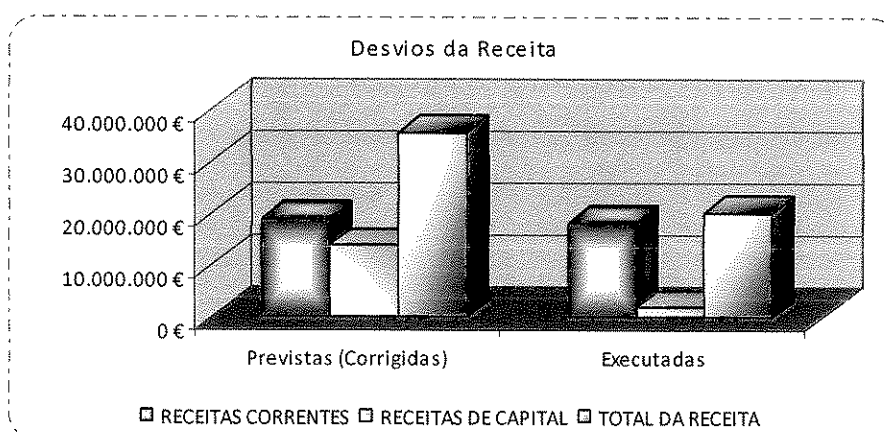


1.1.3. Análise de Desvios da Receita em 2009

O quadro seguinte apresenta os desvios das receitas em 2009, quer em termos absolutos, quer em termos percentuais.

Quadro 21: Quadro dos Desvios das Receitas em 2009

Designação	RECEITAS		DESVIOS	
	Previstas (Corrigidas)	Executadas	Absoluto	%
RECEITAS CORRENTES				
01 - Impostos Directos	7.282.199 €	6.227.618 €	-1.054.581 €	-14%
02 - Impostos Indirectos	134.035 €	306.926 €	172.890 €	129%
04 - Taxas, Multas e Outras Penalidades	102.770 €	63.031 €	-39.740 €	-39%
05 - Rendimentos de Propriedade	296.416 €	136.156 €	-160.260 €	-54%
06 - Transferências Correntes	5.456.079 €	5.364.456 €	-91.623 €	-2%
07 - Venda de Bens e Serviços Correntes	5.567.350 €	5.926.414 €	359.064 €	6%
08 - Outras Receitas Correntes	153.563 €	130.140 €	-23.423 €	-15%
TOTAL RECEITAS CORRENTES	18.992.413 €	18.154.741 €	-837.672 €	-4%
RECEITAS DE CAPITAL				
09 - Venda de Bens de Investimento	8.726.831 €	12.076 €	-8.714.755 €	-100%
10 - Transferências de Capital	4.573.875 €	1.884.961 €	-2.688.914 €	-59%
11 - Activos Financeiros	165 €	0 €	-165 €	-100%
12 - Passivos Financeiros	563.496 €	0 €	-563.496 €	-100%
13 - Outras Receitas de Capital	2.010 €	7.188 €	5.178 €	258%
TOTAL RECEITAS DE CAPITAL	13.866.377 €	1.904.224 €	-11.962.153 €	-86%
OUT. RECEIT-REPOS.N.ABATIDAS	5 €	56.105 €	56.100 €	1121996%
SALDO DA GERENCIA ANTERIOR	2.581.069 €	0 €	-2.581.069 €	-100%
TOTAL DA RECEITA	35.439.864 €	20.115.070 €	-15.324.794 €	-43%



O desvio negativo registado entre a previsão corrigida das Receitas Correntes (18.992.413 euros) e a execução da mesma (18.154.741 euros) foi de 4%, sendo que as rubricas que mais contribuíram para este desvio foram a receita proveniente de Rendimentos de Propriedade (-54%), de Taxas, Multas e Outras Penalidades (-39%), de Outras Receitas Correntes (-15%) e de Impostos Directos (-14%).

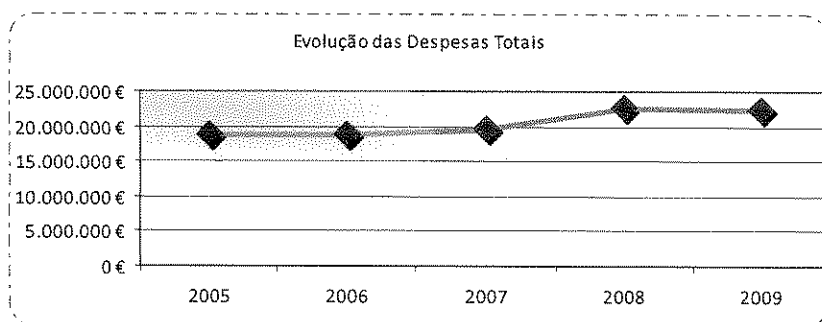
O desvio negativo que se verifica entre a previsão corrigida das Receitas de Capital (13.866.377 euros) e a execução da mesma (1.904.224 euros) foi de 86%, sendo que as rubricas que mais relevam para esse desvio foram a Venda de Bens de Investimento (-100%) e as Transferências de Capital (-59%).

1.2. EXECUÇÃO ORÇAMENTAL DA DESPESA

A despesa total da Autarquia no ano de 2009 foi de 22.363.973 euros, o que representa um decréscimo de 279.535 euros relativamente ao ano de 2008, correspondente a 1,23%.

Quadro 22: Evolução das Despesas Totais

	2005	2006	2007	2008	2009
Despesas Totais	18.881.545 €	18.861.591 €	19.768.273 €	22.643.507 €	22.363.973 €



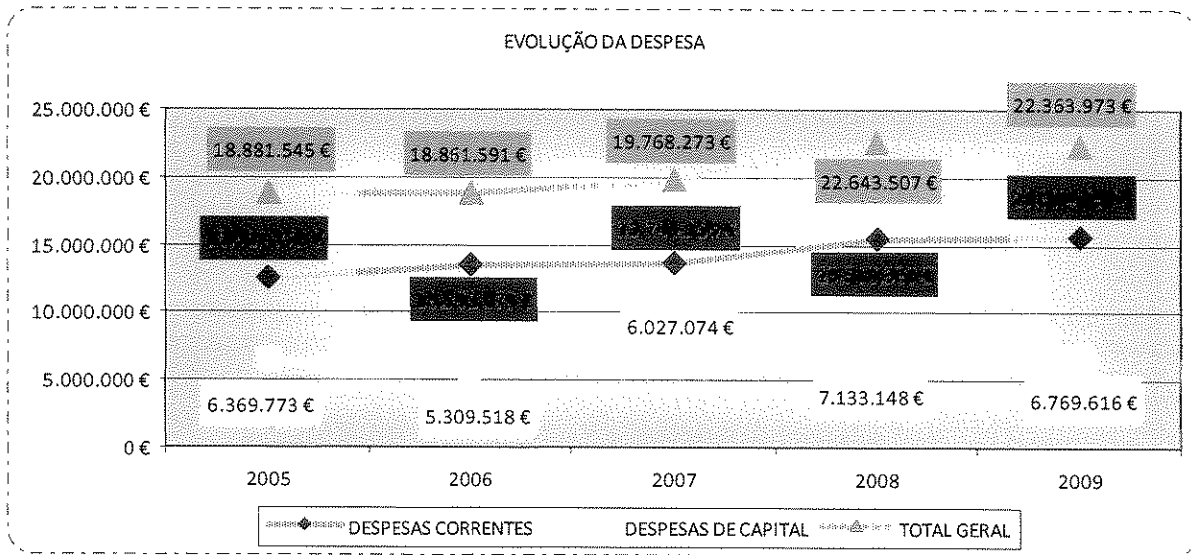
	2005	2006	2007	2008	2009	Varição
Despesas Correntes	12.511.773 € 66,26%	13.552.073 € 71,85%	13.741.199 € 69,51%	15.510.360 € 68,50%	15.594.357 € 69,73%	0,54%
Despesas de Capital	6.369.773 € 33,74%	5.309.518 € 28,15%	6.027.074 € 30,49%	7.133.148 € 31,50%	6.769.616 € 30,27%	-5,10%
Total da Despesa	18.881.545 € 100%	18.861.591 € 100%	19.768.273 € 100%	22.643.507 € 100%	22.363.973 € 100%	-1,23%

A dotação corrigida do total da despesa foi de 35.439.864 euros, pelo que considerando que o total da despesa paga em 2009 foi de 22.363.973 euros, a taxa de execução global da despesa em 2009 foi de 63%, sendo a diferença entre as dotações previstas e a execução de 13.075.891 euros.

Considerando que no ano de 2008 o grau de execução orçamental da despesa foi de 65%, pode aferir-se um decréscimo do total da despesa executada de 2008 para 2009.

O gráfico seguinte reflecte a evolução da despesa total do Município nos últimos cinco anos. A despesa total da Autarquia apresenta uma tendência de subida desde 2006, sendo que o ano de 2009 veio inverter essa tendência. Como se pode verificar pela análise dos quadros anteriores, o ano transacto foi o que apresentou um valor mais elevado de execução, relativamente ao período em análise.

Gráfico 4: Evolução da despesa entre 2005 e 2009



O total das dotações corrigidas da Despesa Corrente no ano de 2009 foi de 18.817.480 euros, tendo sido efectuados pagamentos no montante de 15.594.357 euros, o que representa uma taxa de execução de 82,9%.

Em 2008 o total da Despesa Corrente executada foi de 15.510.360 euros, pelo que no ano de 2009 se regista um aumento face ano anterior de 0,54%, que corresponde em termos absolutos a 83.997 euros.

O total das Despesas de Capital previstas no ano de 2009 ascende a 16.622.384 euros, dos quais foram executados pagamentos de 6.769.616 euros, o que corresponde a uma taxa de execução de 40,7%.

No ano de 2008 os pagamentos de Despesas de Capital foram de 7.133.148 euros, pelo que o total da Despesa de Capital paga em 2009 foi inferior ao de 2008 em 5,10%, o que corresponde em termos absolutos a 363.532 euros.

No que respeita ao total dos compromissos assumidos no exercício de 2009 para os anos seguintes estes ascendem a 11.052.529 euros, dos quais 4.898.697 euros são compromissos assumidos para o ano de 2010, e o restante para os anos seguintes.

Dos 4.898.697 euros de compromissos assumidos em 2009 para o ano de 2010, importa salientar os seguintes:

- Económica 01: 78.487 euros respeitam a Despesas com Pessoal, nomeadamente contratos de trabalho a termo e programas de estágios profissionais;
- Económica 02: 2.659.919 euros respeitam à aquisição de bens e serviços, sendo que nestes a parte mais significativa destina-se à aquisição do serviço de recolha e transporte de resíduos sólidos a aterro (614.324 euros); trabalhos especializados no valor de 545.179 euros, dos quais se destacam os serviços relacionados

com as actividades de enriquecimento curricular para o ano lectivo 2009/2010 (300.546 euros) e os serviços de finishing, cobrança de facturas e gestão do sistema da SCGA (290.049 euros); prestação de serviços de transporte escolar para o ano de 2010 (409.309 euros); prestação de serviços de alimentação escolar (296.028 euros); aluguer de máquinas de movimentação para o ano de 2010 (284.968 euros); varredura manual das ruas do concelho (158.508 euros); combustíveis e lubrificantes (93.346 euros); recolha de efluentes domésticos (41.276 euros); serviços de vigilância e segurança de instalações municipais (39.287 euros); serviço de manutenção de parques e jardins municipais e outros (33.782 euros); comunicações (24.138 euros); matérias-primas e subsidiárias (20.851 euros); manutenção dos relvados do estádio municipal (19.391 euros); contratos de serviços de assistência técnica (10.230 euros), entre outros;

- Económica 03: 71.782 euros destinam-se ao pagamento de juros decorrentes de empréstimos bancários e contratos de locação financeira;
- Económica 04: 257.194 euros respeitam a transferências correntes para outras entidades, entre elas, as Juntas de Freguesia e as entidades desportivas e recreativas do concelho, no que respeita à época desportiva 2009/2010;
- Económica 07: 734.030 euros respeitam a despesas de investimento decorrentes de adjudicações de empreitadas de obras públicas;
- Económica 08: 140.984 euros respeitam a transferências de capital a efectuar para entidades desportivas e recreativas na sequência de deliberações camarárias e para as Juntas de Freguesia no âmbito dos Protocolos de Delegação de Competências.
- Económica 10: 956.301 euros respeitam a amortização de capital decorrentes dos empréstimos bancários;

No que respeita aos compromissos por pagar que transitaram de 2008 para 2009 à data de 31-12-2008 estes ascendiam a 5.128.893 euros, enquanto que à data de 31-12-2009, este montante é de 4.758.839 euros.

Comparando o total dos compromissos assumidos em 2008 para exercícios futuros (13.791.689 euros) com o total dos compromissos assumidos em 2009 para exercícios futuros (11.052.529 euros), verifica-se uma diminuição de 2.739.160 euros.

Face ao exposto, importa referir que o somatório dos compromissos assumidos para anos seguintes com os compromissos assumidos por pagar a 31-12-2009 ascende a 15.811.368 euros e à data de 31-12-2008 este montante era de 18.697.357 euros.

Dos restantes compromissos assumidos para anos seguintes, para além de 2010, 6.153.832 euros, importa salientar os seguintes:

- Amortizações de Empréstimos Contratualizados: 5.589.388,42 euros;
- Juros de Encargos de Empréstimos: 272.615,75 euros

O quadro seguinte demonstra a estrutura da despesa em 2009, atenta a execução orçamental, comparando-a com a estrutura de 2008.

Quadro 23: Estrutura da Despesa em 2008 e 2009

Designação	2008			2009		
	VALOR	ESTRUTURA		VALOR	ESTRUTURA	
		Parcelar	Global		Parcelar	Global
DESPESAS CORRENTES						
Pessoal	5.600.780 €	36,11%	24,73%	6.002.756 €	38,49%	26,84%
Aquisição Serviços	7.710.954 €	49,71%	34,05%	7.563.032 €	48,50%	33,82%
Transferências Correntes	1.013.905 €	6,54%	4,48%	1.011.473 €	6,49%	4,52%
Subsídios	328.918 €	2,12%	1,45%	439.351 €	2,82%	1,96%
Encargos Financeiros	395.748 €	2,55%	1,75%	290.645 €	1,86%	1,30%
Outras Despesas Correntes	460.056 €	2,97%	2,03%	287.100 €	1,84%	1,28%
TOTAL DESPESAS CORRENTES	15.510.360 €	100,00%	68,50%	15.594.357 €	100,00%	69,73%
DESPESAS DE CAPITAL						
Investimentos	5.853.570 €	82,06%	25,85%	5.311.153 €	78,46%	23,75%
Transferências de Capital	375.353 €	5,26%	1,66%	495.760 €	7,32%	2,22%
Activos Financeiros						
Passivos Financeiros						
Amortização Empréstimos M/L Prazo	904.224 €	12,68%	3,99%	954.651 €	14,10%	4,27%
Outras Despesas de Capital	0 €	0,00%	0,00%	8.052 €	0,12%	0,04%
TOTAL DESPESAS DE CAPITAL	7.133.148 €	100,00%	31,50%	6.769.616 €	100,00%	30,27%
DESPESAS TOTAIS	22.643.507 €		100,00%	22.363.973 €		100,00%

No que respeita à estrutura da despesa, no ano de 2009, o total da Despesa Corrente representa 69,73% do total global da despesa do ano, enquanto que o total da Despesa de Capital representa 30,27%.

Comparando com o ano de 2008, verifica-se que as Despesas Correntes apresentam um peso mais significativo em 2009 que o registado no ano transacto (68,5%), e consequentemente as Despesas de Capital diminuíram o seu peso relativo face ao ano anterior (31,5%).

As rubricas mais significativas das despesas correntes são:

- Aquisição de bens e serviços com um peso de 49% no total das Despesas Correntes e de 34% no total geral das despesas do Município;
- Despesas com Pessoal com um peso de aproximadamente 38% no total das Despesas Correntes e de aproximadamente 27% no total geral das despesas do Município no ano de 2009;

As despesas com encargos financeiros representam 1,86% no total das Despesas Correntes e de 1,30% no total geral das despesas totais do Município no ano de 2009, sendo a componente mais significativa desta despesa a que respeita ao pagamento de juros de empréstimos bancários contratualizados e já utilizados pelo Município.

As rubricas mais significativas das Despesas de Capital são:

- Despesas de Investimento, com um peso de cerca de 78% no total das despesas de capital e de 24% no total geral das despesas do Município;
- Despesas com Amortização de Empréstimos de Médio e Longo Prazos, com um peso de cerca de 14% no total das despesas de capital e de 4% no total geral das despesas do Município no ano de 2009.

1.2.1. Despesas Correntes

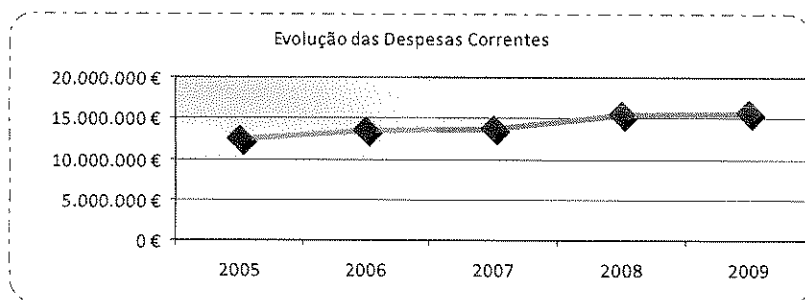
A Despesa Corrente reflecte toda a despesa paga pelo Município relativa a pessoal, aquisição de bens e serviços, transferências correntes, encargos financeiros com empréstimos, entre outros.

O montante global das Despesas Correntes pagas no ano de 2009 regista um aumento de 83.997 euros, quando comparado com o ano de 2008, o que representa um acréscimo de 0,54%.

As únicas rubricas da Despesa Corrente que registaram um acréscimo no ano de 2009 foram a rubrica de Subsídios (34%) e as Despesas com Pessoal (7%), sendo que as rubricas de Aquisição de Bens e Serviços, Encargos Financeiros e Outras Despesas Correntes registaram um decréscimo quando comparadas com o ano transacto.

Quadro 24: Evolução das Despesas Correntes entre 2005 e 2009

	2005	2006	2007	2008	2009
Despesas Correntes	12.511.773 €	13.552.073 €	13.741.199 €	15.510.360 €	15.594.357 €



	2005	2006	2007	2008	2009	Variação
Despesas com o Pessoal	5.516.129 € 44,09%	5.474.169 € 40,39%	5.459.998 € 39,73%	5.600.780 € 36,11%	6.002.756 € 38,49%	7,18%
Aquisição de Bens e Serviços	5.181.283 € 41,41%	6.128.213 € 45,22%	6.539.150 € 47,59%	7.710.954 € 49,71%	7.563.032 € 48,50%	-1,92%
Juros e Outros Encargos	243.967 € 1,95%	278.184 € 2,05%	364.635 € 2,65%	395.748 € 2,55%	290.645 € 1,86%	-26,56%
Transferências Correntes	1.106.761 € 8,85%	997.389 € 7,36%	896.857 € 6,53%	1.013.905 € 6,54%	1.011.473 € 6,49%	-0,24%
Subsídios	167.760 € 1,34%	167.123 € 1,23%	207.596 € 1,51%	328.918 € 2,12%	439.351 € 2,82%	33,57%
Outras Despesas Correntes	295.874 € 2,36%	506.995 € 3,74%	272.963 € 1,99%	460.056 € 2,97%	287.100 € 1,84%	-37,59%
Total Despesa Corrente	12.511.773 € 100%	13.552.073 € 100%	13.741.199 € 100%	15.510.360 € 100%	15.594.357 € 100%	0,54%

Importa ainda efectuar uma análise aos Índices de Pagamento e Índices de Realização, no que respeita à despesa corrente.

O índice de pagamentos mede o nível de execução face à despesa comprometida e apresenta em 2009 uma execução de 90,23%, o que significa que o montante não executado foi de 1.687.999 euros. No ano transacto, este índice apresentou o valor de 93,26%.

O Índice de Realização mede o nível de execução face às dotações corrigidas. Este apresenta uma execução de 91,84%, o que significa que 1.535.124 euros da dotação prevista não foram alvo de compromissos assumidos. Em 2008 este índice apresentou o valor de 93,91%, sendo que 1.079.217 euros da dotação prevista não foi alvo de compromissos assumidos.

Quadro 25: Índice de Pagamento e Índice de Realização

	DOTAÇÕES CORRIGIDAS	DESPESA COMPROMETIDA	DESPESA PAGA	DESPESA POR PAGAR	ÍNDICE DE PAGAMENTOS	ÍNDICE DE REALIZAÇÃO
Despesas com o Pessoal	6.639.475 €	6.025.343 €	6.002.756 €	22.587 €	99,63%	90,75%
Aquisição de Bens e Serviços	9.659.295 €	9.061.220 €	7.563.032 €	1.498.188 €	83,47%	93,81%
Juros e Outros Encargos	565.611 €	435.492 €	290.645 €	144.846 €	66,74%	76,99%
Transferências Correntes	1.091.028 €	1.019.159 €	1.011.473 €	7.686 €	99,25%	93,41%
Subsídios	489.394 €	453.322 €	439.351 €	13.971 €	96,92%	92,63%
Outras Despesas Correntes	372.677 €	287.822 €	287.100 €	722 €	99,75%	77,23%
Total Despesa Corrente	18.817.480 €	17.282.357 €	15.594.357 €	1.687.999 €	90,23%	91,84%

Os compromissos por pagar na componente de Subsídios respeitam a duas candidaturas em curso a 31.12.2009 apresentadas por empresas do concelho ao Programa FINICIA-EIXO III (Iniciativas Empresariais de Interesse Regional).

1.2.1.1 Despesas com o Pessoal

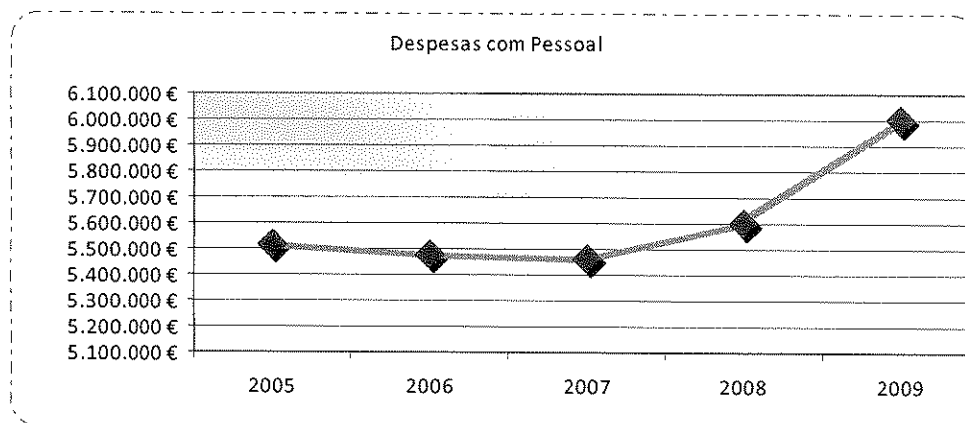
A análise do gráfico das Despesas com Pessoal permite concluir que o ano de 2009 veio confirmar a inversão da tendência já registada em 2008, ou seja, a tendência de subida reitera-se, sendo que o montante global das despesas com pessoal pagas em 2009 ascende a 6.002.756 euros, o qual representa o valor mais elevado do período em análise.

Em relação ao ano de 2008 regista-se um acréscimo em termos absolutos de 401.976 euros, o que representa um aumento de 7%.

O peso relativo das Despesas com Pessoal no total geral das despesas é de 27%, sendo que o seu peso no total das Despesas Correntes em 2009 é de 38%, enquanto que em 2008 foi de 36%.

Quadro 26: Evolução das Despesas com pessoal entre 2005 e 2009

	2005	2006	2007	2008	2009
Despesas com Pessoal	5.516.129 €	5.474.169 €	5.459.998 €	5.600.780 €	6.002.756 €

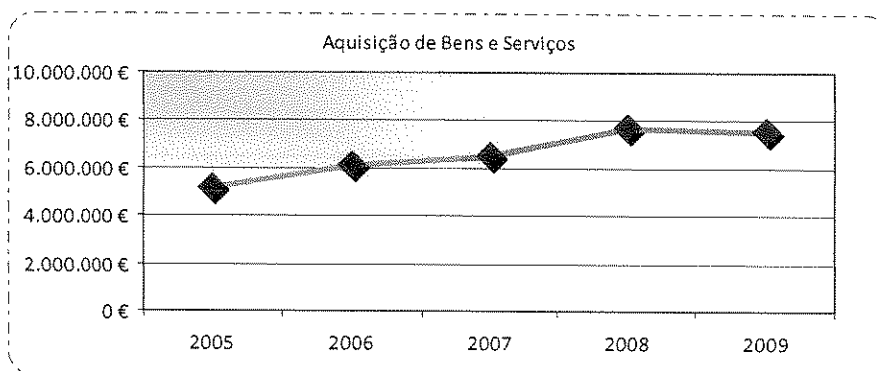
**1.2.1.2. Aquisição de Bens e Serviços**

As despesas pagas com a Aquisição de Bens e Serviços apresentam uma diminuição de 2% relativamente ao ano de 2008, tendo o montante global da despesa ascendido a 7.563.032 euros, correspondendo a uma variação absoluta de -147.922 euros.

A Aquisição de Bens e Serviços corresponde a 34% do total das despesas e a 49% do total das Despesas Correntes.

Quadro 27: Evolução das Despesas com Aquisição de Bens e Serviços entre 2005 e 2009

	2005	2006	2007	2008	2009
Aquisição de Bens e Serviços	5.181.283 €	6.128.213 €	6.539.150 €	7.710.954 €	7.563.032 €



1.2.1.3 Juros e Outros Encargos

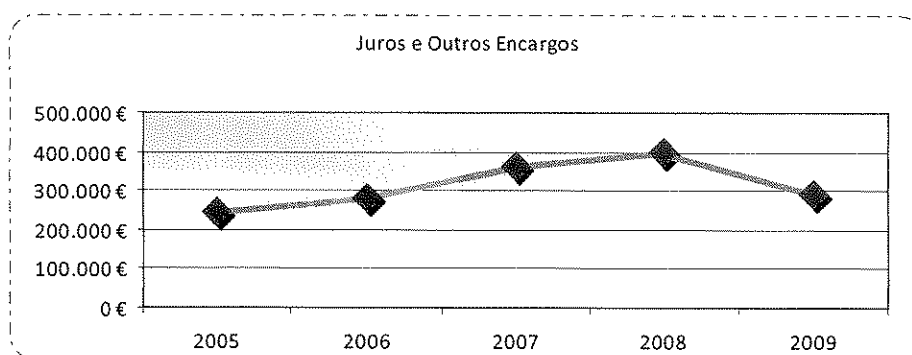
Esta rubrica é constituída pelos juros decorrentes da contratação de empréstimos de médio e longo prazo, juros de locação financeira, outros juros e despesas financeiras. No Município da Marinha Grande esta despesa respeita essencialmente a juros decorrentes dos empréstimos contratualizados

As despesas com Encargos Financeiros representam 1,30% do total da despesa da Autarquia no ano de 2009 e 1,86% das despesas correntes.

No ano de 2009, estas despesas ascenderam a 290.645 euros, tendo-se registado uma diminuição de 27% relativamente ao ano transacto, no qual o total desta despesa tinha sido de 395.748 euros, o que é justificado pela diminuição das taxas de juro aplicáveis aos empréstimos contratualizados.

Quadro 28: Evolução das Despesas com Juros e Outros Encargos entre 2005 e 2009

	2005	2006	2007	2008	2009
Juros e Outros Encargos	243.967 €	278.184 €	364.635 €	395.748 €	290.645 €

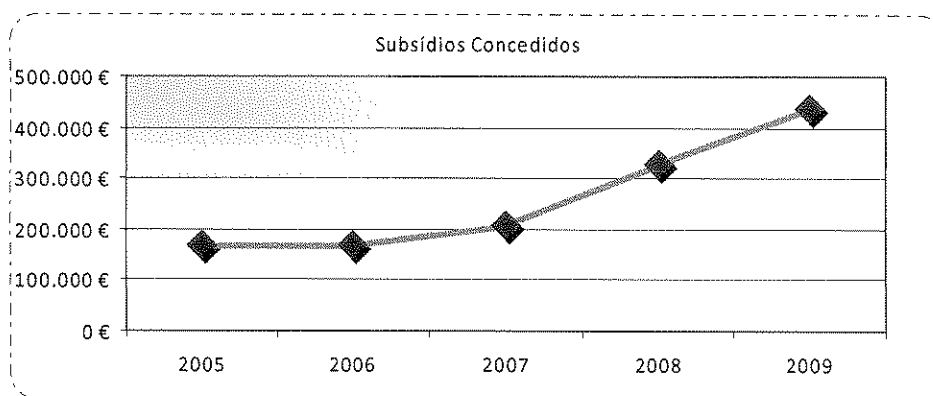
**1.2.1.4 Subsídios Concedidos**

Em 2009, e conforme orçamentado, foi atribuído à empresa TUMG – Transportes Urbanos da Marinha Grande, EM um subsídio de 439.351 euros, o qual resultou da celebração do Contrato-Programa para os Transportes Escolares e Outros (318.167,20 euros) e do Contrato de Gestão para o Serviço de Transporte Público Urbano de Passageiros (121.183,80 euros), conforme preceituado nas cláusulas dos mesmos.

Nos anos transactos apenas foi celebrado o Contrato-Programa para os Transportes Escolares e Outros, sendo que o valor tem crescido gradualmente.

Quadro 29: Evolução das Despesas com Subsídios Concedidos entre 2005 e 2009

	2005	2006	2007	2008	2009
Subsídios Concedidos	167.760 €	167.123 €	207.596 €	328.918 €	439.351 €



1.2.1.5 Transferências Correntes

Esta classificação engloba as despesas pagas a organismos ou entidades para financiamento de Despesas Correntes, sem que tal implique por parte destas entidades receptoras qualquer contraprestação directa para com o Município.

Considerando o exposto, incluem-se nesta classificação as despesas de natureza corrente, decorrentes dos pagamentos efectuados às Juntas de Freguesia do concelho da Marinha Grande, no âmbito dos protocolos estabelecidos entre as partes, os pagamentos efectuados às associações de municípios, outras instituições sem fins lucrativos e famílias.

As despesas com Transferências Correntes representam 4,52% das despesas totais de 2009 e 6,49% das Despesas Correntes.

O montante global das Transferências Correntes efectuadas a Famílias no ano de 2009 ascendeu a 750 euros, os quais decorrem da atribuição de prémios no âmbito do Concurso de Bandas de Garagem organizado pelo Município da Marinha Grande na XII Semana da Educação.

De referir que, no ano de 2009, houve uma alteração na forma de pagamento subsídios às Famílias na área da Acção Social Escolar, os quais eram, até então, pagos directamente às Famílias e como tal reflectidos nessa classificação económica da despesa.

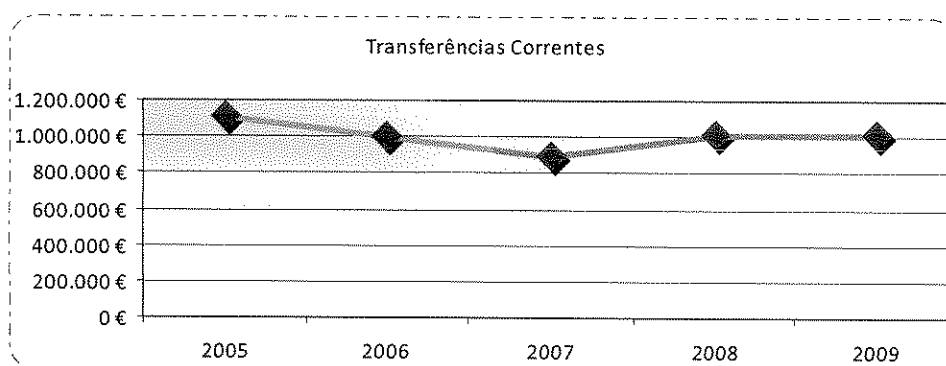
No ano de 2009, o Município passou a efectuar essas transferências para os Agrupamentos de Escolas do concelho da Marinha Grande, utilizando a classificação económica adequada, sendo estes os responsáveis pela

entrega dos montantes às famílias, atentas as condições das deliberações camarárias tomadas em sede de apoios na área da Acção Social Escolar.

O montante global das despesas pagas com Transferências Correntes em 2009 ascendeu a 1.011.473 euros, o que representa um decréscimo de 2.432 euros (-0,24%) em relação ao ano de 2008, sendo que a rubrica que apresentou um decréscimo mais significativo foi o da AMLEI – Área Metropolitana de Leiria (antiga AMAE – Associação de Municípios da Alta Estremadura). Em 2009 foram transferidos 533,58 euros referente aos juros do empréstimo bancário para aquisição do edifício sede desta associação de municípios, enquanto que em 2008 o montante da transferência foi de 20.484,05 euros, respeitantes ao pagamento da quota-parte dos juros do empréstimo bancário (1.279,26 euros) e ao pagamento da Licença Corporativa da Intergraph (19.204,85 euros), atento contrato celebrado entre a associação de municípios e esta empresa.

Quadro 30: Evolução das Despesas com Transferências Correntes entre 2005 e 2009

	2005	2006	2007	2008	2009
Transferências Correntes	1.106.761 €	997.389 €	896.857 €	1.013.905 €	1.011.473 €



1.2.1.6 Outras Despesas Correntes

Nesta classificação são consideradas as despesas relativas a reembolsos e restituições de Impostos, Taxas e Serviços, IVA pago e outras.

Esta rubrica representa 1,84% das Despesas Correntes e 1,28% das despesas totais da Autarquia em 2009.

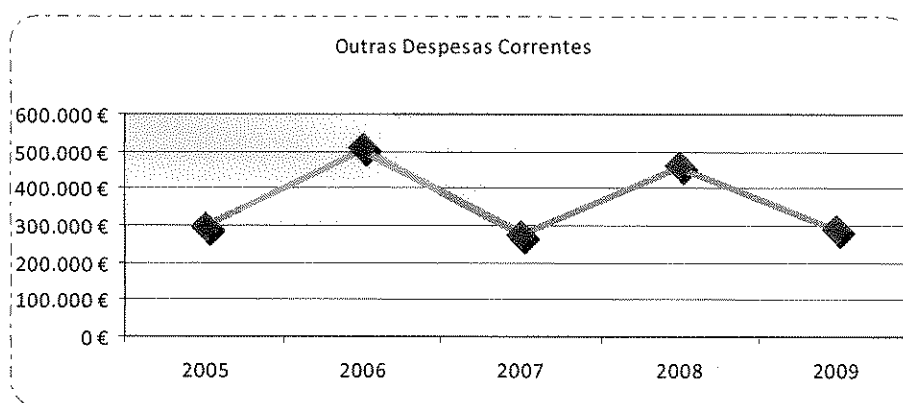
Estas despesas registam um decréscimo de 38% relativamente ao ano de 2008, tendo o seu montante ascendido em 2009 a 287.100 euros, enquanto que no ano transacto tinha sido de 460.056 euros.

Esta rubrica apresenta um decréscimo significativo quando comparado com 2008, dado que no ano de 2009 se verificou uma diminuição de 163.021 euros de despesa com as restituições de impostos e taxas pagas, na

sequência do processo de cobrança de receitas municipais efectuado pela Direcção Geral de Contribuições e Impostos.

Quadro 31: Evolução de Outras Despesas Correntes entre 2005 e 2009

	2005	2006	2007	2008	2009
Outras Despesas Correntes	295.874 €	506.995 €	272.963 €	460.056 €	287.100 €



1.2.2. Despesas de Capital

As Despesas de Capital reflectem a despesa efectuada pela Autarquia com a aquisição de Bens de Capital, Transferências de Capital para as Juntas de Freguesia e outras instituições, Activos Financeiros, Passivos Financeiros e Outras Despesas, cujos movimentos são analisados de seguida.

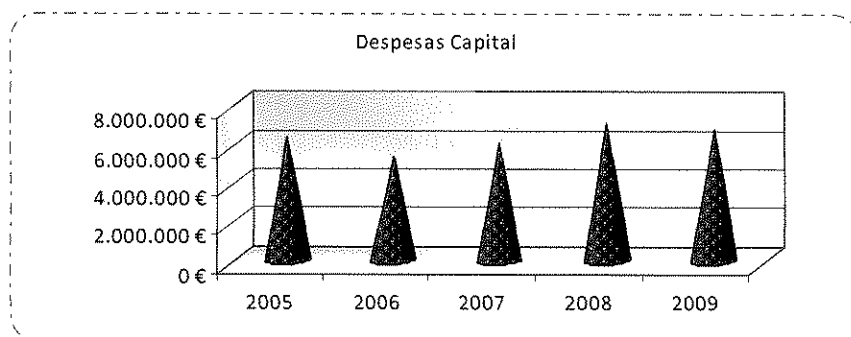
Em 2009 as Despesas de Capital registam um valor global de 6.769.616 euros, o que representa uma diminuição de 5% face ao ano anterior.

As rubricas com um peso mais significativo no total das Despesas de Capital pagas no ano de 2009 são a Aquisição de Bens de Capital (78%) e os Passivos Financeiros (14%).

Comparando a evolução das várias rubricas das Despesas de Capital com o ano anterior, verifica-se que as despesa com as Transferências de Capital, os Passivos Financeiros e as Outras Despesas de Capital registam um aumento de 32%, 6% e 100%, respectivamente. As despesas com a Aquisição de Bens de Capital apresentam uma diminuição de 9%, face ao ano anterior.

Quadro 32: Evolução das Despesas de Capital entre 2005 e 2009

	2005	2006	2007	2008	2009
Despesas Capital	6.369.773 €	5.309.518 €	6.027.074 €	7.133.148 €	6.769.616 €



	2005		2006		2007		2008		2009		Varição
Aquisição de Bens de Capital	5.059.106 €	79,42%	3.982.470 €	75,01%	4.828.678 €	80,12%	5.853.570 €	82,06%	5.311.153 €	78,46%	-9,27%
Transferências de Capital	496.666 €	7,80%	416.295 €	7,84%	292.626 €	4,86%	375.353 €	5,26%	495.760 €	7,32%	32,08%
Activos Financeiros	- €	0,00%	- €	0,00%	- €	0,00%	- €	0,00%	- €	0,00%	
Passivos Financeiros	794.113 €	12,47%	910.753 €	17,15%	905.770 €	15,03%	904.224 €	12,68%	954.651 €	14,10%	5,58%
Outras Despesas de Capital	19.888 €	0,31%	- €	0,00%	- €	0,00%	- €	0,00%	8.052 €	0,12%	
Total	6.369.773 €	100%	5.309.518 €	100%	6.027.074 €	100%	7.133.148 €	100%	6.769.616 €	100%	-5,10%

Importa ainda efectuar uma análise aos Índices de Pagamento e Índices de Realização, no que respeita à despesa de capital.

O Índice de Pagamentos mede o nível de execução face à despesa comprometida e apresenta uma execução de 68,71%, o que significa que o montante não executado foi de 3.070.840 euros. No ano de 2008 este índice apresentou o valor de 64,02%, sendo que o montante não executado foi de 4.008.077 euros.

O Índice de Realização mede o nível de execução face às dotações corrigidas. Este apresenta uma execução de 59,20%, o que significa que 6.781.928 euros da dotação prevista não foram alvo de compromissos assumidos em 2009. No ano de 2008, este índice apresentou o valor de 65,02%, sendo que nesse ano 5.985.009 euros da dotação prevista não foi alvo de compromissos assumidos.

Quadro 33: Índice de Pagamento e Índice de Realização

	DOTAÇÕES CORRIGIDAS	DESPESA COMPROMETIDA	DESPESA PAGA	DESPESA POR PAGAR	ÍNDICE DE PAGAMENTOS	ÍNDICE DE REALIZAÇÃO
Aquisição de Bens de Capital	14.765.350 €	8.207.039 €	5.311.153 €	2.895.886 €	64,71%	55,58%
Transferências de Capital	849.130 €	670.714 €	495.760 €	174.954 €	73,92%	78,99%
Activos Financeiros	- €	- €	- €	- €		
Passivos Financeiros	999.842 €	954.651 €	954.651 €	- €	100,00%	95,48%
Outras Despesas de Capital	8.062 €	8.052 €	8.052 €	- €	100,00%	99,88%
Total Despesa Capital	16.622.384 €	9.840.455 €	6.769.616 €	3.070.840 €	68,79%	59,20%

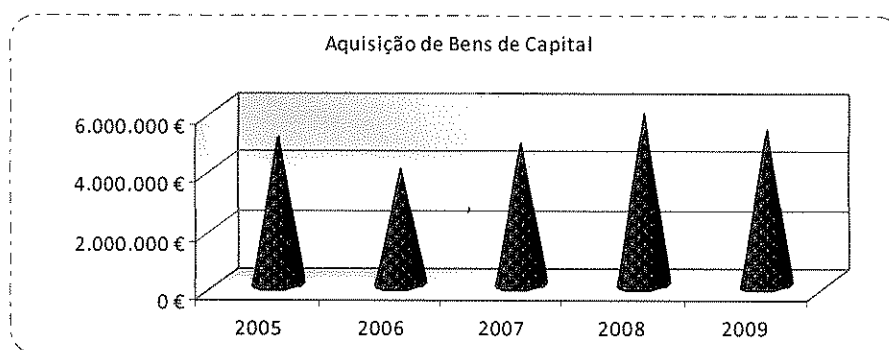
1.2.2.1 Aquisição de Bens de Capital

No ano de 2009 o montante global da despesa paga pela Autarquia ascendeu a 5.311.153 euros. De referir que no ano de 2008, o montante global dos investimentos realizados ascendeu a 5.853.570 euros, pelo que se regista uma diminuição de 9,27% em 2009, o qual corresponde em termos absolutos a 542.417 euros.

A despesa realizada com a rubrica de Aquisição de Bens de Capital representa 78% das Despesas de Capital e 24% das despesas totais, pelo que esta é a rubrica de Despesas de Capital mais significativa.

Quadro 34: Evolução das Despesas com Aquisição de Bens de Capital entre 2005 e 2009

	2005	2006	2007	2008	2009
Aquisição de Bens de Capital	5.059.106 €	3.982.470 €	4.828.678 €	5.853.570 €	5.311.153 €

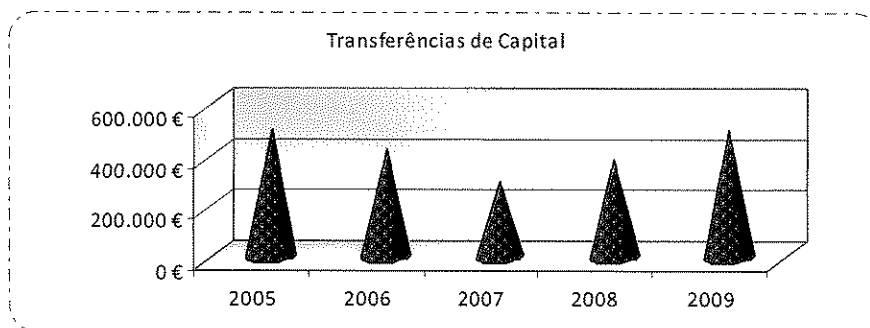
**1.2.2.2 Transferências de Capital**

O montante global das Transferências de Capital para outras entidades no ano de 2009 ascendeu a 495.760 euros, o que representou um acréscimo de 32% relativamente ao ano transacto.

O peso das transferências de capital no total das Despesas de Capital é de 7,32%, enquanto que no montante global da despesa da Autarquia estas representam 2,22%.

Quadro 35: Evolução das Despesas com Transferências de Capital entre 2005 e 2009

	2005	2006	2007	2008	2009
Transferências de Capital	496.666 €	416.295 €	292.626 €	375.353 €	495.760 €



O aumento das transferências de capital verificado no ano de 2009 é maioritariamente justificado pela atribuição dos seguintes apoios:

1. Apoio à Fábrica Igreja Paroquial de Pataias no montante de 50.000 euros, atenta deliberação camarária de 22 de Dezembro de 2009, para comparticipação nas despesas com as obras de construção do Centro Pastoral e Social na Capela da Moita;
2. Apoio ao Sport Lisboa e Marinha no montante de 50.000 euros, atenta deliberação camarária de 13 de Novembro de 2008, para comparticipação nas despesas com as obras de construção do campo de relva sintética (em 2008 já tinham sido liquidados 61.000 euros);
3. Apoio à Sociedade Instrutiva e Recreativa 1.ª de Dezembro no montante de 17.700 euros, atenta deliberação camarária de 10 de Dezembro de 2009, para comparticipação nas despesas com a alteração das instalações da colectividade para instalação e funcionamento de uma sala de aulas da escola primária de Pêro Neto;
4. Apoio à Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Vieira de Leiria no montante de 17.500 euros, atenta deliberação camarária de 20 de Agosto de 2009, para comparticipação nas despesas com a aquisição de uma ambulância.

1.2.2.3 Activos Financeiros

A rubrica de Activos Financeiros não apresenta valores de execução desde o ano de 2002.

1.2.2.4 Passivos Financeiros

A amortização da dívida de empréstimos de longo prazo no ano de 2009 foi de 954.651 euros, registando um acréscimo de 5,58% relativamente ao ano de 2008. Este aumento está relacionada com a redução das taxas de juro registadas ao longo do ano de 2009, o que fez com que a componente dos juros diminuísse e a de capital, por esse facto, aumentasse.

[Handwritten signatures and initials]

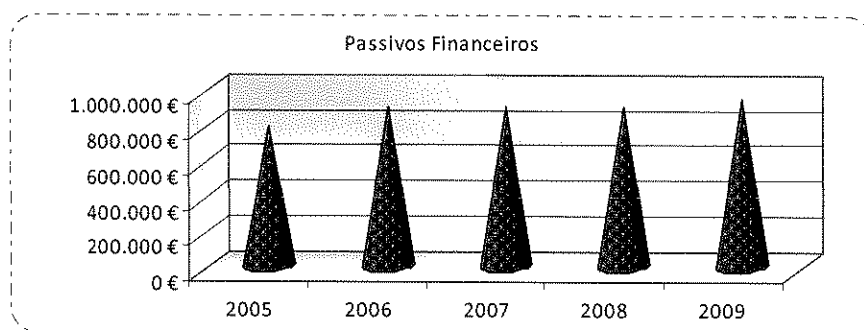
A 31 de Dezembro de 2009, todos os empréstimos cujo capital já foi integralmente utilizado estão a ser amortizados, não existindo neste momento nenhum com prazo de carência de capital.

As despesas com Passivos Financeiros representam 14% das Despesas de Capital e 4% da totalidade da despesa da Autarquia em 2009.

Refira-se que o Município da Marinha Grande sempre cumpriu com o pagamento de todas as prestações de juros e amortização dos empréstimos contratualizados não se registando quaisquer situações de incumprimento.

Quadro 36: Evolução das Despesas com Passivos Financeiros entre 2005 e 2009

	2005	2006	2007	2008	2009
Passivos Financeiros	794.113 €	910.753 €	905.770 €	904.224 €	954.651 €



Considerando que a autarquia não tem recorrido à contratação de novos empréstimos nem à utilização de capital do empréstimo contratualizado por utilizar, verifica-se uma estabilidade nas despesas pagas na rubrica dos passivos financeiros, entre 2006 e 2008, sendo que o ano de 2009 é o que apresenta maior valor de execução no período em análise, atenta redução das taxas de juro, como foi supra indicado.

1.2.2.5 Outras Despesas de Capital

A rubrica de Outras Despesas de Capital é uma rubrica residual a qual apresenta em 2009 uma execução de 8.052 euros, valor esse referente à restituição de quantia paga por município a título de comparticipação para execução de infra-estruturas viárias, atenta deliberação camarária de 09 de Abril de 2009.

Quadro 37: Evolução das Despesas com Passivos Financeiros entre 2005 e 2009

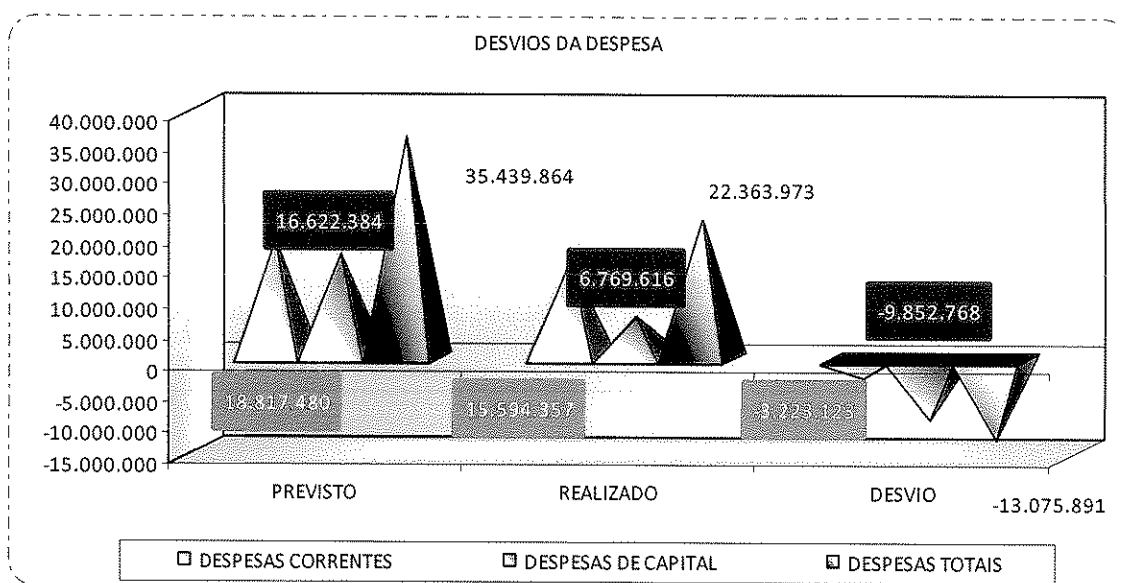
	2005	2006	2007	2008	2009
Outras Despesas de Capital	19.888 €	0 €	0 €	0 €	8.052 €

1.2.3. Análise de Desvios da Despesa em 2009

O quadro seguinte apresenta os desvios das despesas em 2009, quer em termos absolutos, quer em termos percentuais.

Quadro 38: Quadro dos Desvios

Designação	DESPEASAS		DESVIOS	
	Previstas	Realizadas	Absoluto	%
DESPEASAS CORRENTES				
01 - Despesas com o Pessoal	6.639.475	6.002.756	-636.719	-10%
02 - Aquisição de Bens e Serviços	9.659.295	7.563.032	-2.096.264	-22%
03 - Juros e Outros Encargos	565.611	290.645	-274.965	-49%
04 - Transferências Correntes	1.091.028	1.011.473	-79.555	-7%
05 - Subsídios	489.394	439.351	-50.043	-10%
06 - Outras Despesas Correntes	372.677	287.100	-85.577	-23%
TOTAL DESPEASAS CORRENTES	18.817.480	15.594.357	-3.223.123	-17%
DESPEASAS DE CAPITAL				
07 - Aquisição de Bens de Capital	14.765.350	5.311.153	-9.454.197	-64%
08 - Transferências de Capital	849.130	495.760	-353.370	-42%
09 - Activos Financeiros	0	0	0	
10 - Passivos Financeiros	999.842	954.651	-45.191	-5%
11 - Outras Despesas de Capital	8.062	8.052	-10	0%
TOTAL DESPEASAS DE CAPITAL	16.622.384	6.769.616	-9.852.768	-59%
DESPEASAS TOTAIS	35.439.864	22.363.973	-13.075.891	-37%



Da análise dos valores constantes do quadro podemos aferir que o desvio entre as dotações da despesa e a sua execução foi de 13.075.891 euros, o que corresponde, no ano de 2009, a um desvio negativo na execução orçamental de 37%.

O desvio entre as Despesas Correntes previstas e as realizadas foi de -17% enquanto que nas Despesas de Capital este desvio foi mais acentuado, -59%.

1.2.4. Despesa por Classificação Orgânica

Neste tipo de análise desagregam-se os meios financeiros atribuídos e dispendidos por cada um dos serviços municipais. Esta permite analisar os recursos financeiros que são utilizados para satisfazer o conjunto de necessidades públicas locais.

O quadro seguinte mostra a despesa executada por cada uma das unidades orgânicas da Câmara Municipal, ao longo de 2009, atentas as classificações económicas da despesa.

Em seguida são ainda apresentados os gráficos com as Despesa com Pessoal, Aquisição de Bens e Serviços e Aquisição de Bens de Capital por classificação orgânica, relativos ao ano de 2009.

Quadro 39: Resumo das despesas segundo a classificação orgânica/econômica

Econômica	Orgânica											TOTAL				
	O.F.	C.I.	O.A.	AM	DARH	DIF	DEEM	DIRM	DASU	DATLO	DLOP		DOPU	SIG	DASED	DCPH
DESPESAS CORRENTES																
01 - PESSOAL	1.401	1.099.332	13.749	587.185	419.387	289.564	514.938	896.842	411.236	343.213	253.006	77.050	613.650	482.203	6.002.756	
02 - AQUISIÇÃO DE BENS E SERVIÇOS		2.123.581	1.808	309.652	352.475	7.699	1.493.055	1.668.807	271.672		1.635	9.608	1.026.029	297.010	7.563.032	
03 - JUROS E OUTROS ENCARGOS	231.843		58.802												290.645	
04 - TRANSFERÊNCIAS CORRENTES			434.027										496.507	80.939	1.011.473	
05 - SUBSÍDIOS			439.351												439.351	
06 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES			251.484	33.901										1.715	287.100	
TOTAL DESPESAS CORRENTES	231.843	1.401	4.406.577	15.558	980.738	771.863	2.007.992	2.565.649	682.908	343.213	254.641	86.659	2.136.186	861.867	15.594.357	
DESPESAS DE CAPITAL																
07 - AQUISIÇÃO DE BENS DE CAPITAL			438.536	59.364		620.719	3.349.414	526.915	14.935				143.767	157.503	5.311.153	
08 - TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL			327.705										144.381	23.674	495.760	
09 - ATIVOS FINANCEIROS															0	
10 - PASSIVOS FINANCEIROS			954.651												954.651	
11 - OUTRAS DESPESAS DE CAPITAL			8.052												8.052	
TOTAL DESPESAS CAPITAL	954.651	0	774.293	0	59.364	620.719	3.349.414	526.915	14.935	0	0	0	288.148	181.177	6.769.616	
DESPESAS TOTAIS	1.186.494	1.401	5.180.871	15.558	990.101	917.982	5.357.406	3.092.564	697.843	343.213	254.641	86.659	2.424.335	1.043.044	22.363.973	

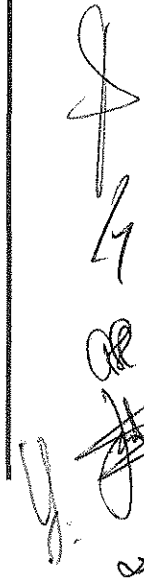
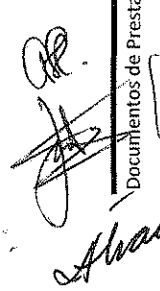
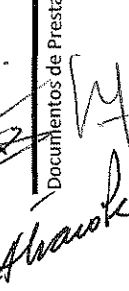
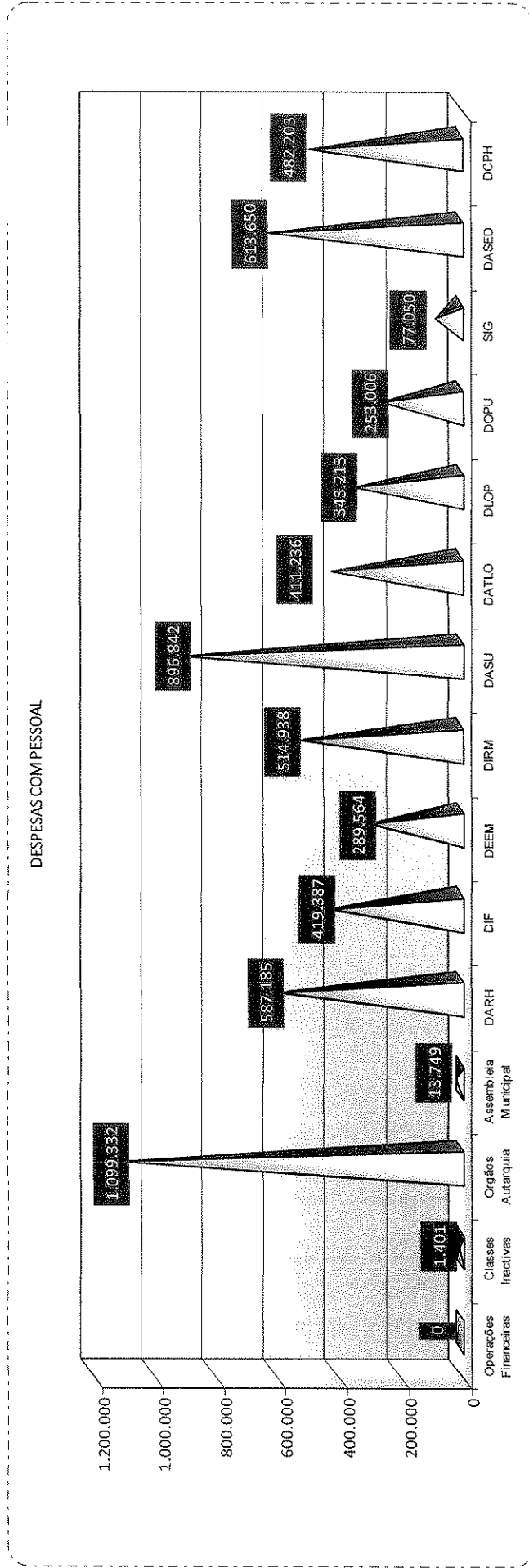




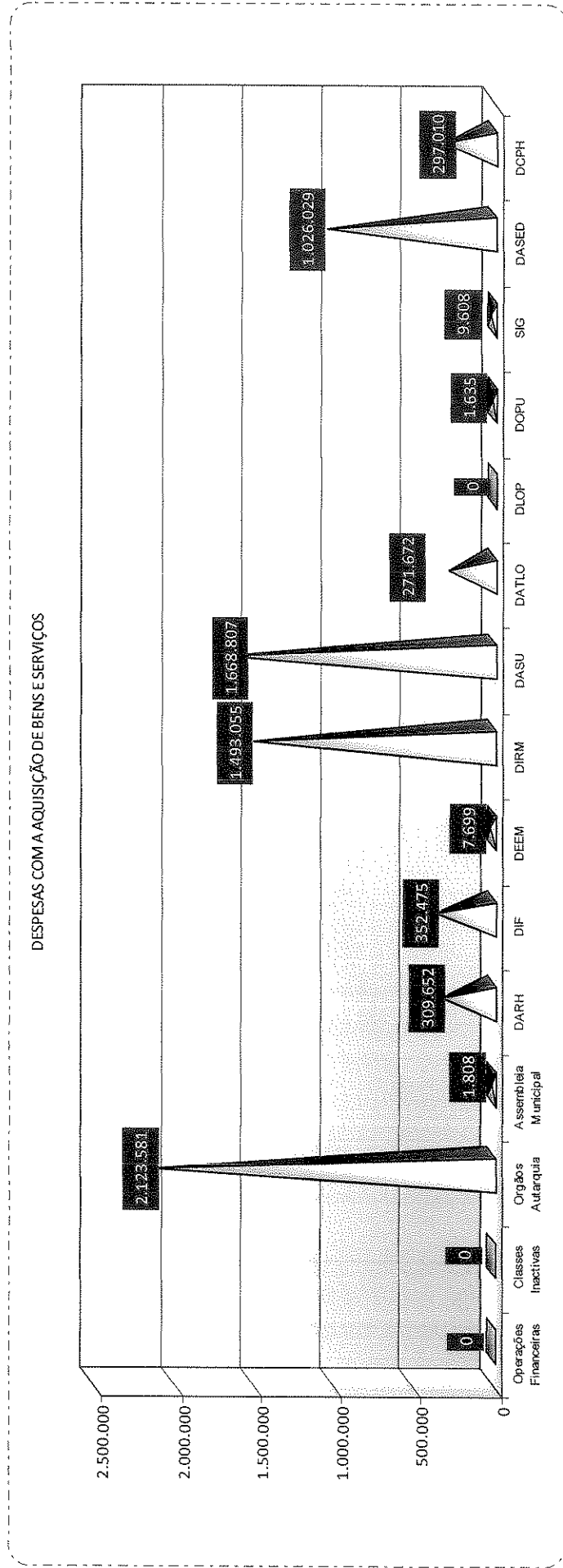
Gráfico 5: Despesas com o pessoal por orgânica



[Handwritten signatures]

[Handwritten signatures]

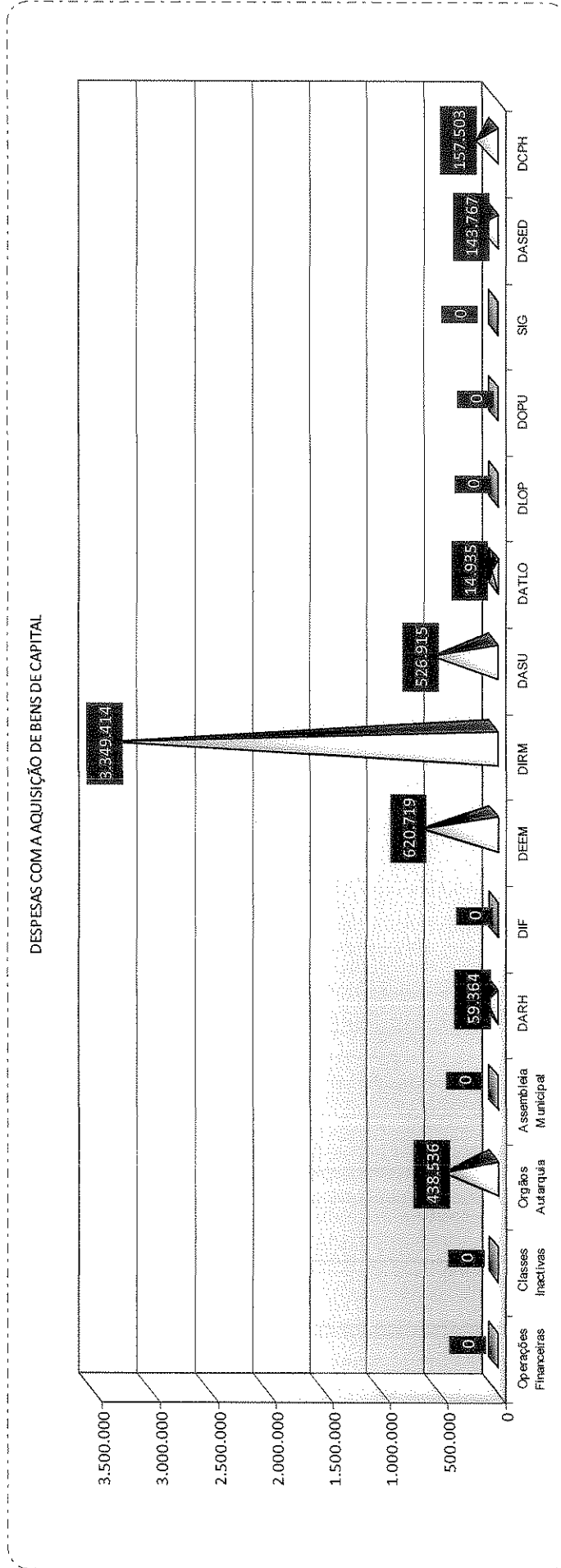
Gráfico 6: Despesas com a Aquisição de Bens e Serviços por orgânica



[Handwritten signatures]

[Handwritten signatures]

Gráfico 7: Despesas com a Aquisição de Bens de Capital por orgânica



[Handwritten signatures]

[Handwritten signatures]

1.2.5. Despesa por Classificação Funcional

A análise da despesa por classificação funcional permite verificar o esforço financeiro desenvolvido pela Autarquia, nas diversas áreas de intervenção, e no cumprimento das suas atribuições, por funções.

O classificador funcional, apresentado no ponto 10.1 do POCAL, estrutura as despesas em quatro tipos de funções:

1. Funções Gerais; 2. Funções Sociais; 3. Funções Económicas e 4. Outras Funções.

Estas são posteriormente desagregadas em vários níveis, sendo o primeiro representativo do meio a atingir e o segundo, a forma de executar as funções.

Como é possível aferir pelos valores do quadro e gráfico seguintes, as Funções Sociais são aquelas onde são dispendidos mais recursos, apresentando uma taxa de 36,44% do total das despesas do Município em 2009. De entre os meios a atingir nesta função, aquele que apresenta uma maior execução de despesa é o Saneamento onde foram dispendidos 1.737.6845 euros.

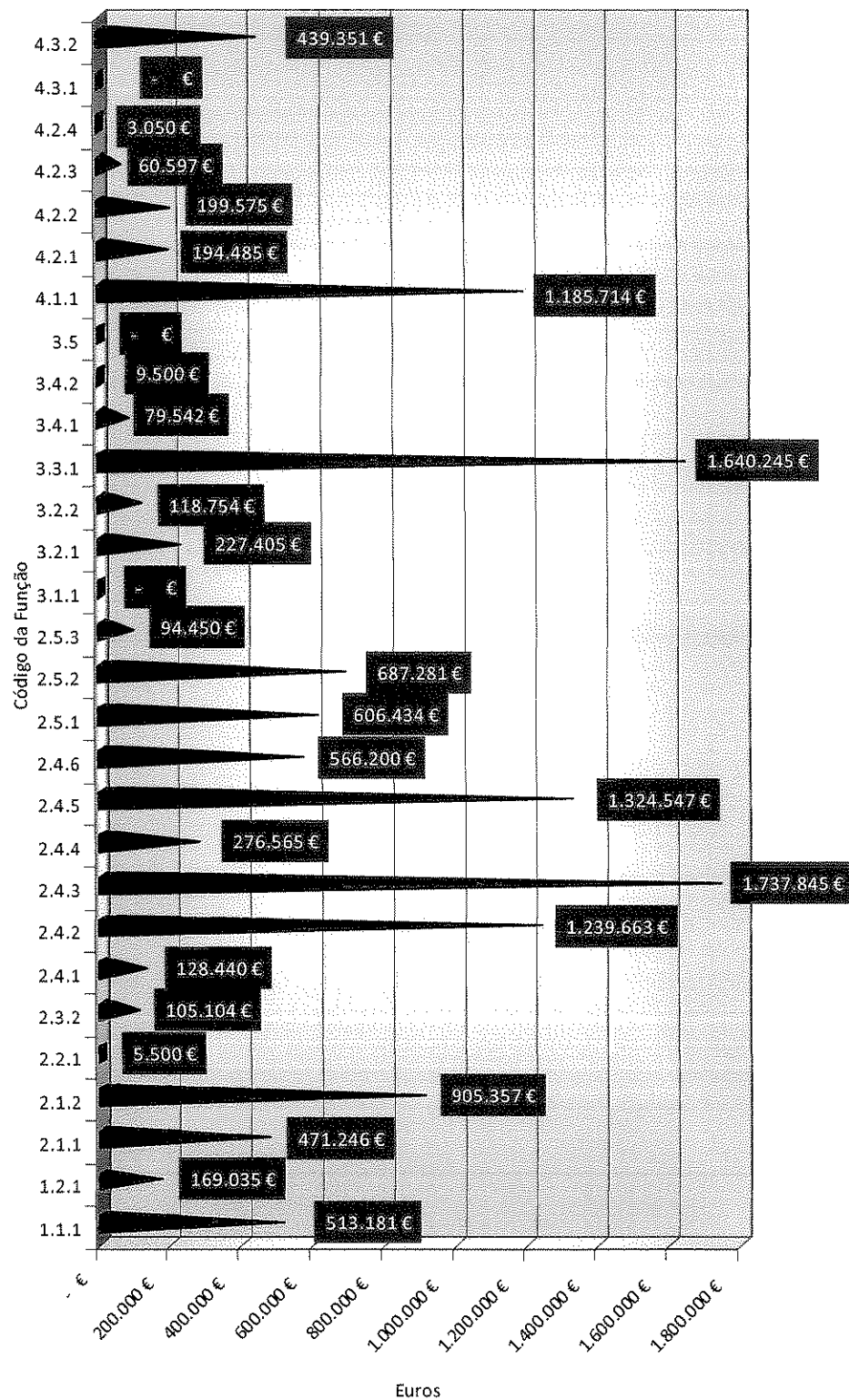
As Funções Económicas registam uma execução de 2.094.847 euros (9,28%), as Outras Funções Gerais absorveram 2.082.772 euros (7,35%) e, por último, as Funções Gerais com 682.216 euros (3,05%)

Handwritten signatures and initials in the bottom right corner of the page, including a large signature at the top, a smaller one below it, and several initials and signatures at the bottom, some appearing to be 'AR-CR' and 'Ley'.

Quadro 40: Despesa por Classificação Funcional

CÓDIGOS	DESIGNAÇÃO	2008		2009	
		DESPESAS	%	DESPESAS	%
1	FUNÇÕES GERAIS				
1.1	Serviços Gerais da Administração Pública				
1.1.1	Administração Geral	428.049 €	1,89%	513.181 €	2,29%
1.2	Segurança e Ordens Públicas				
1.2.1	Protecção Civil e Luta contra Incêndios	271.005 €	1,20%	169.035 €	0,76%
	Total 1	699.054 €	3,09%	682.216 €	3,05%
2	FUNÇÕES SOCIAIS				
2.1	Educação				
2.1.1	Ensino não Superior	388.554 €	1,72%	471.246 €	2,11%
2.1.2	Serviços Auxiliares de Ensino	940.132 €	4,15%	905.357 €	4,05%
2.2	Saúde				
2.2.1	Serviços Individuais de Saúde	6.041 €	0,03%	5.500 €	0,02%
2.3	Segurança e Acções Sociais				
2.3.2	Acção Social	109.236 €	0,48%	105.104 €	0,47%
2.4	Habituação e Serviços Colectivos				
2.4.1	Habituação	58.094 €	0,26%	128.440 €	0,57%
2.4.2	Ordenamento do Território	287.208 €	1,27%	1.239.663 €	5,54%
2.4.3	Saneamento	1.853.786 €	8,19%	1.737.845 €	7,77%
2.4.4	Abastecimento de Água	300.256 €	1,33%	276.565 €	1,24%
2.4.5	Resíduos Sólidos	1.588.784 €	7,02%	1.324.547 €	5,92%
2.4.6	Protecção do Meio Ambiente e Conservação da Natureza	334.992 €	1,48%	566.200 €	2,53%
2.5	Serviços Culturais, Recreativos e Religiosos				
2.5.1	Cultura	530.889 €	2,34%	606.434 €	2,71%
2.5.2	Desporto, Recreio e Lazer	604.595 €	2,67%	687.281 €	3,07%
2.5.3	Outras Actividades Cívicas e Religiosas	49.220 €	0,22%	94.450 €	0,42%
	Total 2	7.051.787 €	31,14%	8.148.632 €	36,44%
3	FUNÇÕES ECONÓMICAS				
3.1	Agricultura, Pecuária, Silvicultura, Caça e Pesca				
3.1.1	Luta contra Incêndios	- €	0,00%	- €	0,00%
3.2	Indústria e Energia				
3.2.1	Parques Industriais	1.089.434 €	4,81%	227.405 €	1,02%
3.2.2	Iluminação Pública	13.707 €	0,06%	118.754 €	0,53%
3.3	Transportes e Comunicações				
3.3.1	Transportes Rodoviários	1.436.079 €	6,34%	1.640.245 €	7,33%
3.4	Comércio e Turismo				
3.4.1	Mercados e Feiras	1.096.722 €	4,84%	79.542 €	0,36%
3.4.2	Turismo	11.050 €	0,05%	9.500 €	0,04%
3.5	Outras Funções Económicas				
3.5	Outras Funções Económicas	- €	0,00%	- €	0,00%
3.5.1	FAME - Fundo de Apoio às Micro e Pequenas Empresas			- €	0,00%
3.5.2	Agenda XXI Local			18.000 €	0,08%
3.5.3	Projecto Europeu Clusterplast			1.401 €	0,01%
	Total 3	3.646.992 €	16,11%	2.075.446 €	9,28%
4	OUTRAS FUNÇÕES				
4.1	Operações da Dívida Autárquica				
4.1.1	Empréstimos	1.293.511 €	5,71%	1.185.714 €	5,30%
4.2	Transferências entre Administrações				
4.2.1	Junta de Freguesia da Marinha Grande	197.318 €	0,87%	194.485 €	0,87%
4.2.2	Junta de Freguesia de Vieira de Leiria	130.423 €	0,58%	199.575 €	0,89%
4.2.3	Junta de Freguesia da Moita	60.925 €	0,27%	60.597 €	0,27%
4.2.4	Associação Municípios da Alta Estremadura	3.565 €	0,02%	3.050 €	0,01%
4.2.5	Área Metropolitana de Leira	62.705 €	0,28%	- €	0,00%
4.2.6	Comunidade Intermunicipal Pinhal Litoral	- €	0,00%	- €	0,00%
4.3	Diversas não Especificadas				
4.3.1	Activos Financeiros	- €	0,00%	- €	0,00%
4.3.2	Contrato Programa TUMG	328.918 €	1,45%	439.351 €	1,96%
	Total 4	2.077.366 €	7,72%	2.082.772 €	7,35%
	TOTAL DESPESAS IMPUTADAS	13.475.199 €	59,51%	12.989.067 €	58,08%
	DESPESAS NÃO IMPUTÁVEIS	9.168.309 €	40,49%	9.374.906 €	41,92%
	TOTAL DESPESA	22.643.507 €	100,00%	22.363.973 €	100,00%

Despesas por Classificação Funcional



[Handwritten signatures and initials]

1.3. POUPANÇA CORRENTE

O presente ponto pretende analisar a evolução da Poupança Corrente, diferença entre a Receita Corrente e a Despesa Corrente ao longo dos vários anos.

Como se pode verificar pelo quadro seguinte, a poupança corrente previsional corrigida tem registado um decréscimo desde 2006, apresentando em 2008 o valor mais baixo do período em análise, 31.119 euros. O ano de 2009 inverteu essa tendência, sendo no entanto um valor relativamente baixo, 174.933 euros quando comparado, por exemplo, com o ano de 2006 o qual apresentou o valor mais elevado no período em análise, 982.223 euros.

Em relação à poupança corrente executada, esta apresentou uma tendência de subida até 2007, ano em que o valor registado é o mais elevado do período em análise, 4.852.628 euros. No entanto, 2009 veio confirmar a tendência já registada no ano transacto, decréscimo, sendo que o ano de 2009 é o que apresenta um valor mais baixo dos cinco anos, 2.560.384 euros, o que representa um decréscimo em termos absolutos de 698.384 euros e em termos percentuais de 21%.

Importa salientar que, o equilíbrio corrente foi alcançado, quer ao nível da previsão, quer ao nível da execução.

Quadro 41: Evolução da Poupança Corrente

	2005	2006	2007	2008	2009
Receitas Correntes Previstas Corrigidas	16.176.460 €	16.701.437 €	17.440.907 €	17.741.511 €	18.992.413 €
Despesa Correntes Previstas Corrigidas	15.847.584 €	15.719.214 €	16.490.129 €	17.710.393 €	18.817.480 €
POUPANÇA CORRENTE PREVISIONAL	328.877 €	982.223 €	950.778 €	31.119 €	174.933 €
Receita Correntes Executadas	16.108.209 €	16.213.507 €	18.404.701 €	18.769.128 €	18.154.741 €
Despesa Corrente Executadas	12.511.773 €	13.552.073 €	13.741.199 €	15.510.360 €	15.594.357 €
POUPANÇA CORRENTE EXECUTADA	3.596.436 €	2.661.434 €	4.663.502 €	3.258.768 €	2.560.384 €

1.4. INDICADORES DE GESTÃO FINANCEIRA

A análise das contas da Autarquia através da apresentação de indicadores tem como objectivo essencial supervisionar a gestão autárquica. Estes permitem a verificação e acompanhamento das decisões tomadas ao longo do ano financeiro, as quais terão reflexo na execução do orçamento e nas grandes opções do plano.

Face ao exposto importa efectuar uma análise à execução orçamental, pelo que se apresentam alguns indicadores, para este efeito.

1.4.1. Rácios de Cobertura Global das Receitas e Despesas

No quadro seguinte estão expressos alguns dos indicadores de cobertura global das receitas e despesas da Autarquia nos últimos cinco anos de modo a ser possível avaliar a sua evolução. De um modo geral, estes indicadores pretendem avaliar a capacidade das receitas para cobrirem as despesas.

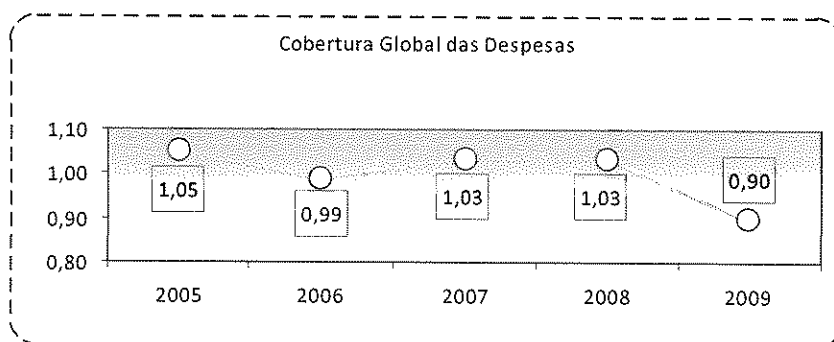
Quadro 42: Rácios de Cobertura Global das Receitas e Despesas

	RÁCIOS	2005	2006	2007	2008	2009
1	Receitas Totais	19.802.300 €	18.643.282 €	20.430.402 €	23.339.396 €	20.115.070 €
	Despesas Totais	18.881.545 €	18.861.591 €	19.768.273 €	22.643.507 €	22.363.973 €
		1,05	0,99	1,03	1,03	0,90
2	Receita Corrente	16.108.209 €	16.213.507 €	18.404.701 €	18.769.128 €	18.154.741 €
	Despesa Corrente	12.511.773 €	13.552.073 €	13.741.199 €	15.510.360 €	15.594.357 €
		1,29	1,20	1,34	1,21	1,16
3	Receita Capital	3.677.897 €	2.414.241 €	1.984.173 €	4.555.298 €	1.904.224 €
	Despesa de Capital	6.369.773 €	5.309.518 €	6.027.074 €	7.133.148 €	6.769.616 €
		0,58	0,45	0,33	0,64	0,28
4	Receitas Próprias	12.226.878 €	12.335.174 €	13.586.706 €	13.636.179 €	12.809.549 €
	Despesa Total	18.881.545 €	18.861.591 €	19.768.273 €	22.643.507 €	22.363.973 €
		0,65	0,65	0,69	0,60	0,57
5	Fundos Municipais	5.668.347 €	5.668.347 €	5.728.984 €	6.010.056 €	6.310.559 €
	Despesa Total	18.881.545 €	18.861.591 €	19.768.273 €	22.643.507 €	22.363.973 €
		0,30	0,30	0,29	0,27	0,28

RÁCIO 1 – Cobertura Global das Despesas

Este rácio pretende medir a capacidade que as receitas totais têm para cobrirem as despesas totais.

Este indicador tem-se mantido próximo da unidade o que significa que as receitas totais cobrem quase a totalidade das despesas totais. No ano de 2009 verifica-se que este rácio apresenta um valor inferior à unidade o que indicia que as receitas totais arrecadadas no ano não foram suficientes para cobrir as despesas totais, situação já verificada no ano de 2006. Esta situação só é possível pelo facto de o saldo da gerência de 2008, apurado após a prestação de contas deste exercício, ter sido arrecadado em 2009 e ter o valor de 2.581.069,14 euros.

Gráfico 8: Cobertura Global das Despesas

RÁCIO 2 – Cobertura Global das Despesas de Correntes

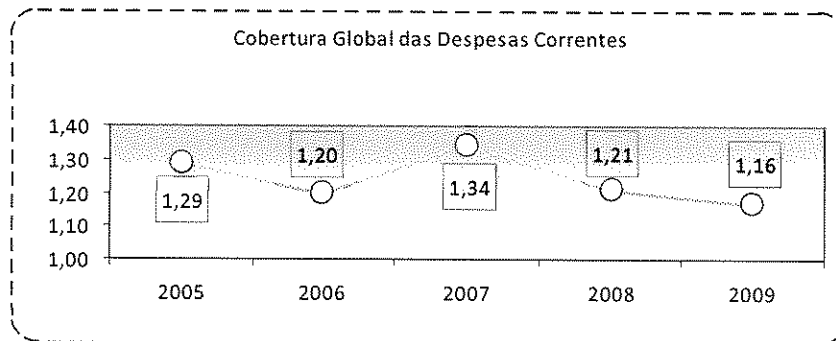
Este rácio tem como objectivo medir a capacidade que as Receitas Correntes têm para cobrir as Despesas Correntes.

Este indicador tem sofrido oscilações sendo que, no entanto, tem apresentado valores superiores à unidade. Desta forma pode concluir-se que as Receitas Correntes têm sido suficientes para cobrir a totalidade das Despesas Correntes do município ao longo dos últimos cinco anos.

A poupança corrente efectiva do Município no ano de 2009 foi de 2.560.384 euros a qual resulta da diferença entre o total da Receita Corrente arrecadada e a Despesa Corrente paga. Esta análise permite-nos aferir que foram libertos 2.560.384 euros de Receita Corrente para financiamento de Despesas de Capital.

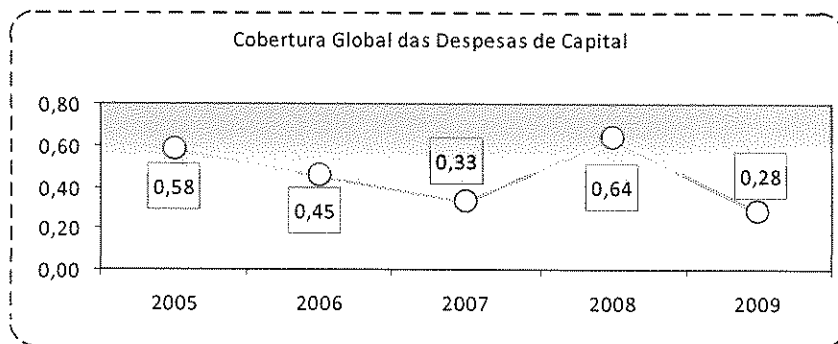
Importa ainda referir que a poupança corrente prevista, que resulta da diferença entre as previsões da Receita Corrente e as dotações da Despesa Corrente, corrigidas, era de 174.933 euros.

Gráfico 9: Cobertura Global das Despesas Correntes

**RÁCIO 3 – Cobertura Global das Despesas de Capital**

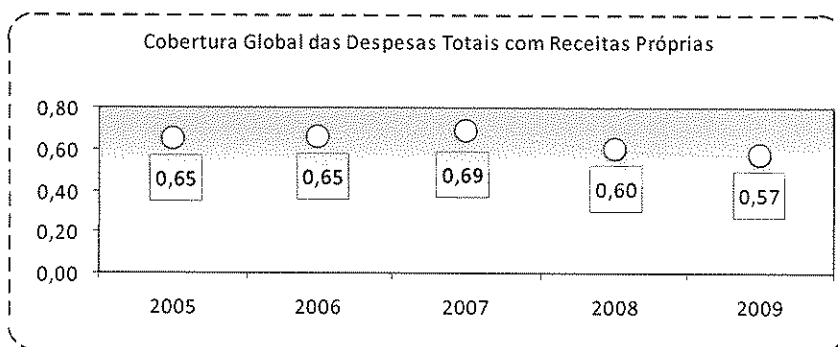
Através do rácio de cobertura global das Despesas de Capital pretende-se medir a capacidade das Receitas de Capital cobrirem as Despesas de Capital.

Da análise a este indicador verifica-se que, no decorrer das últimas cinco gerências, a capacidade das Receitas de Capital cobrirem as Despesas de Capital tem vindo a diminuir, sendo que o ano de 2008 inverteu essa tendência, registando-se um aumento comparativamente aos anos anteriores. No entanto no ano de 2009 regista-se uma queda acentuada deste indicador, apresentando mesmo o valor mais baixo do período em análise, 28%. Isto significa que em 2009 as Receitas de Capital apenas cobrem cerca de 28% das Despesas de Capital.

Gráfico 10: Cobertura Global das Despesas de Capital**RÁCIO 4 – Cobertura Global das Despesas Totais pelas Receitas Próprias**

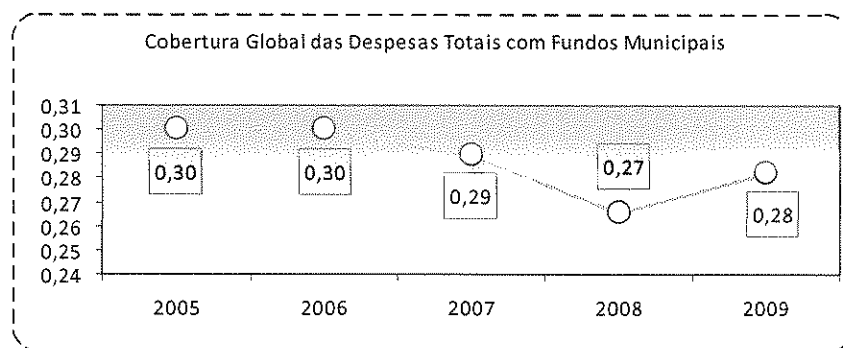
Este rácio pretende medir o grau de cobertura das despesas totais através das receitas próprias da Autarquia.

Tendo como base os valores apresentados, verifica-se que este rácio apresentou uma tendência de subida até ao ano de 2007, sendo que a partir do ano de 2008 assiste-se à inversão dessa tendência de subida, e o ano de 2009 é o ano que apresenta o valor mais baixo, o que significa que a capacidade das receitas próprias cobrirem as despesas totais está a diminuir gradualmente.

Gráfico 11: Cobertura Global das Despesas Totais pelas Receitas Próprias**RÁCIO 5 – Cobertura Global das Despesas Totais pelos Fundos Municipais**

Com o cálculo deste rácio pretende-se medir o grau de cobertura das despesas totais através dos fundos municipais.

Pela análise dos valores apresentados, verifica-se que este rácio sofreu um ligeiro aumento em 2009 (0,28), quando comparado com o ano transacto (0,27), mantendo-se, contudo, relativamente ao mesmo nível.

Gráfico 12: Cobertura Global das Despesas Totais pelos Fundos Municipais**1.4.2. Rácios de Estrutura da Receita**

No quadro seguinte estão expressos alguns dos indicadores de estrutura da receita da Autarquia nos últimos cinco anos de modo a ser possível avaliar a sua evolução.

Quadro 43: Rácios de Estrutura da Receita

RÁCIOS		2005	2006	2007	2008	2009
1	Receitas Próprias	12.226.878 €	12.335.174 €	13.586.706 €	13.636.179 €	12.809.549 €
	Receita Total	19.802.300 €	18.643.282 €	20.430.402 €	23.339.396 €	20.115.070 €
		0,62	0,66	0,67	0,58	0,64
2	Receitas cobradas localmente	5.997.162 €	6.292.845 €	6.242.025 €	5.770.605 €	6.581.931 €
	Receita Total	19.802.300 €	18.643.282 €	20.430.402 €	23.339.396 €	20.115.070 €
		0,30	0,34	0,31	0,25	0,33
3	Passivos Financeiros	- €	- €	- €	- €	- €
	Receita Total	19.802.300 €	18.643.282 €	20.430.402 €	23.339.396 €	20.115.070 €
		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
4	Venda Bens e Serviços Correntes	5.268.427 €	5.568.965 €	5.613.976 €	5.283.281 €	5.926.414 €
	Venda Bens e Serv. Investimento	96.808 €	58.706 €	39.692 €	26.753 €	12.076 €
	Receita Total	19.802.300 €	18.643.282 €	20.430.402 €	23.339.396 €	20.115.070 €
		0,27	0,30	0,28	0,23	0,30

RÁCIO 1 – Receitas Próprias

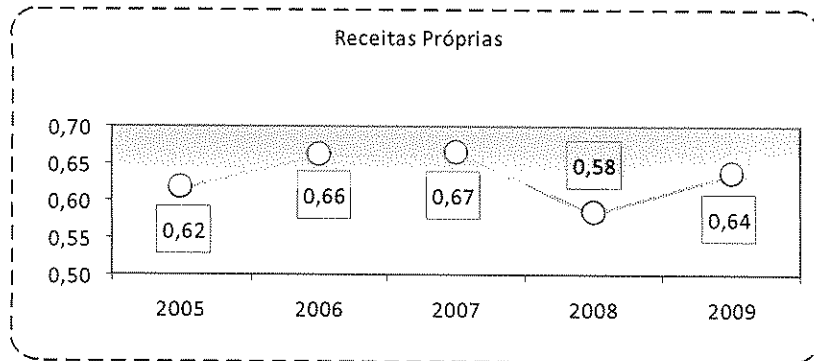
Este rácio mede o peso das receitas próprias do Município no total das receitas arrecadadas.

Da análise dos valores verifica-se que este rácio apresenta em 2009 uma inversão na tendência de descida verificada em 2008. O numerador (receitas próprias), bem como o denominador (receitas totais) apresentaram um aumento até ao ano de 2008, sendo que em 2009 ambas registaram um decréscimo.

O decréscimo registado nas receitas totais é superior ao decréscimo das receitas próprias, o que significa que em 2009 o peso das receitas próprias face às receitas totais aumentou.

Assim, em 2009, 64% das receitas totais da Autarquia respeitam a receitas próprias, enquanto que em 2008 esse valor era de 58%.

Gráfico 13: Receitas Próprias

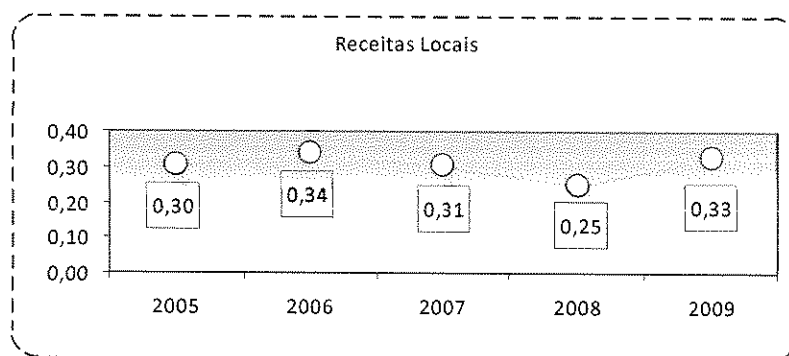


RÁCIO 2 – Receitas Locais

Este rácio faz o apuramento do peso das receitas cobradas localmente pela Autarquia nas receitas totais.

Face aos valores apresentados pode concluir-se que o valor das receitas locais apresentava uma tendência de crescimento até ao ano de 2006, sendo que o ano de 2007 foi o ano de inversão dessa tendência, e o ano de 2008 confirmou esse decréscimo. No ano de 2009, assiste-se novamente a uma inversão da tendência, sendo que neste ano as receitas cobradas localmente representam 33% das receitas totais, valor muito próximo do valor mais alto no período em análise, ano de 2006 com 34%.

Gráfico 14: Receitas Locais

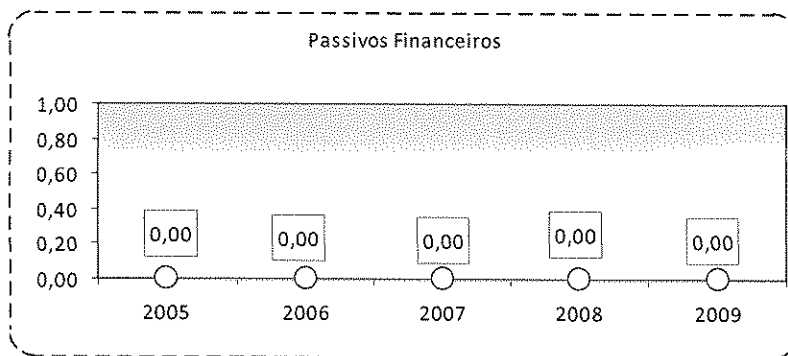


RÁCIO 3 – Passivos Financeiros

Este rácio pretende medir a importância dos empréstimos contratualizados na receita total da Autarquia.

Este rácio tem vindo a apresentar valores nulos desde 2005. Face ao exposto, pode concluir-se que o peso da contratação de empréstimos na receita total é nulo, atendendo ao facto de que nos cinco últimos anos não foi arrecadada qualquer receita decorrente da contratação ou da utilização de empréstimos.

Gráfico 15: Passivos Financeiros

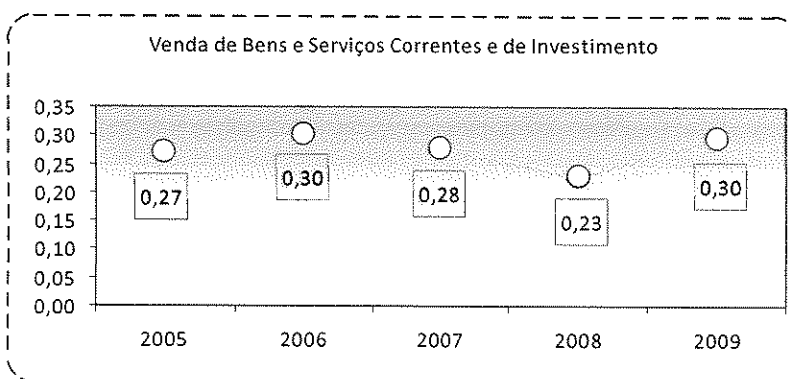


RÁCIO 4 – Venda de Bens e de Serviços Correntes e de Investimento

Este rácio pretende medir o peso da receita proveniente da Venda de Bens e Serviços Correntes e de Investimento na Receita Total.

Pode concluir-se que as vendas de bens e serviços correntes e de investimento representam cerca de 30% das receitas da Autarquia. Comparativamente com os anos transactos, verifica-se que 2008 veio confirmar a tendência de descida deste indicador verificada em 2007, mas no ano de 2009 assiste-se, uma vez mais, à inversão dessa tendência, sendo que este ano se iguala ao ano de 2006, os quais apresentam os valores mais altos do período em análise.

Gráfico 16: Venda de Bens e de Serviços Correntes e de Investimento



1.4.3. Rácios de Estrutura da Despesa

No quadro seguinte estão expressos alguns dos indicadores de estrutura da despesa da Autarquia nos últimos cinco anos de modo a ser possível avaliar a sua evolução. De um modo geral, estes indicadores pretendem medir o peso das despesas face a determinadas componentes.

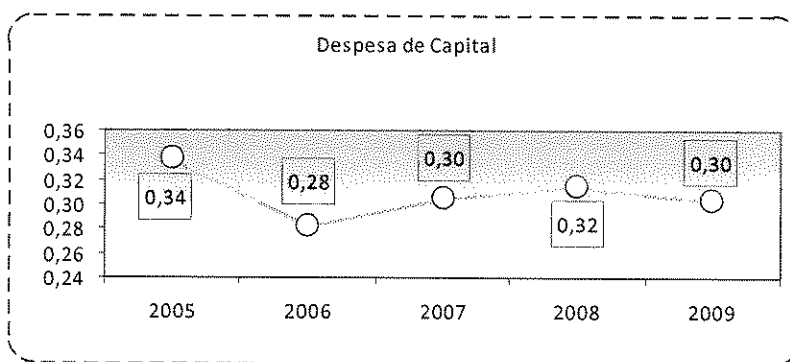
Quadro 44: Rácios de Estrutura da Despesa

	RÁCIOS	2005	2006	2007	2008	2009
1	Despesa de Capital	6.369.773 €	5.309.518 €	6.027.074 €	7.133.148 €	6.769.616 €
	Despesa Total	18.881.545 €	18.861.591 €	19.768.273 €	22.643.507 €	22.363.973 €
		0,34	0,28	0,30	0,32	0,30
2	Pessoal	5.516.129 €	5.474.169 €	5.459.998 €	5.600.780 €	6.002.756 €
	Despesa Total	18.881.545 €	18.861.591 €	19.768.273 €	22.643.507 €	22.363.973 €
		0,29	0,29	0,28	0,25	0,27
3	Aquis. Bens e Serviços Correntes	5.181.283 €	6.128.213 €	6.539.150 €	7.710.954 €	7.563.032 €
	Despesa Total	18.881.545 €	18.861.591 €	19.768.273 €	22.643.507 €	22.363.973 €
		0,27	0,32	0,33	0,34	0,34
4	Serviço da dívida	1.038.080 €	1.188.936 €	1.270.405 €	1.299.972 €	1.245.296 €
	Despesa Total	18.881.545 €	18.861.591 €	19.768.273 €	22.643.507 €	22.363.973 €
		0,05	0,06	0,06	0,06	0,06

RÁCIO 1 – Despesa de Capital

Este rácio mede o peso da Despesa de Capital na Despesa Total.

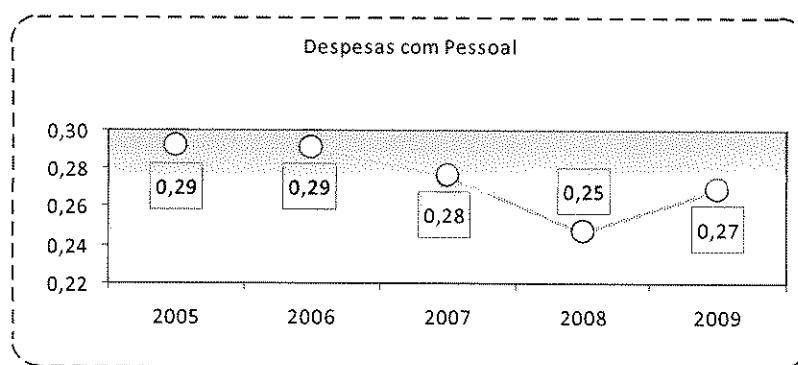
Da análise aos valores apresentados verifica-se que a Despesa de Capital em 2009 inverteu a tendência de acréscimo registada desde 2006, o que significa que a importância destas despesas na despesa total diminuiu no ano de 2009, representando 30%.

Gráfico 17: Despesa de Capital

RÁCIO 2 – Despesas com Pessoal

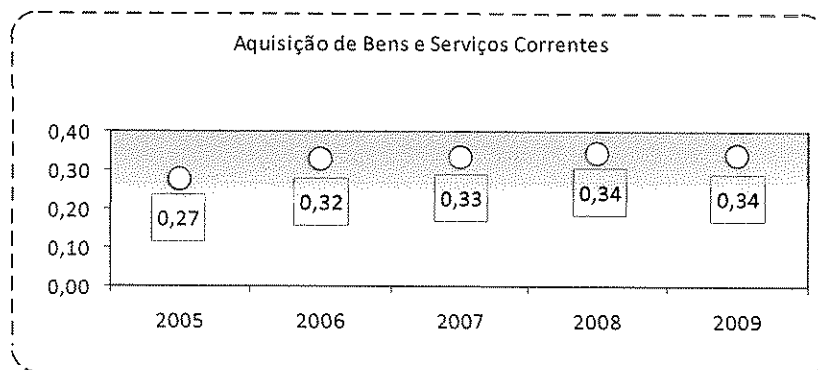
Este rácio dá-nos informação relativa ao peso das Despesas com Pessoal na despesa total do Município.

De acordo com os valores constantes do gráfico seguinte, as Despesas com Pessoal em 2009 representam 27% da despesa total da Autarquia, verificando-se, assim, um aumento relativamente ao ano transacto, no qual este tipo de despesa representavam 25% das despesas totais.

Gráfico 18: Despesas com Pessoal**RÁCIO 3 – Aquisição de Bens e Serviços Correntes**

Com este rácio pretende-se medir o peso da despesa com a Aquisição de Bens e Serviços decorrentes da actividade da Autarquia na despesa total.

Face aos valores apresentados verifica-se que a Aquisição de Bens e Serviços Correntes tem vindo a ganhar maior peso na despesa total da Autarquia desde 2005, representando em 2009, 34% da despesa do Município.

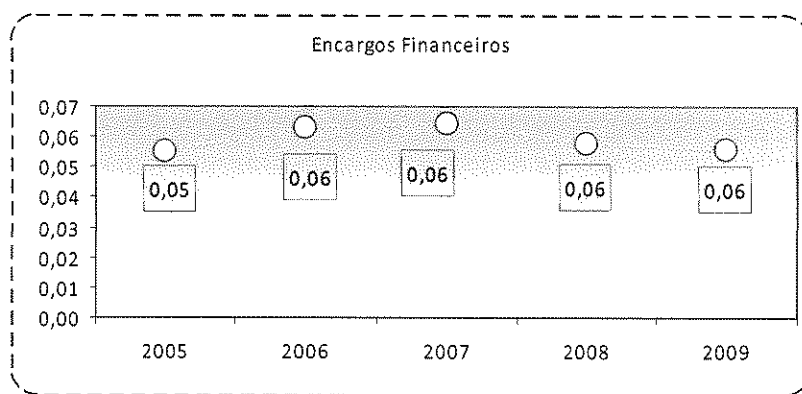
Gráfico 19: Aquisição de Bens e Serviços Correntes

[Handwritten signatures and initials]

RÁCIO 4 – Encargos Financeiros

Este rácio dá-nos informação relativa ao peso da despesa com os custos financeiros, nomeadamente, inerentes à contratação e utilização de empréstimos e contratos de locação financeira, na despesa total.

Da análise do rácio conclui-se que as despesas inerentes ao serviço da dívida têm mantido um peso semelhante ao longo dos últimos cinco anos, assistindo-se contudo a uma ligeira redução desde 2006, representando em 2009, cerca de 6% desse total.

Gráfico 20: Encargos Financeiros**1.4.4. Rácios para avaliar a relação dos Fundos Municipais Correntes com Componentes da Despesa Corrente**

No quadro seguinte estão expressos os indicadores que permitem estabelecer uma relação dos Fundos Municipais Correntes com as Componentes da Despesa Corrente.

Quadro 45: Rácios para avaliar a relação dos Fundos Municipais Correntes com Componentes da Despesa Corrente

RÁCIOS	2005	2006	2007	2008	2009
Pessoal	5.516.129 €	5.474.169 €	5.459.998 €	5.600.780 €	6.002.756 €
1 Fundos Municipais Correntes	3.401.008 €	3.401.008 €	4.123.795 €	4.305.759 €	4.533.887 €
	1,62	1,61	1,32	1,30	1,32
Aquisição de Bens e Serviços	5.181.283 €	6.128.213 €	6.539.150 €	7.710.954 €	7.563.032 €
2 Fundos Municipais Correntes	3.401.008 €	3.401.008 €	4.123.795 €	4.305.759 €	4.533.887 €
	1,52	1,80	1,59	1,79	1,67

RÁCIO 1 – Despesas com Pessoal face aos Fundos Municipais Correntes

Este rácio mede a relação do acréscimo dos Fundos Municipais correntes com o acréscimo da Despesa com o Pessoal.

Pelos valores apresentados, este rácio tem-se mantido praticamente inalterável desde 2007, ano em que se assistiu a um decréscimo acentuado deste indicador, o que significa que o aumento verificado nos Fundos Municipais foi superior ao aumento verificado nas Despesas com Pessoal. Em 2009 registou-se um ligeiro acréscimo do indicador, o que significa que o aumento das despesas com pessoal, 401.976 euros, foi superior ao aumento da verba dos Fundos Municipais Correntes, 228.128 euros.

RÁCIO 2 – Aquisição de Bens e Serviços face aos Fundos Municipais Correntes

Este rácio mede a relação do acréscimo dos Fundos Municipais Correntes com o acréscimo da despesa com Aquisição de Bens e Serviços necessários à actividade da Autarquia.

Quando comparado com os anos anteriores verifica-se que este sofre diversas oscilações ao longo dos anos, sendo que em 2009 houve uma diminuição do seu valor, dado que houve uma diminuição da despesa com Aquisição de Bens e Serviços e um aumento nas receitas decorrentes dos Fundos Municipais Correntes.

1.4.5. Rácios para avaliar o Prazo Médio de Pagamento

O Prazo Médio de Pagamento pretende medir o tempo médio que a Autarquia demora para pagar as dívidas a terceiros.

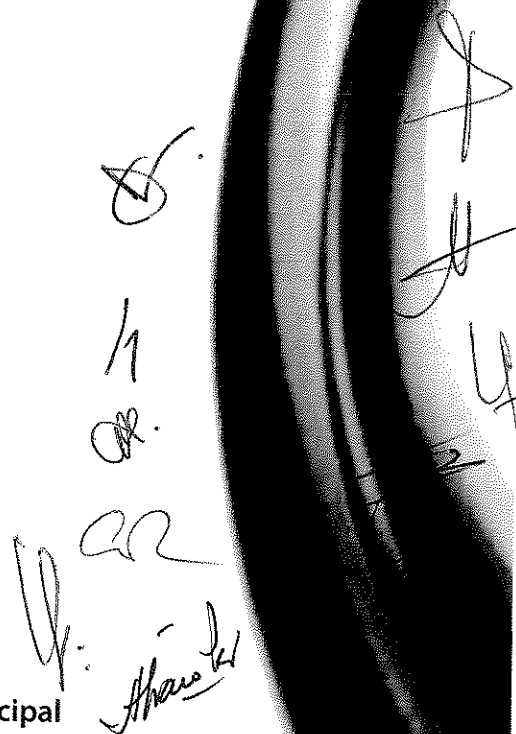
Quando este indicador apresenta um valor baixo, significa que o financiamento que os terceiros fazem à exploração também é reduzido. No entanto, também pode demonstrar que a entidade não tem capacidade de negociação com os seus fornecedores. Um valor muito alto, por outro lado, pode significar que a entidade apresenta algumas dificuldades para satisfazer as suas obrigações.

Ao analisar-se os valores do Prazo Médio de Pagamento dos últimos cinco anos, verifica-se que este não tem sofrido oscilações significativas, embora se saliente a inversão de tendência de subida registada até 2008, a qual já vinha desde o ano de 2006.

Quadro 46: Prazo Médio de Pagamento

	2005	2006	2007	2008	2009
Compromissos assumidos no ano	25.134.809 €	21.709.393 €	23.891.289 €	27.772.400 €	27.122.812 €
Despesa Paga	18.881.545 €	18.861.591 €	19.768.273 €	22.643.507 €	22.363.973 €
	1,33	1,15	1,21	1,23	1,21

ANÁLISE PATRIMONIAL



Handwritten signatures and initials in the bottom right corner, including a large signature and several smaller ones.

2. ANÁLISE PATRIMONIAL

Com este capítulo pretende-se fazer uma análise mais detalhada aos custos e proveitos do ano de 2009.

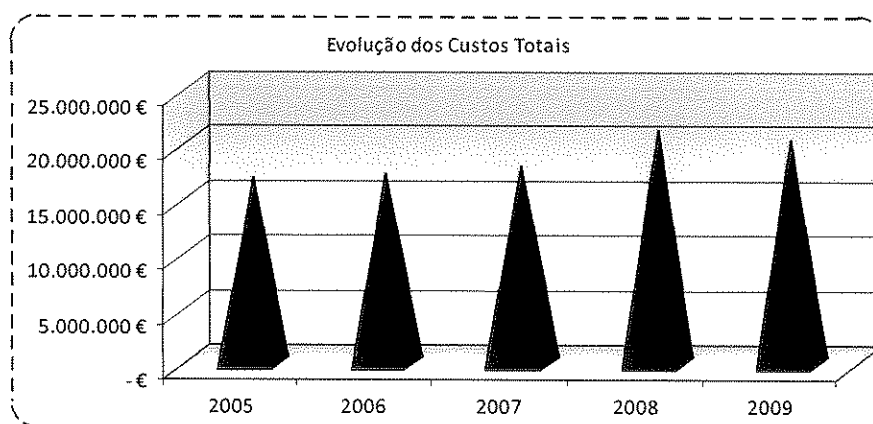
2.1. ANÁLISE DAS CONTAS DE CUSTOS

Nas contas de custos, Classe 6 – Custos e Perdas, registam-se todos os custos que a entidade incorre ao longo do ano financeiro, na sequência da sua actividade.

De acordo com os valores apresentados no quadro seguinte, os custos totais da Autarquia apresentavam uma tendência de crescimento gradual desde 2005, sendo que, em 2009 se assiste a uma diminuição desse valor de aproximadamente 4%.

Quadro 47: Evolução dos custos totais

	2005	2006	2007	2008	2009
Custos Totais	16.878.972 €	17.198.233 €	17.973.470 €	21.188.319 €	20.315.565 €



A classe 6 é composta por nove grandes grupos, os quais tipificam o tipo de custos incorridos na gestão autárquica, pelo que importa verificar as principais alterações em cada um dos grupos de modo a explicitar a diminuição verificada de 2008 para 2009.

No quadro seguinte, pode analisar-se a evolução de cada um dos grupos da classe 6 ao longo dos últimos cinco anos.

Como se pode verificar as contas 61, 65, 67, 68 e 69 seguiram a evolução de diminuição dos custos globais contrariamente às contas 62, 63, 64 e 66.

Quadro 48: Evolução dos custos globais nos últimos quatro anos

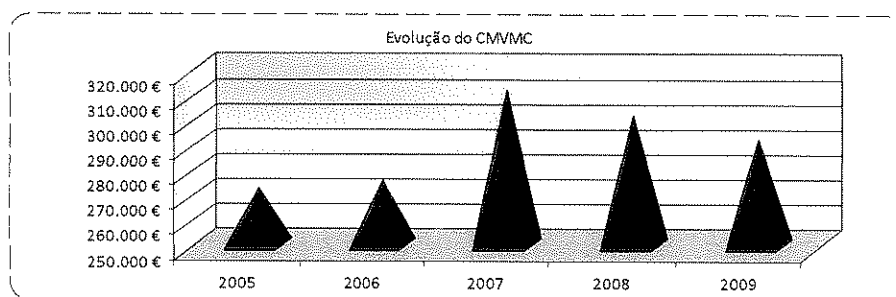
	2005	2006	%	2007	%	2008	%	2009	VARIACÃO	
									ABSOLUTA	%
61 C.M.V.M.C.	272.645 €	275.495 €	1,05%	312.026 €	13,26%	301.975 €	-3,22%	292.657 €	- 9.317 €	-3,09%
62 Forn.Ser. Ext.	5.337.615 €	5.439.546 €	1,91%	6.080.489 €	11,78%	7.236.966 €	19,02%	7.654.949 €	417.983 €	5,78%
63 Transf. Sub.	1.261.085 €	1.164.809 €	-7,63%	1.129.538 €	-3,03%	1.316.095 €	16,52%	1.454.474 €	138.380 €	10,51%
64 Pessoal	5.475.783 €	5.218.163 €	-4,70%	5.350.889 €	2,54%	5.685.428 €	6,25%	5.951.502 €	266.073 €	4,68%
65 Out.Custos Oper.	39.030 €	54.452 €	39,51%	78.842 €	44,79%	82.001 €	4,01%	69.575 €	- 12.426 €	-15,15%
66 Amort. Exercício	3.377.099 €	3.598.655 €	6,56%	3.564.949 €	-0,94%	3.550.022 €	-0,42%	3.651.897 €	101.875 €	2,87%
67 Provisões	40.587 €	94.858 €	133,72%	52.939 €	-44,19%	1.408.528 €	2560,68%	38.333 €	- 1.370.195 €	-97,28%
68 Custos Financ.	254.077 €	334.399 €	31,61%	426.052 €	27,41%	479.317 €	12,50%	243.097 €	- 236.220 €	-49,28%
69 Custos Extraord.	821.051 €	1.017.855 €	23,97%	977.746 €	-3,94%	1.127.988 €	15,37%	959.081 €	- 168.906 €	-14,97%
	16.878.972 €	17.198.233 €		17.973.470 €		21.188.319 €		20.315.565 €	- 872.753 €	

2.1.1. Conta 61 – Custo das Mercadorias Vendidas e das Matérias Consumidas (CMVMC)

A conta 61 regista o custo tido com as mercadorias vendidas e matérias consumidas no processo produtivo do Município inerente à prossecução das suas atribuições.

Quadro 49: Evolução dos CMVMC

	2005	2006	2007	2008	2009
61.2 - Mercadorias	14.150 €	7.529 €	17.155 €	17.206 €	15.646 €
61.6 - Matérias - Primas, Subs. e Consumo	258.496 €	267.966 €	294.871 €	284.768 €	277.011 €
CMVMC	272.645 €	275.495 €	312.026 €	301.975 €	292.657 €

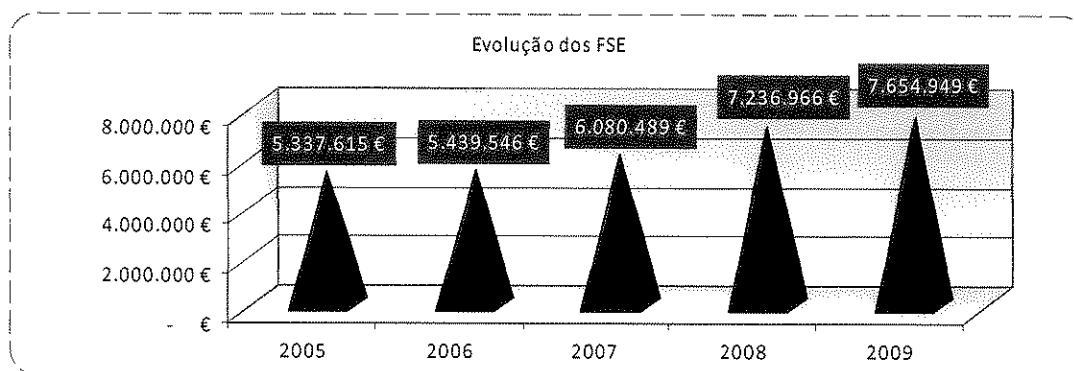


Pela análise do gráfico verifica-se que o CMVMC registou em 2009 um decréscimo face ao ano anterior de 9.317 euros, confirmando a tendência registada desde 2007. Este decréscimo representa uma variação negativa de 3%.

2.1.2. Conta 62 – Fornecimentos e Serviços Externos (FSE)

Na conta 62 registam-se todas as despesas realizadas com a aquisição de bens e serviços de natureza corrente, bem como os serviços prestados por terceiros, essenciais ao normal funcionamento da Autarquia.

A análise dos valores apresentados permite aferir que se tem assistido a um aumento dos custos com Fornecimentos e Serviços Externos desde 2005, sendo que de 2008 para 2009 este aumento foi de 5,78%.

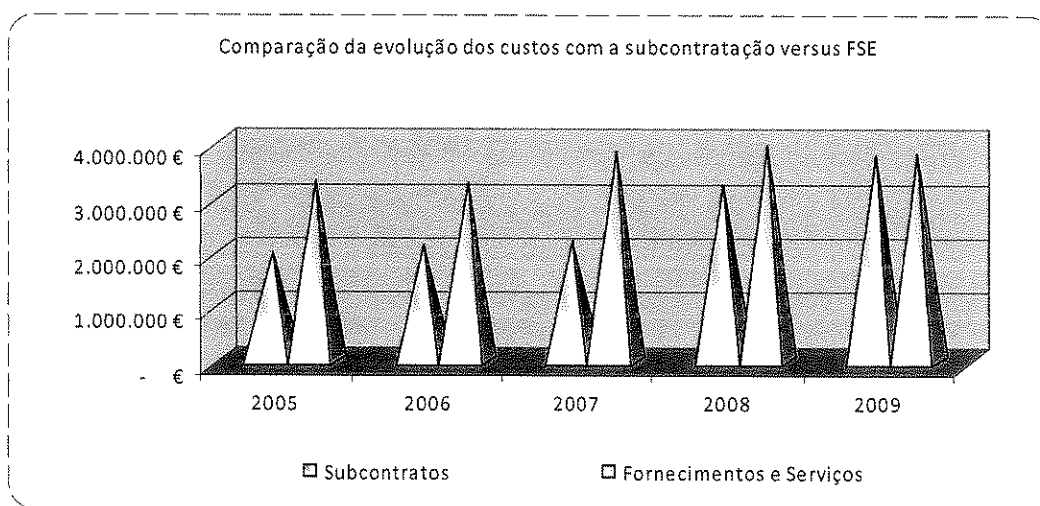
Quadro 50: Evolução dos Fornecimentos e Serviços Externos

Nos custos totais com Fornecimentos e Serviços Externos verifica-se que, a rubrica dos Subcontratos registou um acréscimo face ao ano anterior de 17%, enquanto que a rubrica dos Fornecimentos e Serviços apresentou um decréscimo face ao ano anterior de 3%.

Os Fornecimentos e Serviços representam 38% dos custos totais do Município da Marinha Grande.

Quadro 51: Comparação da evolução dos custos com a subcontratação versus FSE

	2005	2006	2007	2008	2009
Subcontratos	2.007.944 €	2.159.190 €	2.219.792 €	3.259.382 €	3.809.339 €
Fornecimentos e Serviços	3.329.671 €	3.280.357 €	3.860.697 €	3.977.584 €	3.845.610 €
FSE	5.337.615 €	5.439.546 €	6.080.489 €	7.236.966 €	7.654.949 €



A análise ao gráfico permite-nos aferir que no ano de 2009 se registou um aumento dos custos com Fornecimentos e Serviços Externos, o que em termos absolutos representa um aumento de 417.983 euros.

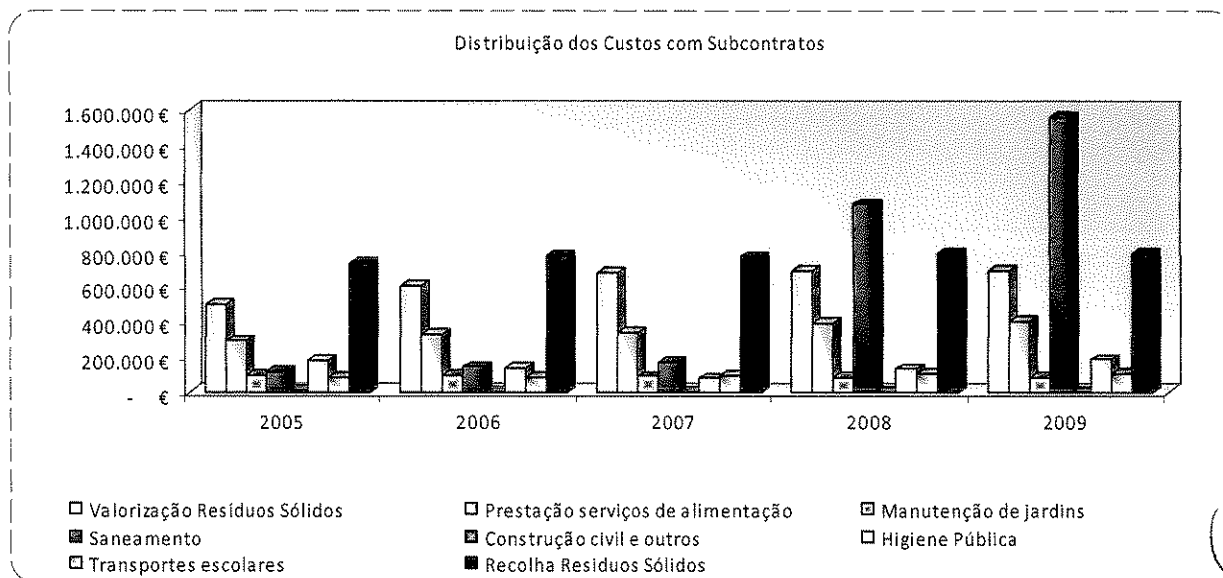
SUBCONTRATOS

Fazendo uma análise mais pormenorizada aos custos com os subcontratos verifica-se que, em conjunto, os custos com a recolha e a valorização dos Resíduos Sólidos Urbanos representam cerca de 39% dos custos totais com subcontratos em 2009. No ano transacto esse valor era de 45%.

Importa salientar o aumento significativo do peso da rubrica de Saneamento quando comparado com os anos transactos. Em 2009 esta rubrica representa cerca de 41% dos custos totais de subcontratos, quando em 2008 esse valor era de 33%.

Quadro 52: Distribuição dos Custos com Subcontratos

	2005	2006	2007	2008	2009
Recolha Resíduos Sólidos	733.151 €	771.211 €	767.633 €	783.670 €	787.162 €
Valorização Resíduos Sólidos	497.175 €	600.288 €	681.406 €	691.134 €	688.585 €
Prestação serviços de alimentação	291.383 €	330.544 €	335.943 €	393.358 €	400.179 €
Manutenção de jardins	96.846 €	94.743 €	89.124 €	88.755 €	85.899 €
Saneamento	119.315 €	143.349 €	169.776 €	1.064.805 €	1.555.857 €
Construção civil e outros	6.682 €	- €	103 €	- €	4.260 €
Higiene Pública	182.643 €	137.750 €	78.225 €	132.521 €	184.417 €
Transportes escolares	80.748 €	81.305 €	97.582 €	105.138 €	102.980 €
Total	2.007.944 €	2.159.190 €	2.219.792 €	3.259.382 €	3.809.339 €



O aumento dos custos com Fornecimentos e Serviços Externos, registado de 2008 para 2009, na componente de Subcontratos, continua a estar directamente relacionado com a cedência de exploração de várias infra-estruturas de saneamento situadas no concelho da Marinha Grande, nomeadamente, a Estação Elevatória da Praia da Vieira, a Estação de Tratamento de Águas Residuais de Vieira de Leiria, a Estação de Tratamento de Águas Residuais da Zona Industrial da Marinha Grande, as Estações Elevatórias de S. Pedro de Moel e a Estação de Tratamento de Águas Residuais de S. Pedro de Moel à empresa intermunicipal SIMLIS- Saneamento Integrado dos Municípios do

Lis, SA, com efeitos a partir de 2 de Janeiro de 2008, em que esta empresa passou a efectuar a recolha, tratamento e rejeição de efluentes do concelho da Marinha Grande, atento contrato celebrado com o Município em 24 de Janeiro de 2000, no qual foram estipuladas as condições em que o serviço seria prestado.

No ano de 2009, o custo com o transporte e tratamento de efluentes efectuado pela SIMLIS, S.A. foi de 1.434.160,61 euros, valor este muito superior ao registado em 2008, 960.324,59 euros, o que representa um crescimento em termos percentuais de cerca de 49%, e em termos absolutos de 473.836,02 euros.

Até ao ano de 2007 a gestão da prestação destes serviços à população era efectuada pelo próprio Município.

FORNECIMENTOS E SERVIÇOS

Após análise às principais rubricas dos custos com fornecimentos e serviços, conclui-se que em 2009, 48,8% deste custo total se reparte por duas rubricas: trabalhos especializados e electricidade. Em 2008 esse valor era de 49,4% o que significa que houve um decréscimo do peso relativo destas duas rubricas no total destes custos.

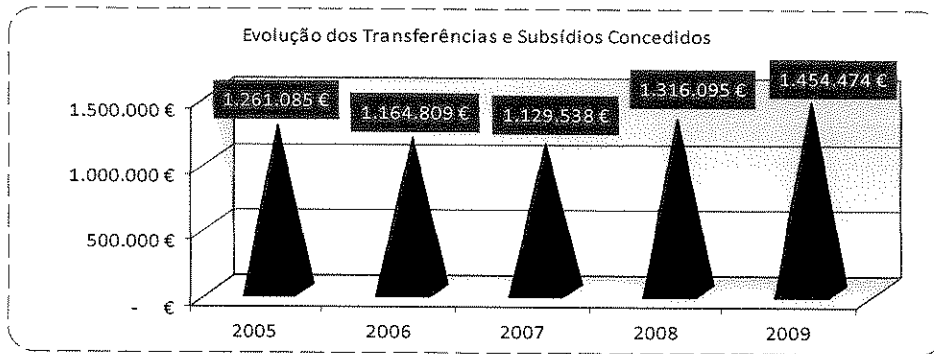
Quadro 53: Distribuição dos Custos com Fornecimentos e Serviços

	2005	2006	2007	2008	2009	%
Electricidade	860.518 €	894.195 €	957.224 €	1.027.995 €	1.041.664 €	27,09%
Combustíveis	50.720 €	49.598 €	45.610 €	55.104 €	67.019 €	1,74%
Outros Fluidos	65.772 €	72.945 €	93.853 €	94.126 €	90.118 €	2,34%
Ferramentas e Utensílios	1.476 €	2.233 €	4.550 €	3.806 €	3.127 €	0,08%
Livros e Documentação Técnica	2.094 €	2.055 €	1.394 €	1.098 €	1.445 €	0,04%
Material de Escritório	16.558 €	14.165 €	18.852 €	20.511 €	23.358 €	0,61%
Artigos para Oferta	41.773 €	39.396 €	30.454 €	45.593 €	26.434 €	0,69%
Rendas e Alugueres	308.938 €	371.321 €	472.635 €	421.852 €	325.054 €	8,45%
Despesas de Representação	2.499 €	6.806 €	10.674 €	15.689 €	5.091 €	0,13%
Comunicação	164.709 €	156.985 €	168.885 €	188.669 €	193.657 €	5,04%
Seguros	86.208 €	90.343 €	87.125 €	88.071 €	97.688 €	2,54%
Deslocações e Estadas	1.956 €	2.430 €	1.120 €	2.463 €	2.613 €	0,07%
Honorários	194.334 €	86.812 €	68.213 €	45.724 €	34.296 €	0,89%
Contencioso e Notariado	6.150 €	2.790 €	50.204 €	49.200 €	51.258 €	1,33%
Conservação e Reparação	404.261 €	402.000 €	485.670 €	372.157 €	414.843 €	10,79%
Publicidade	94.010 €	56.762 €	60.682 €	71.241 €	84.587 €	2,20%
Limpeza, Higiene e Conforto	17.387 €	6.845 €	12.249 €	11.297 €	21.179 €	0,55%
Vigilância e Segurança	103.385 €	103.631 €	111.920 €	154.741 €	147.992 €	3,85%
Trabalhos Especializados	619.460 €	636.991 €	837.061 €	937.084 €	834.326 €	21,70%
Encargos e Cobranças	159.990 €	151.059 €	191.161 €	209.690 €	201.609 €	5,24%
Outros Fornecimentos e Serviços	127.475 €	130.996 €	151.161 €	161.475 €	178.250 €	4,64%
Total	3.329.671 €	3.280.357 €	3.860.697 €	3.977.584 €	3.845.610 €	100%

2.1.3. Conta 63 – Transferências e Subsídios Correntes Concedidos e Prestações Sociais

A conta 63 regista as transferências correntes, subsídios e prestações de natureza social concedidas às unidades institucionais e a famílias.

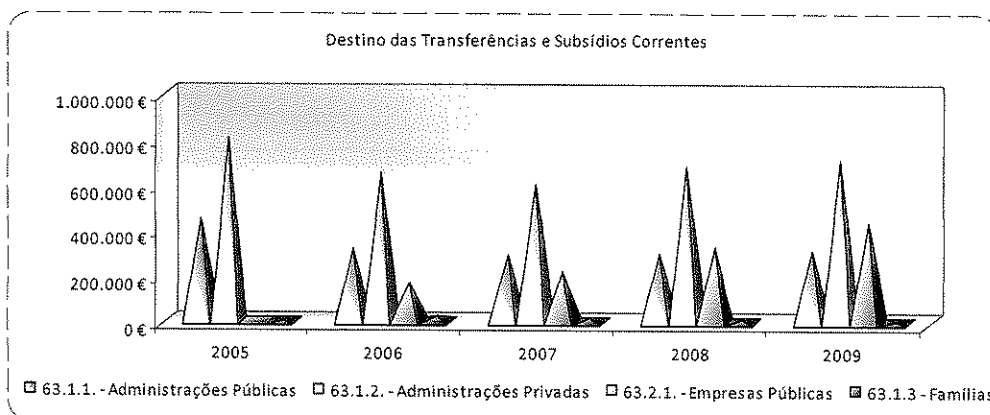
Face aos valores apresentados podemos verificar que de 2008 para 2009 se assistiu a um aumento dos custos com transferências e subsídios concedidos, a qual foi de 10,5%.

Gráfico 21: Evolução das Transferências e Subsídios Correntes Concedidos

Através da análise do quadro infra, verifica-se que o aumento dos custos globais com transferências e subsídios correntes se ficou a dever essencialmente ao acréscimo das transferências para a empresa pública municipal TUMG – Transportes Urbanos da Marinha Grande, E.M., aumento esse de cerca de 33% face ao ano anterior, e à diminuição das transferências para as Famílias em cerca de 93%.

Quadro 54: Destino das Transferências Correntes

	2005	2006	2007	2008	2009
63.1.1. - Administrações Públicas	451.521 €	322.339 €	291.377 €	295.530 €	310.865 €
63.1.2. - Administrações Privadas	804.038 €	648.985 €	600.891 €	680.322 €	705.838 €
63.1.3 - Famílias	5.526 €	26.362 €	17.175 €	11.325 €	750 €
63.2.1. - Empresas Públicas	0 €	167.123 €	220.096 €	328.918 €	437.022 €
Total	1.261.085 €	1.164.809 €	1.129.538 €	1.316.095 €	1.454.474 €



(Handwritten signatures and initials on the right margin)

Os custos com transferências para administrações públicas, reflectem os custos incorridos no exercício de 2009 com as transferências correntes efectuadas para as Juntas de Freguesia do Concelho da Marinha Grande, agrupamentos de escolas e associações de municípios.

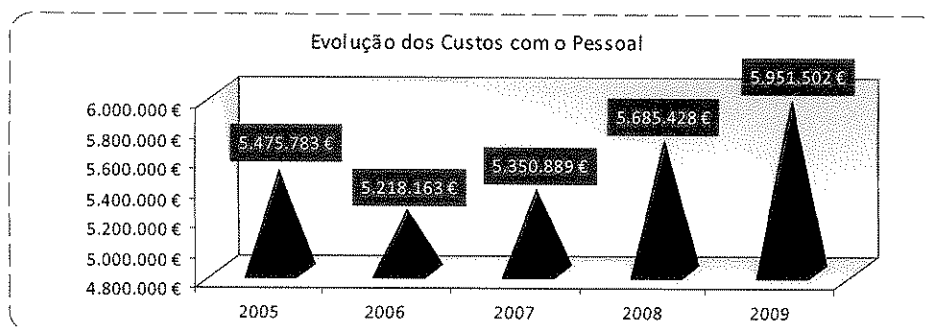
Os custos reflectidos na conta das administrações privadas, reflectem os custos do exercício de 2009 com transferências a instituições desportivas, recreativas e culturais.

2.1.4. Conta 64 – Custos com Pessoal

Na conta 64 registam-se todos os encargos tidos com o pessoal ao serviço da Autarquia, remunerações e outros, como por exemplo, as senhas de presença dos membros da Assembleia Municipal.

De acordo com os valores apresentados, verifica-se que, de 2008 para 2009, se assistiu a uma subida dos Custos com Pessoal, registando-se um aumento de cerca de 5% face ao ano anterior.

Gráfico 22: Evolução dos Custos com o Pessoal



Fazendo uma análise à distribuição dos Custos com Pessoal, conforme consta do quadro seguinte, verifica-se que a maior fatia dos Custos com Pessoal diz respeito às remunerações, representando cerca de 85% dos custos totais.

Quadro 55: Distribuição dos Custos com o Pessoal

	2005	2006	2007	2008	2009
Remunerações	4.748.907 €	4.469.891 €	4.522.841 €	4.839.432 €	5.066.408 €
Pensões	10.103 €	611 €	1.372 €	1.376 €	25.720 €
Encargos com remunerações	428.570 €	519.404 €	585.666 €	630.880 €	674.342 €
Seguros	46.500 €	35.287 €	46.925 €	38.927 €	44.781 €
Outros	241.704 €	192.969 €	194.084 €	174.813 €	140.251 €
Total	5.475.783 €	5.218.163 €	5.350.889 €	5.685.428 €	5.951.502 €

As componentes incluídas na rubrica das remunerações são as constantes do quadro seguinte:

Handwritten signatures and initials are present on the right side of the page, including a large signature at the bottom right.

Quadro 56: Componentes da rubrica Remunerações

	2005	2006	2007	2008	2009
Rem. Membros Autárquicos	156.482 €	136.122 €	170.358 €	219.071 €	178.489 €
Remunerações de Pessoal	3.868.883 €	3.731.432 €	3.746.557 €	4.010.415 €	4.341.771 €
Suplemento de Remunerações	668.643 €	555.163 €	561.671 €	552.141 €	489.771 €
Prestações Sociais Directas	54.899 €	47.174 €	44.255 €	57.806 €	56.378 €
	4.748.907 €	4.469.891 €	4.522.841 €	4.839.432 €	5.066.408 €

Da análise aos valores apresentados o único aumento registou-se nas Remunerações do Pessoal, cerca de 8%. Todas as outras rubricas apresentaram um decréscimo face ao ano de 2008, sendo a mais significativa na Remuneração dos Membros Autárquicos, a qual diminuiu cerca de 19%.

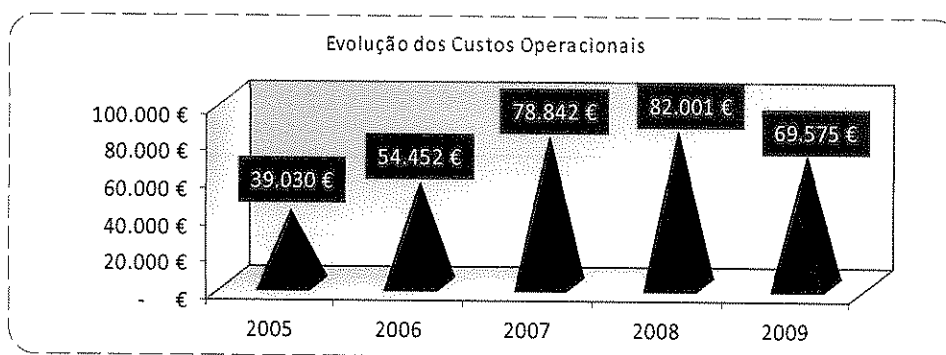
Importa referir que a conta 64 - custos com o pessoal, reflecte não apenas os custos com pessoal pagos no exercício económico de 2009 mas também os Acréscimos de Custos com Pessoal relativos a férias, subsídio de férias e respectivos encargos, pelo que nesta conta foram registados os custos a reconhecer no próprio exercício, para os quais ainda não existe documentação vinculativa e cuja despesa só irá incorrer em exercícios seguintes.

Assim, assinala-se que os acréscimos de custos com remunerações a liquidar em 2010 e que respeitam a 2009 (férias, subsídios de férias e respectivos encargos) ascendem ao montante de 863.062,45 euros.

2.1.5. Conta 65 – Custos Operacionais

A conta 65 é uma conta residual onde a Autarquia regista outros custos tidos com a actividade principal.

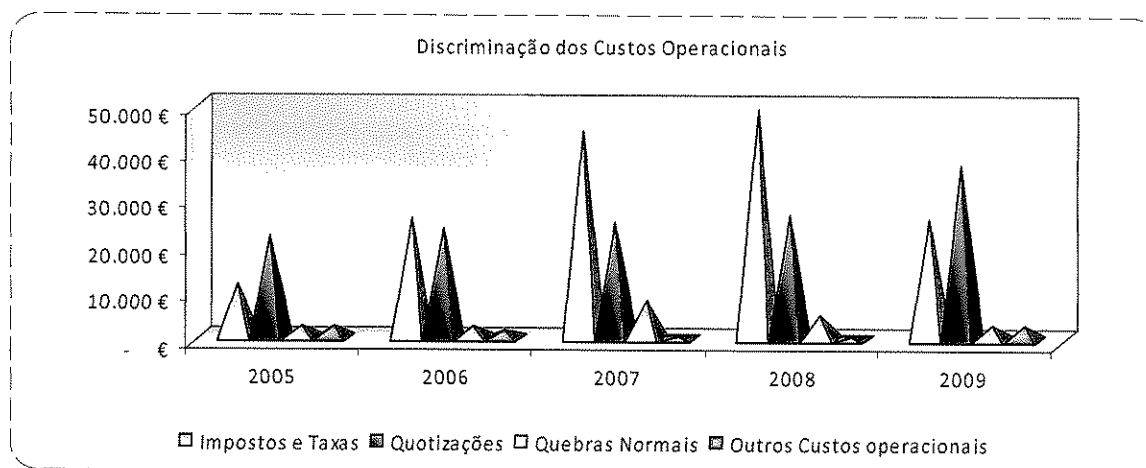
O gráfico seguinte mostra que os Custos Operacionais registaram uma diminuição face a idêntico período de 2008, de cerca de 15%, evolução contrária à registada de 2007 para 2008, onde se registou um aumento de cerca de 4%.

Gráfico 23: Evolução dos Custos Operacionais

Considerando a diminuição registada, importa verificar qual a rubrica que mais contribuiu para isso.

Quadro 57: Discriminação dos Custos Operacionais

	2005	2006	2007	2008	2009
Impostos e Taxas	11.681 €	25.998 €	44.597 €	49.414 €	25.677 €
Quotizações	22.016 €	23.720 €	25.057 €	26.860 €	37.585 €
Quebras Normais	2.700 €	2.771 €	8.429 €	5.108 €	3.240 €
Outros Custos operacionais	2.633 €	1.963 €	758 €	619 €	3.073 €
	39.030 €	54.452 €	78.842 €	82.001 €	69.575 €



Da análise do quadro/gráfico anterior pode verificar-se que a diminuição dos Custos Operacionais se ficou a dever essencialmente à diminuição verificada na rubrica de Impostos e Taxas. Por outro lado, assistiu-se a um aumento significativo nos custos da rubrica de Outros Custos Operacionais, 396%, e Quotizações, 40%.

A diminuição de custos operacionais com impostos e taxas está directamente relacionada com a diminuição da aplicação de disponibilidades de tesouraria em depósitos a prazo, o que permitiu que os custos com a retenção de IRC fossem inferiores aos registados em anos anteriores

No que respeita ao aumento da rubrica Outros Custos Operacionais, este ficou a dever-se ao aumento tido durante o ano com os custos de Direitos de Autor nos diversos espectáculos organizados pelo Município, bem como com os custos relativos ao pagamento por conta da retenção na fonte de imposto sobre o rendimento, relativa a atribuição de prémios no âmbito do Concurso Jovem Literário 2009 – Prémio Anual de Escrita e Poesia e de Conto da Marinha Grande.

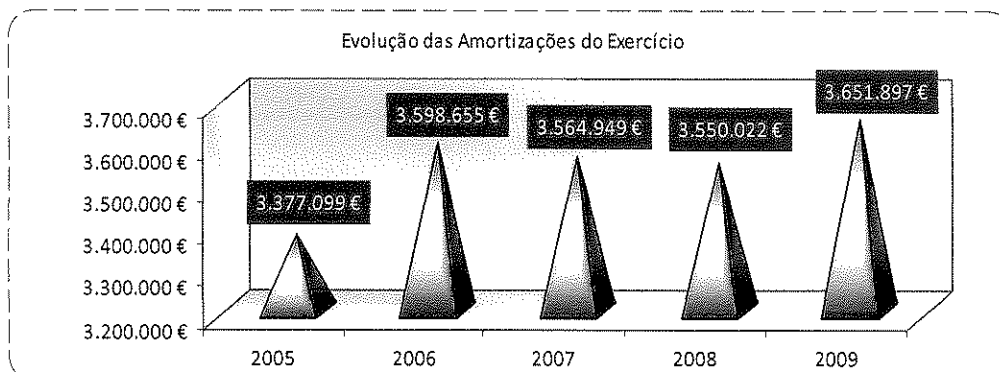
Relativamente às Quotizações o aumento de 10.725 euros ficou a dever-se aos custos tidos com as novas quotas relativas a novas entidades, nomeadamente, Comunidade Intermunicipal do Pinhal Litoral (10.000 euros), Comissão Nacional Portuguesa/Museu Nacional Arte Antiga (640 euros) e Associação Portuguesa para o Património Industrial (85 euros).

2.1.6. Conta 66 – Amortizações do Exercício

A conta Amortizações do Exercício regista a depreciação do imobilizado corpóreo e incorpóreo no ano de 2009.

De acordo com a análise do gráfico seguinte, verifica-se que em 2009 se assiste à inversão da tendência de decréscimo de custos registada desde 2007, atento o aumento de 2,87% relativamente ao ano transacto.

Gráfico 24: Evolução dos Custos com Amortizações do Exercício



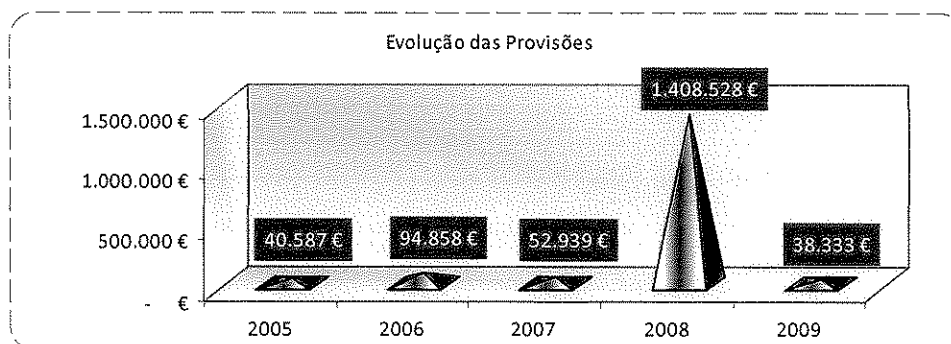
O aumento dos custos com amortizações do exercício está relacionado com a inventariação de infraestruturas diversas e o seu registo em imobilizado corpóreo, as quais se encontravam até 2009 em imobilizado em curso.

2.1.7. Conta 67 – Provisões do Exercício

A conta 67 permite o registo de forma global, no final do período contabilístico, da variação positiva da estimativa dos riscos em cada espécie de provisão entre dois períodos contabilísticos consecutivos que tiver características de custo operacional.

Como mostra o gráfico seguinte, os custos com provisões registaram um decréscimo de 2008 para 2009 de cerca de 97%, apresentando um valor similar ao de todos os anos do período em análise, com excepção do ano de 2008.

Gráfico 25: Evolução das Provisões



Considerando a descida significativa de 2008 para 2009, importa analisar a rubrica que mais contribuiu para essa diminuição.

Quadro 58: Discriminação das Provisões

	2005	2006	2007	2008	2009
Provisões para Cobranças Duvidosas	40.587 €	94.858 €	52.939 €	21.643 €	27.862 €
Provisões para Riscos e Encargos	- €	- €	- €	1.386.885 €	10.471 €
	40.587 €	94.858 €	52.939 €	1.408.528 €	38.333 €

Considerando o quadro anterior verifica-se que a diminuição ficou a dever-se à constituição de Provisões para Riscos e Encargos no ano de 2009, de um valor muito reduzido, -99%, contrariamente ao verificado em 2008, no qual foi constituída uma provisão no montante de 1.373.184,44 euros, sendo que esse valor corresponde ao montante em dívida pelo Município da Marinha Grande ao I.N.H. - Instituto Nacional da Habitação, actualmente denominado I.H.R.U. - Instituto da Habitação e Reabilitação urbana, atentos valores em vigor à data de 31-12-2006, sendo que nessa data o valor da comparticipação do I.N.H. ao Município da Marinha Grande passaria de 1.068.020,40 euros para 1.235.976,29 euros. Com este registo contabilístico efectuado no ano de 2008 pretendeu-se relevar no passivo o montante que o Município da Marinha Grande terá de pagar ao I.H.R.U. na data da celebração da Escritura Pública de Compra e Venda, sendo de referir que esse registo contabilístico teve um impacto muito significativo no aumento dos custos operacionais e consequentemente nos resultados operacionais apresentados no ano de 2008 pelo Município da Marinha Grande.

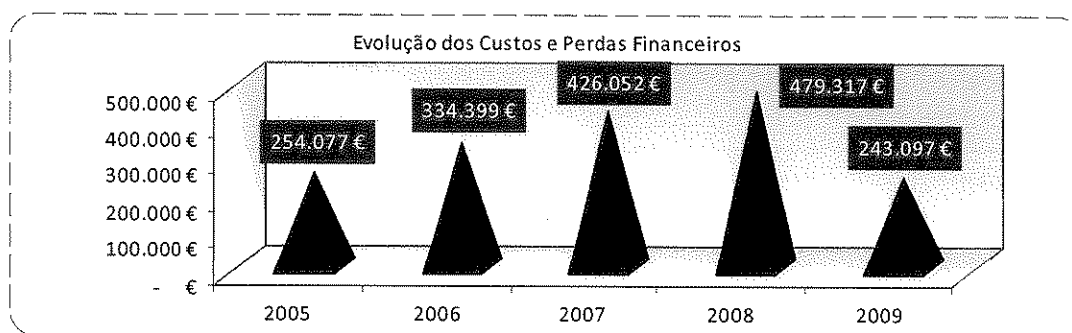
A provisão constituída em 2009 deve-se ao facto da empresa municipal ter apresentado um resultado líquido negativo, o que implica que o Município tenha que constituir uma provisão do valor a transferir-lhe, atento o disposto no art.º 31, n.º 2 e 3 do RJSEL.

2.1.8. Conta 68 – Custos e Perdas Financeiros

A conta 68 da Demonstração de Resultados permite efectuar o registo dos custos do exercício com a utilização de capital alheio.

Relativamente a 2009, os Custos e Perdas Financeiros diminuíram cerca de 49% face ano anterior, como se verifica no gráfico seguinte.

Handwritten signatures and initials on the right side of the page, including a large signature at the top right, a signature below it, and several initials and smaller signatures at the bottom right.

Gráfico 26: Evolução dos Custos e Perdas Financeiros

A análise do quadro seguinte permite-nos concluir que a diminuição dos custos e perdas financeiros se ficou a dever ao decréscimo dos custos com juros suportados (cerca de 50%) de empréstimos contratualizados.

Quadro 59: Distribuição dos Custos Financeiros

	2005	2006	2007	2008	2009
Juros suportados	248.068 €	327.235 €	419.120 €	471.540 €	235.197 €
Amort. Investimentos em Imóveis	4.735 €	4.944 €	4.963 €	4.963 €	4.963 €
Outros Custos Perdas Financeiros	1.274 €	2.221 €	1.969 €	2.813 €	2.937 €
Total	254.077 €	334.399 €	426.052 €	479.317 €	243.097 €

Fazendo uma análise mais pormenorizada à componente de juros suportados, pode verificar-se que as rubricas com maior diminuição, de 2008 para 2009, foram os Outros Juros (-87%), Juros de Fornecimentos de Bens e Serviços (-70%) e Juros de Empréstimos Bancários (-55%).

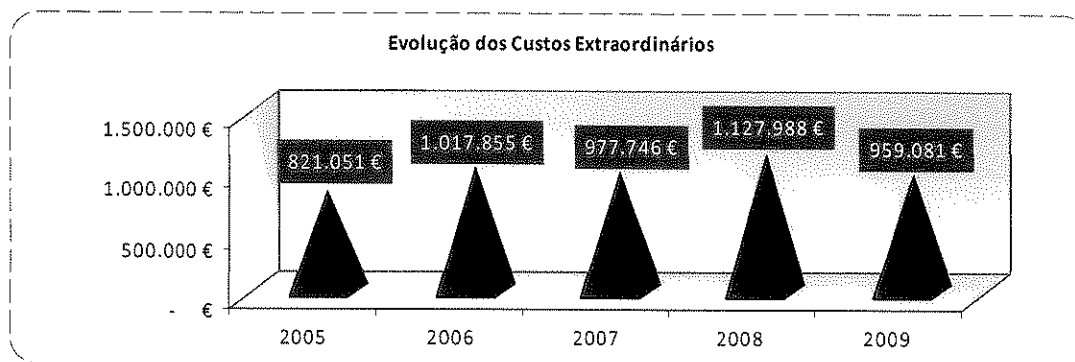
Quadro 60: Distribuição dos Juros Suportados

	2005	2006	2007	2008	2009
Juros Empreitadas	- €	1.667 €	- €	- €	43.513 €
Juros Compensatórios - Pessoal	- €	32.974 €	1.434 €	- €	8.289 €
Juros Suportados - Estado	- €	- €	20 €	- €	- €
Emp. Bancários	246.876 €	292.003 €	369.861 €	380.540 €	170.439 €
Locação Financeira	900 €	506 €	421 €	641 €	780 €
Fornecimento de Bens e Serviços	292 €	73 €	5.351 €	2.010 €	595 €
Outros	- €	12 €	42.033 €	88.350 €	11.581 €
Total	248.068 €	327.235 €	419.120 €	471.540 €	235.197 €

2.1.9. Conta 69 – Custos e Perdas Extraordinários

Na conta 69, registam-se os valores considerados extraordinários à actividade normal da entidade.

Da análise do gráfico podemos concluir que em 2009 se assiste a uma diminuição da rubrica de Custos Extraordinários em cerca de 15%.

Gráfico 27: Evolução dos Custos Extraordinários

As rubricas que mais contribuíram para esta diminuição, estão representadas no quadro seguinte:

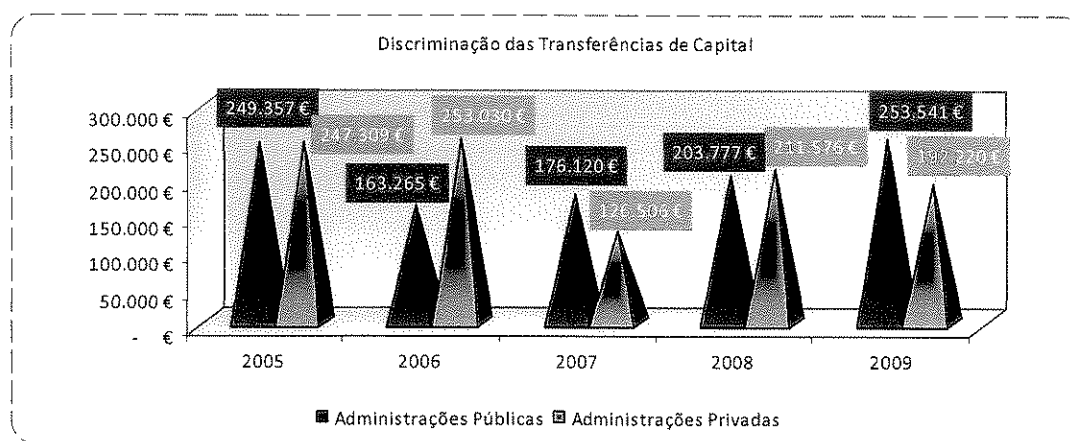
Quadro 61: Distribuição dos Custos Extraordinários

	2005	2006	2007	2008	2009
Transferências de Capital	496.666 €	416.295 €	302.626 €	415.353 €	445.760 €
Dívidas Incobráveis	14.081 €	5.119 €	2.261 €	45 €	136.715 €
Perdas em Existências	114 €	1 €	2 €	67 €	26 €
Perdas em Imobilizações	18.768 €	73.083 €	65.677 €	13.400 €	34.416 €
Multas e Penalidades	132 €	- €	325 €	200 €	120 €
Aumentos de Amort. e Provisões	- €	- €	- €	500.000 €	- €
Correcções relativas a anos anteriores	273.093 €	511.115 €	604.053 €	172.213 €	327.442 €
Outros Custos e Perdas Extraordinários	18.197 €	12.243 €	2.802 €	26.710 €	14.603 €
Total	821.051 €	1.017.855 €	977.746 €	1.127.988 €	959.081 €

Da análise do quadro poder-se-á concluir que a quase totalidade dos custos em 2009 se deve a duas rubricas: às transferências de capital e às correcções relativas a anos anteriores, representando, em conjunto, cerca de 81% dos custos extraordinários. Relativamente às transferências de capital, estas representam 46% dos custos extraordinários.

As rubricas que mais contribuíram para a diminuição registada em 2009 são as referentes a Aumentos de Amortizações e Provisões, Perdas em Existências (-61%), Outros Custos e Perdas Extraordinários (-45%) e Multas e Penalidades (-40%).

Considerando o peso que a rubrica das transferências de capital assume no total dos Custos Extraordinários, importa analisar o destino das mesmas, sendo que, conforme se verifica no gráfico seguinte, 57% do seu valor destina-se à Administração Pública, onde estão incluídas as freguesias do concelho da Marinha Grande e a Associação de Municípios da Região de Leiria, e 43% destina-se à Administração Privada, onde estão incluídos todas as associações, clubes e colectividades do concelho da Marinha Grande.

Gráfico 28: Distribuição das Transferências de Capital

2.2. ANÁLISE ÀS CONTAS DE PROVEITOS

Na classe 7 são registados os proveitos e ganhos que a Autarquia obtém com a prossecução das suas atribuições.

De acordo com os valores apresentados no quadro seguinte, os proveitos totais da Autarquia vinham a aumentar gradualmente desde 2005, sendo que o ano de 2008 é o que apresenta o valor mais elevado do período em análise. No ano de 2009 verifica-se uma inversão desta tendência de crescimento ao registar-se um decréscimo de cerca de 5%

Quadro 62: Evolução dos Proveitos

	2005	2006	2007	2008	2009
Proveitos	19.331.355 €	19.892.947 €	20.947.172 €	21.782.749 €	20.661.535 €

A classe 7 é composta por sete grandes grupos, os quais tipificam o tipo de proveitos, pelo que importa verificar as principais alterações em cada um dos grupos de modo a explicitar a diminuição verificada de 2008 para 2009.

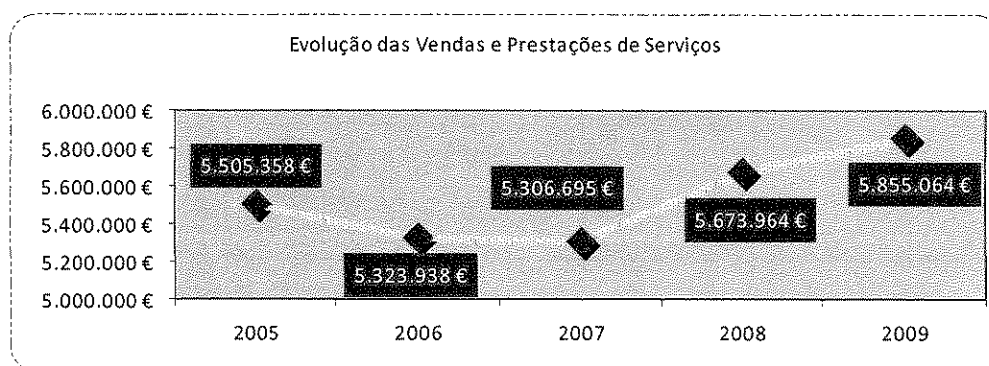
No quadro seguinte, pode analisar-se a evolução de cada um dos grupos da classe 7 ao longo dos últimos cinco anos. As rubricas que seguiram a evolução de diminuição dos proveitos, registando uma evolução negativa de 2008 para 2009, são a rubrica de Impostos e Taxas, Outros Proveitos e Ganhos Operacionais, Financeiros e Extraordinários.

Quadro 63: Evolução global dos proveitos

	2005	2006	%	2007	%	2008	%	2009	VARIACÃO	
									ABSOLUTA	%
Vendas Bens e Prestações de Serviços	5.505.358 €	5.323.938 €	-3,30%	5.306.695 €	-0,32%	5.673.964 €	6,92%	5.855.064 €	181.100 €	3,19%
Impostos e Taxas	6.407.329 €	6.088.922 €	-4,97%	7.397.754 €	21,50%	7.657.749 €	3,51%	6.163.860 €	- 1.493.889 €	-19,51%
Transferências e Subsídios Obtidos	6.193.037 €	6.239.016 €	0,74%	6.471.916 €	3,73%	6.797.157 €	5,03%	7.080.002 €	282.845 €	4,16%
Trabalhos para a Própria Entidade	13.214 €	13.870 €	4,96%	13.693 €	-1,28%	21.926 €	60,13%	22.723 €	798 €	3,64%
Outros Proveitos e Ganhos Operacionais	4.049 €	30.210 €	646,03%	12.459 €	-58,76%	37.314 €	199,49%	4.909 €	- 32.405 €	-86,85%
Outros Proveitos e Ganhos Financeiros	138.660 €	163.516 €	17,93%	229.389 €	40,29%	239.080 €	4,22%	145.573 €	- 93.507 €	-39,11%
Outros Proveitos e Ganhos Extraordinários	1.069.707 €	2.033.476 €	90,10%	1.515.267 €	-25,48%	1.355.560 €	-10,54%	1.389.404 €	33.844 €	2,50%
Total	19.331.355 €	19.892.947 €		20.947.172 €		21.782.749 €		20.661.535 €	- 1.121.214 €	

2.2.1. Conta 71 – Vendas e Prestações de Serviços

A conta 71 permite contabilizar os proveitos decorrentes da Venda de Bens e Prestações de Serviços, valor que não inclui a taxa de IVA, nem qualquer outro imposto a que estejam sujeitas.

Gráfico 29: Evolução das Vendas e Prestações de Serviços

Conforme se verifica no quadro seguinte, o acréscimo de cerca de 3% dos proveitos provenientes das Vendas e das Prestações de Serviços ficou a dever-se essencialmente ao aumento da rubrica, Vendas com cerca de 11%.

Quadro 64: Distribuição dos Proveitos de Vendas de Bens e Prestações de Serviços

	2005	2006	2007	2008	2009
Vendas	1.409.831 €	1.259.890 €	1.226.874 €	1.428.294 €	1.589.989 €
Prestações de Serviços	4.095.528 €	4.064.048 €	4.079.821 €	4.245.670 €	4.265.075 €
	5.505.358 €	5.323.938 €	5.306.695 €	5.673.964 €	5.855.064 €

VENDAS

No que se refere à distribuição das Vendas, pode verificar-se que a quase totalidade destas, respeita à Venda de Produtos Acabados e Intermédios, 99%, como é o caso da água. De referir, no entanto, que em 2009 os proveitos

resultantes de Produtos Acabados e Intermédios aumentaram cerca de 12% e os proveitos da venda de Mercadorias sofreram um decréscimo de cerca de 14%, face ao ano anterior.

Quadro 65: Distribuição dos Proveitos de Vendas de Bens

	2005	2006	2007	2008	2009
Mercadorias	23.271 €	18.333 €	23.149 €	22.459 €	19.328 €
Produtos Acabados e Intermédios	1.386.559 €	1.241.557 €	1.203.725 €	1.405.835 €	1.570.661 €
	1.409.831 €	1.259.890 €	1.226.874 €	1.428.294 €	1.589.989 €

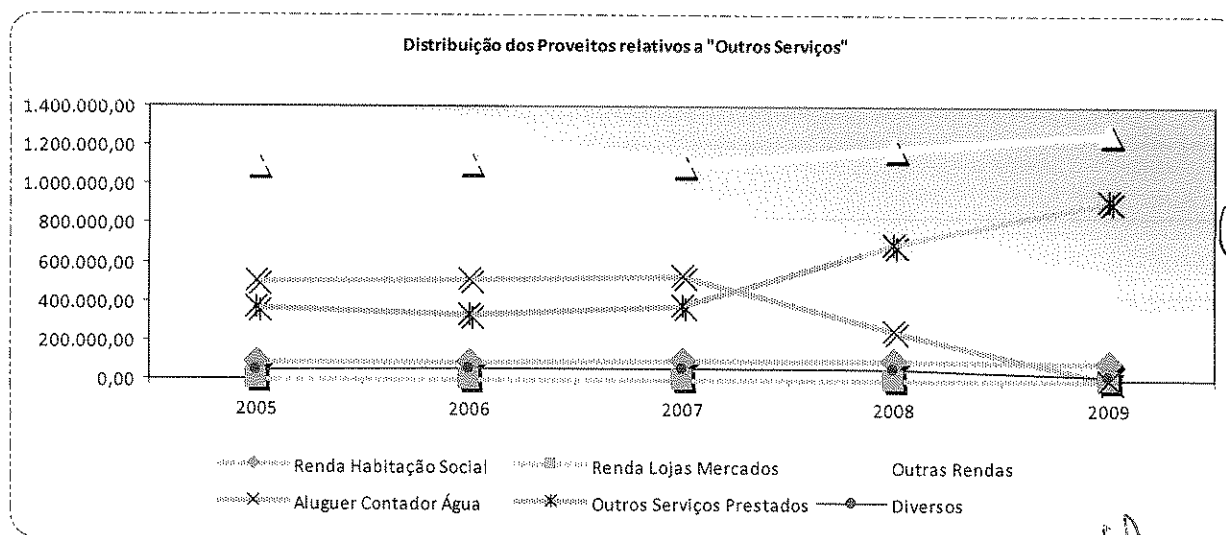
PRESTAÇÕES DE SERVIÇOS

Os proveitos decorrentes das Prestações de Serviços são os que constam do quadro seguinte, do qual se pode aferir que a quase totalidade dos proveitos relacionados com a prestação de serviços respeitam a 3 rubricas: Saneamento, Resíduos Sólidos e Outros Serviços (96% do total).

Quadro 66: Distribuição dos Proveitos de Prestação de Serviços

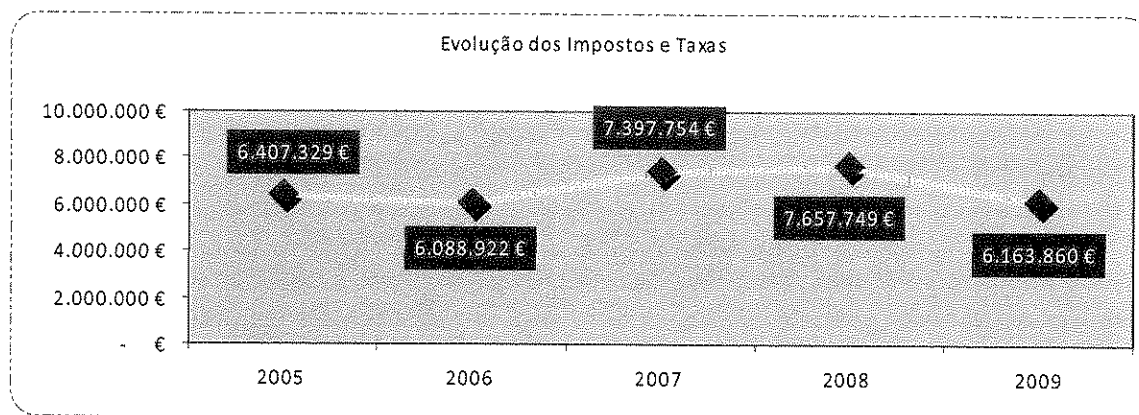
	2005	2006	2007	2008	2009
Saneamento	895.227 €	935.712 €	972.605 €	980.451 €	986.443 €
Resíduos Sólidos	809.243 €	789.955 €	788.418 €	835.189 €	828.187 €
Transportes Colectivos Pessoas e Mercadorias	7.880 €	9.099 €	17.444 €	16.521 €	12.644 €
Trabalhos por conta de particulares	101.525 €	96.720 €	1.488 €	4.938 €	2.994 €
Cemitérios	52.703 €	31.817 €	6.138 €	6.682 €	17.380 €
Mercados e Feiras	33.134 €	30.901 €	29.188 €	26.564 €	27.245 €
Inst. Desportivas e Recreativas	71.866 €	55.764 €	45.131 €	54.651 €	55.295 €
Parques de Campismo	- €	- €	42.510 €	44.532 €	41.766 €
Outros Serviços	2.123.952 €	2.114.081 €	2.176.900 €	2.276.143 €	2.293.122 €
	4.095.528 €	4.064.048 €	4.079.821 €	4.245.670 €	4.265.075 €

Gráfico 30: Distribuição dos Proveitos relativos a "Outros Serviços"



2.2.2. Conta 72 – Impostos e Taxas

No que respeita à conta 72, pode verifica-se que, de 2008 para 2009, se assistiu a uma redução dos proveitos relativos a impostos e taxas, cifrando-se essa descida em cerca de 20% face ao ano anterior.

Gráfico 31: Evolução dos Impostos e Taxas**2.2.3. Conta 73 – Proveitos Suplementares**

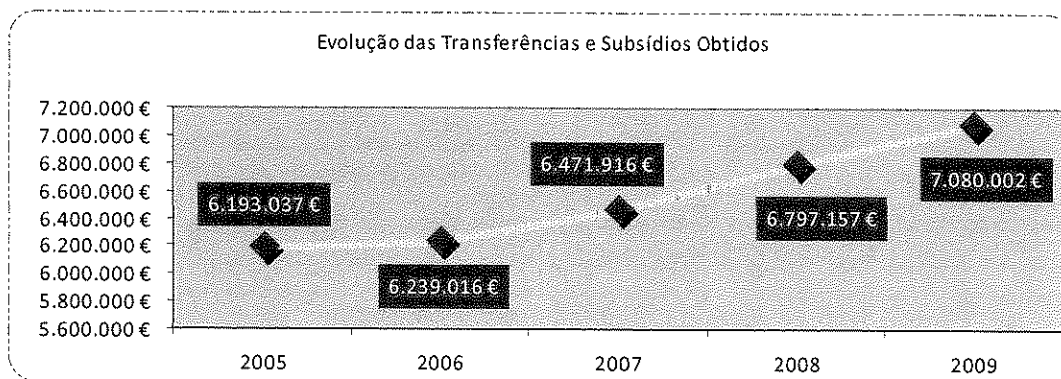
A conta 73 pretende registar os proveitos obtidos com o valor acrescentado das actividades que não sejam próprias dos objectivos da Autarquia.

No caso específico do Município da Marinha Grande, e no que concerne ao ano de 2009, tal como também verificado nos anos transactos, esta conta não apresentou qualquer movimento.

2.2.4. Conta 74 – Transferências e Subsídios Obtidos

Na conta 74 registam-se as transferências efectuadas e arrecadadas nos cofres da Tesouraria, atento o disposto na Lei das Finanças Locais e na Lei do Orçamento de Estado, em cada exercício económico.

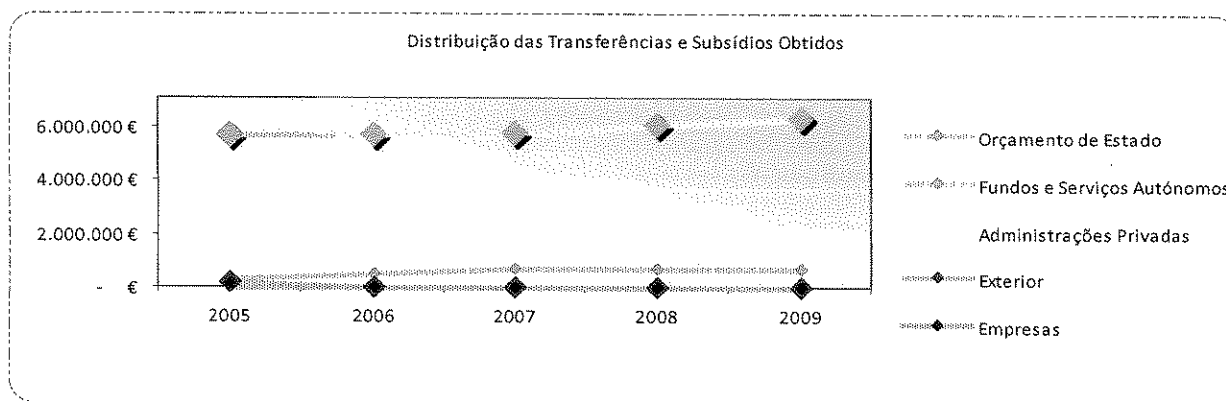
A conta 74 regista em 2009, um crescimento de cerca de 4%, crescimento este, inferior ao verificado no ano transacto, o qual foi de cerca de 5%.

Gráfico 32: Evolução das Transferências e Subsídios Obtidos

De acordo com o quadro seguinte, a quase totalidade das transferências e subsídios obtidos referem-se a transferências provenientes do Orçamento de Estado (cerca de 90%).

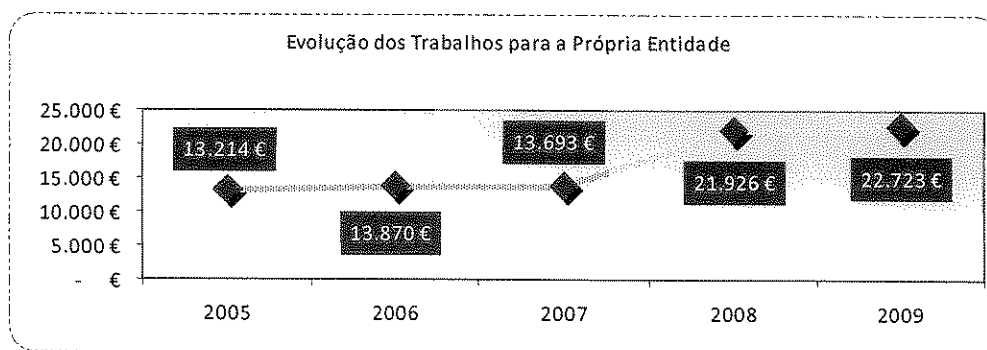
Quadro 67: Distribuição das Transferências e Subsídios Obtidos

	2005	2006	2007	2008	2009
Orçamento de Estado	5.672.507 €	5.712.347 €	5.775.939 €	6.083.230 €	6.359.388 €
Fundos e Serviços Autónomos	342.245 €	500.881 €	682.662 €	703.926 €	720.614 €
Administrações Privadas	- €	- €	- €	- €	- €
Exterior	178.285 €	15.788 €	13.315 €	- €	- €
Empresas	- €	10.000 €	- €	10.000 €	- €
Total	6.193.037 €	6.239.016 €	6.471.916 €	6.797.157 €	7.080.002 €



2.2.5. Conta 75 – Trabalhos para a própria Entidade

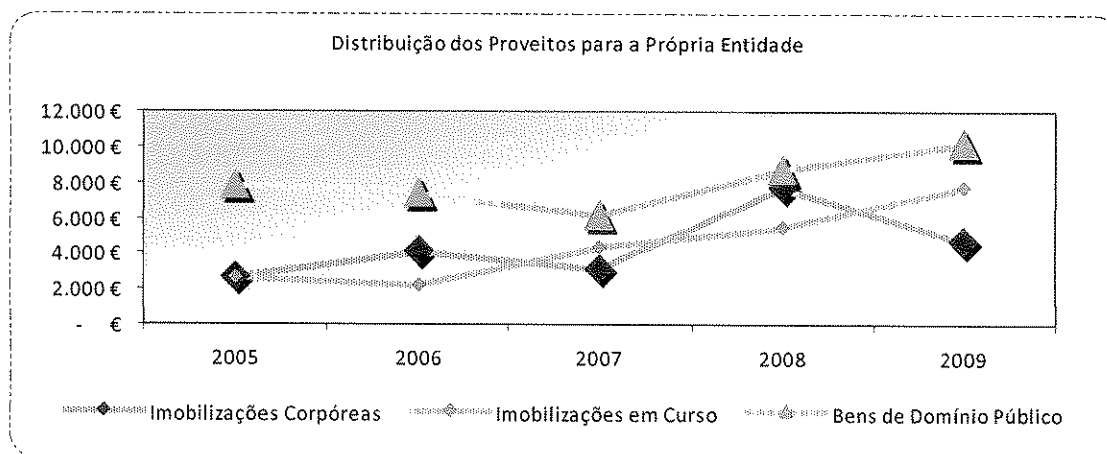
A conta 75 regista os trabalhos que a entidade realiza para si própria, trabalhos esses que dependem da administração directa da Autarquia e são realizados através da aplicação de meios próprios e adquiridos para esse efeito e que se destinam ao imobilizado.

Gráfico 33: Evolução dos Trabalhos para a Própria Entidade

Face aos valores apresentados conclui-se que os proveitos relativos a trabalhos para a própria entidade aumentaram cerca de 4% face ao ano anterior.

Quadro 68: Distribuição dos Trabalhos para a própria entidade

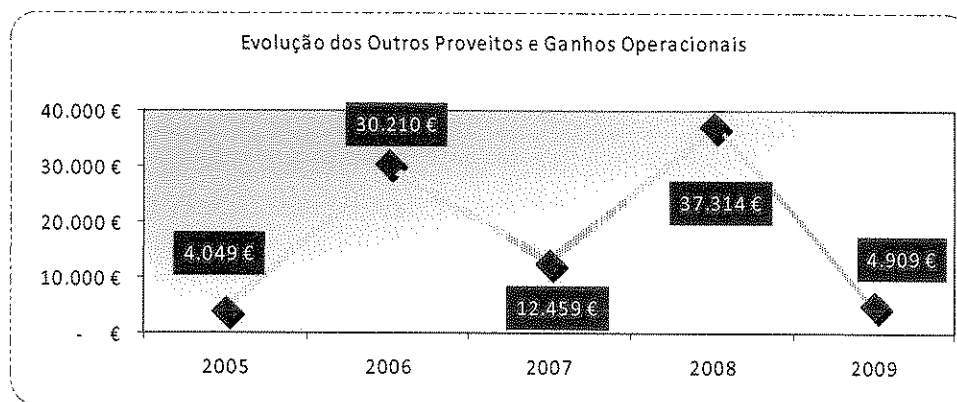
	2005	2006	2007	2008	2009
Imobilizações Corpóreas	2.741 €	4.193 €	3.193 €	7.691 €	4.760 €
Imobilizações em Curso	2.650 €	2.294 €	4.381 €	5.484 €	7.720 €
Bens de Domínio Público	7.824 €	7.383 €	6.119 €	8.751 €	10.243 €
Total	13.214 €	13.870 €	13.693 €	21.926 €	22.723 €



2.2.6. Conta 76 – Outros Proveitos e Ganhos Operacionais

Na conta 76 devem registar-se os proveitos de todas as actividades que não sejam próprias dos objectivos principais da Autarquia.

Como se pode verificar pelo gráfico seguinte, o valor da conta 76 apresenta um decréscimo em 2009 de cerca de 87%.

Gráfico 34: Evolução dos Outros Proveitos e Ganhos Operacionais

Da análise do quadro seguinte, verifica-se que a maior fatia dos proveitos operacionais resultam da rubrica Custas de Processos de Contra-Ordenação, a qual representa cerca de 55% do total de Outros Proveitos e Ganhos Operacionais.

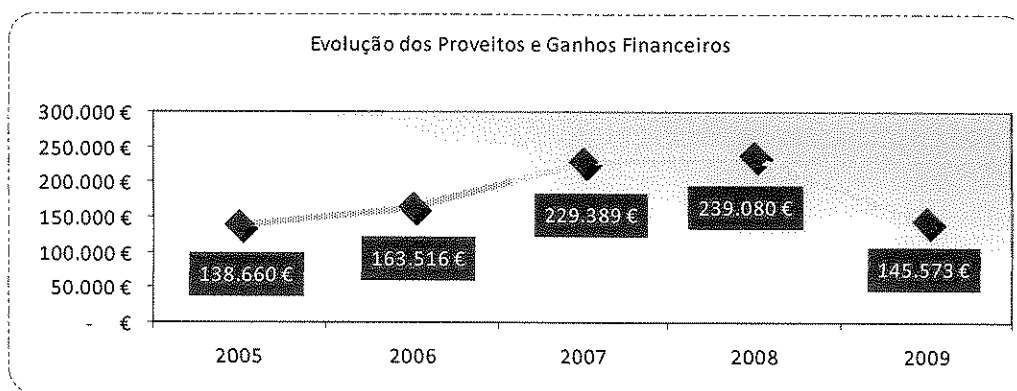
Quadro 69: Distribuição dos Outros Proveitos e Ganhos Operacionais

	2005	2006	2007	2008	2009
Custas Processos Contra-Ordenação	1.272 €	2.346 €	2.055 €	1.363 €	2.706 €
Custas Processos Execução Fiscal	12 €	890 €	2.082 €	437 €	267 €
Sobras	2.766 €	3.419 €	7.046 €	3.079 €	1.510 €
Outros	- €	23.555 €	1.276 €	32.434 €	425 €
Total	4.049 €	30.210 €	12.459 €	37.314 €	4.909 €

2.2.7. Conta 78 – Proveitos e Ganhos Financeiros

A conta 78 deve reflectir os Proveitos e Ganhos Financeiros das Autarquias, conta esta que deve estar desagregada de acordo com a sua origem.

De acordo com o gráfico seguinte pode verificar-se que os Proveitos e Ganhos Financeiros inverteram a tendência de subida que se vinha a registar desde 2005, tendo em 2008 sido registado o valor mais alto do período em análise. O ano de 2009 é o ano da inversão da tendência, o qual apresenta um decréscimo de cerca de 39%, o que em termos absolutos representa um decréscimo de 93.507 euros.

Gráfico 35: Evolução dos Proveitos e Ganhos Financeiros

Relativamente à distribuição dos Proveitos e Ganhos Financeiros, pode verificar-se, através do quadro seguinte, que os juros obtidos continuam a representar a maior fatia dos proveitos financeiros, cerca de 42%, apesar do decréscimo acentuado em 2009 face a 2008, cerca de 63%. No ano transacto, esta rubrica representava 69% do total dos Proveitos e Ganhos Financeiros.

Quanto aos rendimentos de imóveis, estes apresentam um acréscimo de 0,30%, sendo que o seu peso aumentou significativamente, representando em 2009 cerca de 40%, quando em 2008 esse valor era de 24%.

Os rendimentos resultantes de participações de capital sofreram um decréscimo de cerca de 3%, em relação ao ano de 2008. De referir que nesta rubrica é registada a distribuição de dividendos que a empresa Valorlis, S.A. efectua ao Município da Marinha Grande.

Por sua vez, a rubrica "Outros" registou um aumento de cerca de 151% face ao ano anterior, sendo que 56% deste proveito refere-se a juros compensatórios de impostos directos e 44% refere-se a Outros Juros, onde estão incluídos os proveitos com a bonificação de juros dos empréstimos contratualizados com o Banco BPI.

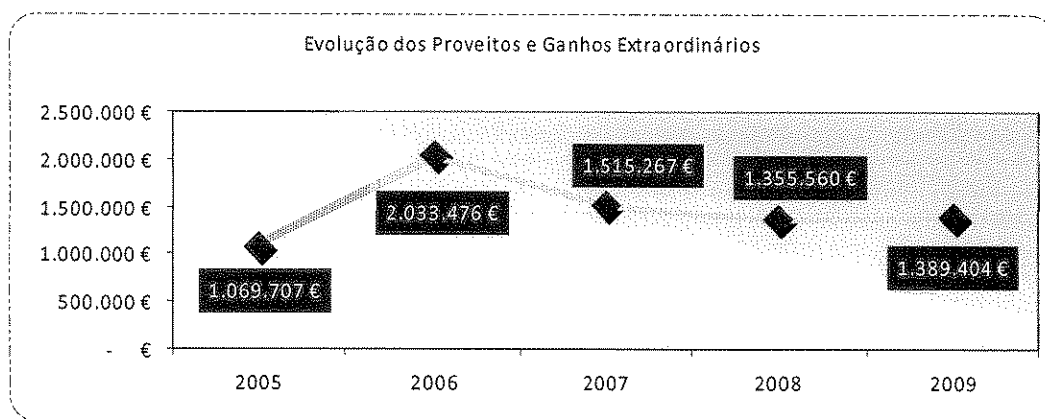
Quadro 70: Distribuição dos Proveitos e Ganhos Financeiros

	2005	2006	2007	2008	2009
Juros Obtidos	49.312 €	90.193 €	157.043 €	164.609 €	60.456 €
Rendimentos de Imóveis	75.522 €	59.038 €	56.507 €	57.552 €	57.726 €
Rendimentos e Participações de Capital	9.753 €	6.232 €	6.597 €	9.802 €	9.487 €
Descontos de Pronto Pagamento	237 €	- €	- €	- €	11 €
Outros	3.837 €	8.053 €	9.242 €	7.117 €	17.893 €
	138.660 €	163.516 €	229.389 €	239.080 €	145.573 €

2.2.8. Conta 79 – Proveitos e Ganhos Extraordinários

A conta 79 regista os valores considerados extraordinários à actividade normal da entidade, em termos de proveitos, sendo que a diferença entre elas permite apurar os resultados extraordinários.

Face aos valores apresentados, verifica-se que no ano de 2009 se assiste a um crescimento da rubrica de Proveitos e Ganhos Extraordinários face ao ano anterior em cerca de 2,5%

Gráfico 36: Evolução dos Proveitos e Ganhos Extraordinários

Relativamente à distribuição dos Proveitos e Ganhos Extraordinários, pode verificar-se, através do quadro seguinte, que os Outros Proveitos Extraordinários representam a maior fatia dos proveitos extraordinários, cerca de 72%, tendo registado em 2009 um decréscimo de cerca de 6% face ao ano anterior.

As rubricas que registaram um maior decréscimo face a 2008 foram as rubricas de Ganhos em Imobilizações (-41%) e Reduções de Amortizações e Provisões (-34%).

Quadro 71: Distribuição dos Outros Proveitos e Ganhos Extraordinários

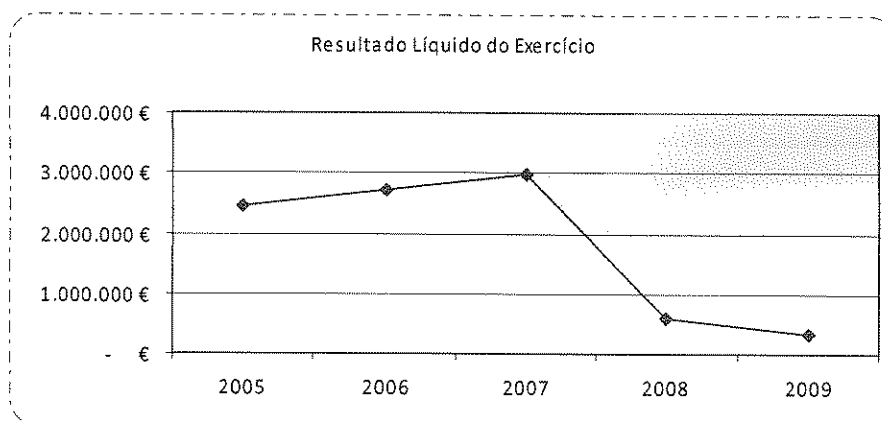
	2005	2006	2007	2008	2009
Ganhos em existências	1.549 €	7.616 €	8 €	367 €	582 €
Ganhos em imobilizações	67.961 €	107.780 €	4.470 €	114.790 €	68.263 €
Benefícios de Penalidades Contratuais	58.543 €	52.360 €	122.633 €	53.444 €	73.529 €
Reduções de Amortizações e Provisões	17.386 €	7.228 €	6.785 €	5.370 €	3.544 €
Correcções relativas a anos anteriores	100.397 €	453.913 €	308.548 €	116.618 €	242.987 €
Outros Proveitos Extraordinários	823.872 €	1.404.579 €	1.072.824 €	1.064.971 €	1.000.498 €
	1.069.707 €	2.033.476 €	1.515.267 €	1.355.560 €	1.389.404 €

2.3. RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO

O quadro seguinte mostra a evolução do Resultado Líquido do Exercício desde 2005.

Quadro 72: Evolução do Resultado Líquido do Exercício

	2005	2006	2007	2008	2009
Resultado Líquido do Exercício	2.452.383 €	2.694.715 €	2.973.702 €	594.430 €	345.970 €



No ano de 2009, verifica-se um decréscimo nos Resultados Operacionais de 593.924,09 euros e nos Resultados Correntes de 451.210,37 euros, motivo pelo qual o resultado líquido do exercício apresenta um decréscimo de cerca de 42%, comparativamente ao apurado no ano transacto.

2.4. ANÁLISE DAS DÍVIDAS DE TERCEIROS

De acordo com os dados constantes do quadro abaixo, pode verificar-se um decréscimo nas dívidas de terceiros de curto prazo em 2009 face ao ano anterior, correspondente a 837.948 euros (-27%). Desta forma, em 2009 as dívidas de terceiros representam 2,10% do total do activo líquido.

Quadro 73: Dívidas de Terceiros de Curto Prazo

	2005	2006	2007	2008	2009
Dívidas de terceiros curto prazo	5.172.896 €	6.085.468 €	6.028.796 €	3.088.353 €	2.250.405 €
	5.172.896 €	6.085.468 €	6.028.796 €	3.088.353 €	2.250.405 €

Fazendo uma análise mais pormenorizada às contas de clientes que fazem parte do activo líquido da Autarquia pode aferir-se que as rubricas que registaram um aumento em 2009 face a 2008 foram os Contribuintes c/c e Clientes c/c, com um acréscimo de 67% e 2%, respectivamente. Este aumento ficou a dever-se essencialmente ao aumento das dívidas de utentes no âmbito da prestação de serviços, entre os quais se pode referir a tarifa fixa de disponibilidade.

As restantes rubricas Utentes c/c, Clientes, Contribuintes e Utentes de Cobrança Duvidosa e Outros Devedores registaram um decréscimo relativamente a 2008 de 55%, 34% e 4%, respectivamente.

Quadro 74: Dívidas de Terceiros de Curto Prazo – Detalhado

	2005	2006	2007	2008	2009
Clientes c/c	15.303 €	20.121 €	5.815 €	2.216 €	2.260 €
Contribuintes c/c	21.980 €	9.361 €	77.528 €	22.338 €	37.389 €
Utentes c/c	798.843 €	630.276 €	464.490 €	949.166 €	425.244 €
Clientes Contribuintes Utentes - Cob. Duvidosa	352.494 €	477.717 €	521.407 €	566.862 €	374.682 €
Adiantamentos a Fornecedores	- €	- €	- €	75.000 €	- €
Estado e Outros Entes Públicos	- €	2.788 €	- €	- €	- €
Outros Devedores	3.984.276 €	4.945.205 €	4.959.556 €	1.472.770 €	1.410.830 €
	5.172.896 €	6.085.468 €	6.028.796 €	3.088.353 €	2.250.405 €

2.5. ANÁLISE DAS DÍVIDAS A TERCEIROS

As dívidas a terceiros de médio e longo prazo representam cerca de 20% do Passivo no ano de 2009, o que representa um decréscimo do seu peso quando comparado com os anos transactos em que em 2008 representavam 22% do Passivo, e em 2007 representavam 25%.

As dívidas a terceiros de curto prazo representam em 2009 cerca de 10% do Passivo, o que representa um acréscimo do seu peso quando comparado com os anos transactos. Em 2008 estas dívidas representavam 6% do Passivo, e em 2007 representavam 5,6% do mesmo.

2.5.1. Médio e Longo Prazo

Através da análise das dívidas a terceiros de médio e longo prazo pode verificar-se um decréscimo destas em 2009 face ao ano transacto, no montante de 1.031.642 euros (- 13%).

Considerando que 97% da dívida de médio e longo prazo se refere a empréstimos bancários, pode concluir-se que a diminuição verificada se ficou a dever essencialmente à amortização de empréstimos no ano de 2009.

Quadro 75: Dívidas a Terceiros de Médio e Longo Prazo

	2005	2006	2007	2008	2009
Dívidas a terceiros MLP	10.722.910 €	9.712.210 €	8.728.196 €	7.775.135 €	6.743.492 €
	10.722.910 €	9.712.210 €	8.728.196 €	7.775.135 €	6.743.492 €

2.5.2. Curto Prazo

Pela análise dos valores constantes do quadro que se segue pode verificar-se que as dívidas de curto prazo registaram um acréscimo de cerca de 68% face ao ano anterior, o que em termos absolutos representa um aumento de 1.382.308 euros.

Face ao exposto, as dívidas de curto prazo representam, em 2009, cerca de 10% do passivo total da Autarquia, assistindo-se, deste modo, a um aumento do peso das dívidas a terceiros face ao passivo total relativamente ao ano transacto.

Quadro 76: Dívidas a Terceiros de Curto Prazo

	2005	2006	2007	2008	2009
Dívidas a Terceiros CP	3.562.697 €	2.379.137 €	1.986.018 €	2.045.420 €	3.427.729 €
	3.562.697 €	2.379.137 €	1.986.018 €	2.045.420 €	3.427.729 €

Fazendo uma análise mais pormenorizada às contas de credores que fazem parte do passivo da Autarquia pode aferir-se que as rubricas que registaram um maior aumento em 2009 face a 2008 foram as contas de Fornecedores de Imobilizado c/c, com um acréscimo de 277%, Clientes e Utentes com caução, 254% e Estado, 108%.

A rubrica com maior peso em 2009 é a rubrica Outros Credores que representam cerca de 30% do total de dívidas a terceiros de curto prazo, seguida dos Fornecedores de Imobilizado c/c, 25% e Fornecedores c/c, 22%.

Quadro 77: Dívidas a Terceiros de Curto Prazo – Detalhado

	2005	2006	2007	2008	2009
Fornecedores c/c	808.544 €	505.019 €	400.079 €	412.393 €	767.215 €
Fornecedores de imobilizado c/c	1.228.507 €	402.108 €	174.451 €	224.145 €	845.108 €
Fornecedores -Recepção e Conferência	94.500 €	64.006 €	3.305 €	18.098 €	23.469 €
Outros credores	1.194.901 €	1.132.780 €	1.092.007 €	1.148.436 €	1.036.686 €
Estado	100.713 €	117.212 €	150.931 €	70.371 €	146.424 €
Clientes e utentes com caução	135.274 €	158.013 €	165.246 €	171.977 €	608.826 €
Administração autárquica	260 €	- €	- €	- €	- €
	3.562.697 €	2.379.137 €	1.986.018 €	2.045.420 €	3.427.729 €

O quadro seguinte apresenta o resumo da evolução das Dívidas a e de terceiros no período de 2006 a 2009.

Quadro 78: Resumo da Evolução das Dívidas a e de Terceiros, 2006-2009

	2006	2007	2008	2009
DÍVIDAS DE TERCEIROS	6.085.468 €	6.028.796 €	3.088.353 €	2.250.405 €
Curto Prazo	6.085.468 €	6.028.796 €	3.088.353 €	2.250.405 €
Médio e Longo Prazo	- €	- €	- €	- €
DÍVIDAS A TERCEIROS	12.091.348 €	10.714.214 €	9.820.555 €	10.171.221 €
Curto Prazo	2.379.137 €	1.986.018 €	2.045.420 €	3.427.729 €
Médio e Longo Prazo	401.876 €	323.632 €	274.794 €	197.803 €
Empréstimos	9.310.334 €	8.404.564 €	7.500.340 €	6.545.690 €

2.6. INDICADORES DE GESTÃO PATRIMONIAL

2.6.1. Rácios de Liquidez

Estes rácios indicam a rapidez com que o Município transforma os seus activos em dinheiro, tornando-os líquidos.

LIQUIDEZ GERAL

Este indicador mede a cobertura do activo circulante pelo passivo circulante.

Quadro 79: Liquidez Geral

	2005	2006	2007	2008	2009
Activo Circulante	7.208.619 €	7.874.139 €	8.364.896 €	6.606.027 €	4.020.156 €
Passivo Circulante	3.562.697 €	2.379.137 €	1.986.018 €	2.045.420 €	3.427.729 €
Liquidez Geral	2,02	3,31	4,21	3,23	1,17

Através da análise dos dados constantes no quadro anterior pode verificar-se a inversão de tendência de subida deste indicador que se vinha registando desde 2005, sendo que o ano de 2009 é o ano que apresenta o valor mais baixo e perto da unidade, o que significa que a diferença entre o activo e o passivo circulante é cada vez menor, cifrando-se, em 2009, em 592.426,92 euros.

LIQUIDEZ REDUZIDA

Este indicador complementa a informação anterior. Pretende-se com este rácio avaliar a capacidade do Município para fazer face às suas obrigações de curto prazo utilizando para isso o activo circulante deduzido do valor das existências.

Quadro 80: Liquidez Reduzida

	2005	2006	2007	2008	2009
Activo Circulante	7.208.619 €	7.874.139 €	8.364.896 €	6.606.027 €	4.020.156 €
Existências	197.731 €	207.969 €	225.418 €	249.558 €	256.569 €
Passivo Circulante	3.562.697 €	2.379.137 €	1.986.018 €	2.045.420 €	3.427.729 €
Liquidez Reduzida	1,97	3,22	4,10	3,11	1,10

Também neste rácio se assistiu a uma diminuição atingindo o valor mais baixo dos últimos cinco anos e muito perto da unidade.

LIQUIDEZ IMEDIATA

Por sua vez o rácio de liquidez imediata mede a capacidade do Município para fazer face às suas dívidas de curto prazo recorrendo exclusivamente às suas disponibilidades.

Quadro 81: Liquidez Imediata

	2005	2006	2007	2008	2009
Disponibilidades	2.237.899 €	2.068.240 €	2.643.811 €	3.268.116 €	1.513.182 €
Passivo Circulante	3.562.697 €	2.379.137 €	1.986.018 €	2.045.420 €	3.427.729 €
Liquidez Imediata	0,63	0,87	1,33	1,60	0,44

Face aos valores apresentados podemos verificar que o grau de liquidez imediata apresenta, em 2009, um valor inferior à unidade e o mais baixo do período em análise, contrariamente ao verificado em 2007 e 2008, aproximando-se dos valores apresentados em 2005. Quer isto dizer que em 2009 se o Município tivesse de solver de imediato os seus compromissos de curto prazo iria deparar-se com problemas de tesouraria dado que as disponibilidades são inferiores ao passivo circulante.

2.6.2. Rácio de Solvabilidade

O indicador de solvabilidade mede a capacidade financeira global que a entidade tem para solver a totalidade dos seus compromissos, isto é, evidencia se os capitais próprios são ou não suficientes para solver a dívida de curto, médio e longo prazo.

Da análise dos valores apresentados verifica-se que este rácio tem apresentado valores superiores à unidade, com tendência a aumentar, o que significa que o Município está a diminuir a sua dependência em relação aos credores. O ano de 2009 veio mais uma vez confirmar essa tendência, sendo que é o ano do período de análise que apresenta um valor superior.

Quadro 82: Rácio de Solvabilidade

	2005	2006	2007	2008	2009
Fundo Patrimonial	63.163.151 €	65.945.014 €	71.698.127 €	72.819.888 €	73.203.141 €
Passivo	38.508.113 €	37.246.542 €	35.193.663 €	34.651.548 €	34.123.108 €
Solvabilidade	1,64	1,77	2,04	2,10	2,15

2.6.3 Rácio da Autonomia Financeira

Este indicador evidencia a parte do activo que é coberto pelo fundo patrimonial.

De acordo com os valores apresentados no quadro infra pode-se verificar que o grau de autonomia financeira estabilizou ao longo dos últimos cinco anos o que significa que o Município também estabilizou a sua dependência face a financiamentos externos, o que lhe dá uma maior autonomia.

Quadro 83: Rácio da Autonomia Financeira

	2005	2006	2007	2008	2009
Fundo Patrimonial	63.163.151 €	65.945.014 €	71.698.127 €	72.819.888 €	73.203.141 €
Activo Líquido	101.671.263 €	103.191.556 €	106.891.791 €	107.471.436 €	107.326.250 €
Autonomia Financeira	0,62	0,64	0,67	0,68	0,68

2.6.4. Rácios de Endividamento**ENDIVIDAMENTO**

Este rácio mede o peso dos capitais alheios no financiamento das actividades da Autarquia.

Da análise dos valores apresentados verifica-se que o grau de endividamento estabilizou ao longo dos últimos três anos.

Quadro 84: Rácio do Endividamento

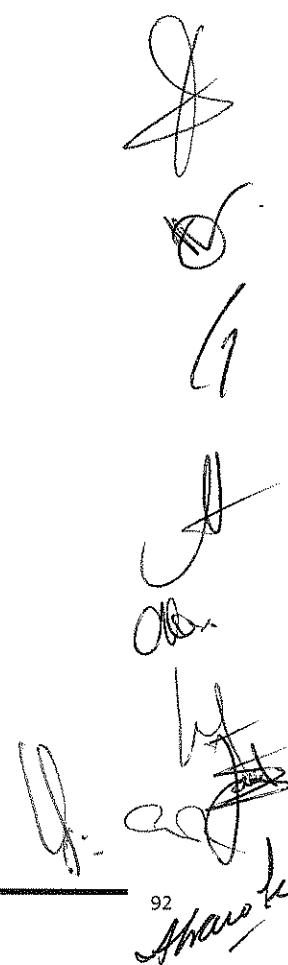
	2005	2006	2007	2008	2009
Passivo	38.508.113 €	37.246.542 €	35.193.663 €	34.651.548 €	34.123.108 €
Activo Líquido	101.671.263 €	103.191.556 €	106.891.791 €	107.471.436 €	107.326.250 €
	0,38	0,36	0,33	0,32	0,32

ENDIVIDAMENTO EMPRÉSTIMOS DE MÉDIO E LONGO PRAZO

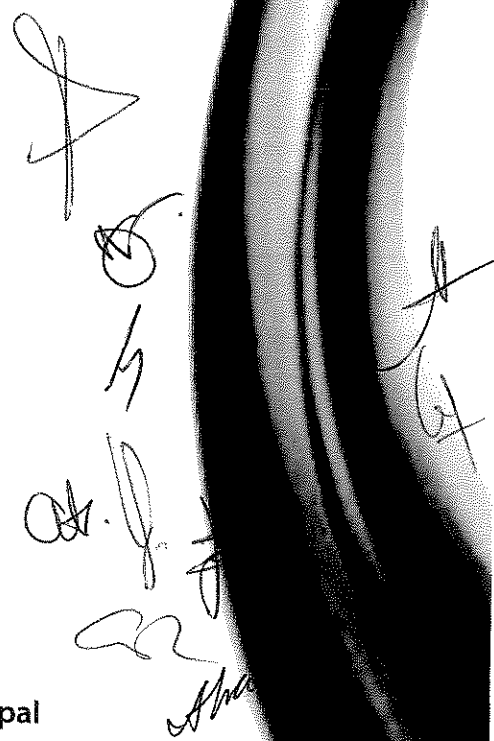
A análise deste indicador permite averiguar o grau de dependência do activo líquido total do Município relativamente aos empréstimos de médio e longo prazo contraídos pela entidade.

Quadro 85: Rácio do Endividamento - Empréstimos de Médio e Longo Prazo

	2005	2006	2007	2008	2009
Empréstimos de MLP	10.221.087 €	9.310.334 €	8.430.906 €	7.524.397 €	6.567.230 €
Activo Líquido	101.671.263 €	103.191.556 €	106.891.791 €	107.471.436 €	107.326.250 €
	0,10	0,09	0,08	0,07	0,06

A vertical column of handwritten signatures and initials on the right side of the page. From top to bottom, there are several distinct signatures, some appearing to be initials or names, including what looks like 'J', 'G', 'A', and 'M'. At the bottom right, there is a signature that appears to be 'Shaw' with a checkmark.

ENDIVIDAMENTO

A large, stylized graphic element on the right side of the page, resembling a thick, curved line or a stylized letter 'Y' or 'V', dominates the right half of the page. It is rendered in a dark, textured style. Overlaid on this graphic are several handwritten signatures in black ink, arranged vertically. The signatures are cursive and vary in complexity, with some appearing to be initials or full names.

2.7. ENDIVIDAMENTO

De acordo com o disposto na Lei de Orçamento de Estado para o ano de 2009 e na Lei das Finanças Locais, aos municípios é solicitado o cumprimento de limites ao endividamento municipal, no que respeita ao endividamento de curto, de médio e longo prazos e ao endividamento líquido.

Atendendo ao disposto na legislação vigente importa identificar qual o ponto de situação do Município da Marinha Grande à data de 31-12-2009, atendendo aos limites supra referidos, pelo que se apresentam os mapas demonstrativos do cálculo dos limites ao endividamento municipal reportados a 31-12-2009.

Quadro 86: Limites de Endividamento Municipal de 2009

I. LIMITES DE ENDIVIDAMENTO MUNICIPAL 2009				
RECEITAS MUNICIPAIS 2008	(€)			Observações
	Receitas cobradas brutas (1)	Reembolsos e restituições pagos (2)	Receita cobrada líquida (3)=(1)-(2)	
TOTAL DE IMPOSTOS MUNICIPAIS	6.614.719,20	251.578,44	6.363.140,76	
Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI)	3.395.554,07	70.568,36	3.324.985,71	
Imposto Municipal sobre as Transmissões Onerosas de Imóveis (IMT)	2.540.805,67	179.721,02	2.361.084,65	
Imposto Municipal sobre Veículos (IMV)*	555.569,44	179,00	555.390,44	
Contribuição Autárquica	15.272,22	1.110,06	14.162,16	
Imposto Municipal de Sisa	107.517,80		107.517,80	
DERRAMA	1.250.854,73		1.250.854,73	
TOTAL IMPOSTOS MUNICIPAIS E DERRAMA	7.865.573,93	251.578,44	7.613.995,49 (A)	
RECEITAS ARRECADADAS A TÍTULO DE PARTICIPAÇÃO NOS RESULTADOS DAS ENTIDADES DO SEL	-	-	(B)	
FEF + IRS (MAPA XIX DO ORÇAMENTO DO ESTADO PARA 2008)	-	-	5.395.369,00 (C)	
TOTAL DE RECEITAS A CONSIDERAR PARA EFEITOS DE CÁLCULO DOS LIMITES DE ENDIVIDAMENTO	-	-	13.009.364,49 (D) = (A) + (B) + (C)	
LIMITE AO ENDIVIDAMENTO DE CURTO PRAZO	-	-	1.300.936,45 (E) = 10% × (D)	
LIMITE AO ENDIVIDAMENTO DE MÉDIO E LONGO PRAZOS	-	-	13.009.364,49 (F) = 100% × (D)	
LIMITE AO ENDIVIDAMENTO LÍQUIDO	-	-	16.261.705,61 (G) = 125% × (D)	

* Inclui o montante de receitas arrecadadas a título de Imposto Único Circulação (IUC).

Quadro 87: Activos e Passivos Financeiros

2. ACTIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS			
CONTAS	(€)		Observações
	Saldo devedor final de 2009	Saldo credor final de 2009	
1 DISPONIBILIDADES	1.513.181,81		
11 Caixa	1.354,96		
12 Depósitos em instituições financeiras	1.511.826,85		
13 e 14 (...)			
15 Títulos negociáveis			
18 Outras aplicações de tesouraria			
2 TERCEIROS	1.862.297,97	31.020.592,57	
21 Clientes, contribuintes e utentes	839.574,98	608.826,10	
211 Clientes, c/c	2.259,87		
212 Contribuintes, c/c	37.389,43		
213 Utentes, c/c	425.244,02		
214 a 216 (...)			
217 Clientes e utentes c/ cauções		608.826,10	
218 Clientes, contribuintes e utentes de cobrança duvidosa	374.681,66		
219 Adiantamentos de clientes, contribuintes e utentes			
22 Fornecedores	0,00	790.684,17	
221 Fornecedores, c/c		767.214,80	
222 a 227 (...)			
228 Fornecedores - Facturas em recepção e conferência		23.469,37	
229 Adiantamentos a fornecedores			
23 Empréstimos obtidos		6.545.689,73	
231 Em moeda nacional		6.545.689,73	
2311 De curto prazo		0,00	
23111 Empréstimos bancários			
23112 a 23119 (...)			
2312 De médio e longo prazo		6.545.689,73	
23121 Empréstimos bancários		6.545.689,73	
23123 Outros empréstimos obtidos			
24 Estado e outros entes públicos		146.424,12	
25 Devedores e credores pela execução do orçamento	0,00	0,00	
251 Devedores pela execução do orçamento			
252 Credores pela execução do orçamento			
26 Outros devedores e credores	205.670,57	874.437,33	
261 Fornecedores de imobilizado	0,00	867.274,81	
2611 Fornecedores de imobilizado, c/c		811.848,10	
2612 a 2617 (...)		22.106,67	
2618 Facturas em recepção e conferência		33.260,04	
2619 Adiantamentos a fornecedores de imobilizado			
262 Pessoal		62,10	
263 Sindicatos		1.678,02	
264 Administração autárquica	0,00	0,00	
2641 Associações de municípios			
2642 Municípios			
2643 Serviços municipalizados			
2644 Federações de municípios			
2645 Associações de freguesias			
2646 Freguesias			
2647 Empresas municipais e intermunicipais			
2648 e 2649 (...)			
265 e 266 (...)			
267 Consultores, assessores e intermediários		5.422,40	
268 Devedores e credores diversos	205.670,57		
269 Adiantamentos por conta de vendas			
27 Acréscimos e diferimentos	817.052,42	22.054.531,12	
271 Acréscimos de proveitos	444.816,57		
272 Custos diferidos	372.235,85		
273 Acréscimos de custos		1.333.275,08	
274 Proveitos diferidos		20.721.258,04	
2741 a 2744 (...)		37.271,95	
2745 Subsídios para investimentos*		20.673.620,18	* Para o cálculo do endividamento líquido não entram as contas 2745 e 2749.
2748 Diferenças de câmbio favoráveis			
2749 Outros proveitos diferidos*		10.365,91	
28 Empréstimos concedidos			
4 IMOBILIZAÇÕES	1.137.627,15		
41 Investimentos financeiros	1.137.627,15		
411 Partes de capital	1.137.627,15		
412 Obrigações e títulos de participação			
413 (...)			
415 Outras aplicações financeiras			
TOTAL	4.513.106,93	31.020.592,57	
TOTAL CONSIDERADO PARA CÁLCULO DO ENDIVIDAMENTO LÍQUIDO	4.513.106,93	10.336.606,48	(A)

Quadro 88: Endividamento de Médio e Longo Prazos

3. ENDIVIDAMENTO DE MÉDIO E LONGO PRAZOS		(€)
Empréstimos de médio e longo prazos	N.º	Capital em dívida no final de 2009
		Observações
Empréstimos contraídos até 31.12.2002, para fazer face a prejuízos decorrentes de calamidades públicas (Lei n.º 42/98, de 6 de Agosto, com as alterações que entretanto lhe foram introduzidas)	1	
Empréstimos contraídos até 31.12.2002, para aquisição, construção, ou recuperação de imóveis destinados a habitação social (Lei n.º 42/98, de 6 de Agosto, com as alterações que entretanto lhe foram introduzidas)	2	
Empréstimos contraídos até 31.12.2002, para pagamento de dívidas à EDP (Orçamentos do Estado para 1992, 1993, 1994 e 1995)	3	
Empréstimos contraídos até 31.12.2001, no âmbito do Programa Especial de Realojamento (PER) (artigo 21.º do Decreto-Lei n.º 163/93, de 7.05, introduzido pela Lei n.º 34/96, de 29.08)	4.1	
Empréstimos contraídos em 2002, no âmbito do Programa Especial de Realojamento (PER) (artigo 21.º do Decreto-Lei n.º 163/93, de 7.05, introduzido pela Lei n.º 34/96, de 29.08)	4.2	
Outros empréstimos contraídos em 2002 destinados à habitação social (al. c) do art.º 7.º da Lei n.º 6-A/2002, de 31 de Maio - 1.ª alteração à OE/2002)	4.3	
Empréstimos contraídos até 31.12.2002, no âmbito de linhas de crédito para apoio à reparação dos danos causados pelas intempéries de Dezembro de 1995 e Janeiro 1996, criadas pelo Decreto-Lei n.º 47/96, de 15.05 (n.º 2 do artigo 22.º da Lei n.º 10-B/96, de 23.03 - OE/1996)	5	
Empréstimos contraídos até 31.12.2002, no âmbito da linha de crédito para apoio à reparação dos danos causados pelas intempéries no Inverno 2000/2001, criada pelo Decreto-Lei n.º 38-C/2001, de 8.02 (artigo 4.º da Lei n.º 2-A/2001, de 8.02)	6	
Empréstimos contraídos até 31.12.2002, ao abrigo do Programa de Reabilitação Urbana, apoiado pelo Mecanismo Financeiro do Espaço Económico Europeu (artigo 22.º da Lei n.º 52-C/96, de 27.12 - OE/1997 e artigo 22.º da Lei n.º 127-B/97, de 20.12 - OE/1998)	7	
Empréstimos contraídos até 31.12.2002, no âmbito da linha de crédito criada pelo Decreto-Lei n.º 345/97, de 05.12 para apoio à reparação dos danos causados em infra-estruturas e equipamentos municipais (artigo 23.º da Lei n.º 127-B/97, de 20.12 - OE/1998)	8	
Empréstimos contraídos até 31.12.2001, para execução de projectos comparticipados por fundos comunitários (artigo 32.º da Lei n.º 42/98, na redacção dada pelo artigo 28.º do OE/2000)	9.1	361.575,24
Empréstimos contraídos em 2002, para execução de projectos comparticipados por fundos comunitários (al. c) do art.º 7.º da Lei n.º 16-A/2002, de 31 de Maio - 1.ª alteração à OE/2002)	9.2	966.738,78
Empréstimos contraídos durante 2002 para a construção e reabilitação de infra-estruturas no âmbito do EURO 2004 (al. c) do art.º 7.º da Lei n.º 16-A/2002, de 31 de Maio - 1.ª alteração à OE/2002)	10.1	
Empréstimos contraídos durante 2003 para a construção e reabilitação de infra-estruturas no âmbito do EURO 2004 (n.º 6 do artigo 19.º da Lei n.º 32-B/2002, de 30.12 - OE/2003)	10.2	
Empréstimos contraídos no âmbito da linha de crédito bonificado para apoio à reparação dos danos causados pelos incêndios ocorridos desde 20 de Julho de 2003 em equipamentos e infra-estruturas municipais de relevante interesse público (artigo 3.º da Lei n.º 107/2003, de 10.12)	11	
Empréstimos contraídos em 2004, para execução de projectos comparticipados por fundos comunitários (Despacho Conjunto n.º 177/2004, de S. Ex. as Ministros das Finanças e das Cidades, Ordenamento do Território e Ambiente, publicado na II Série do D.R. n.º 71, de 27.03.2004)	12	
Empréstimos contraídos em 2005, até 29.07, para execução de projectos comparticipados por fundos comunitários abrangidos pelo n.º 6 do artigo 19.º da Lei n.º 55-B/2004, de 30.12-OE/2005	13	
Empréstimos contraídos em 2005, a partir de 30.07, para execução de projectos comparticipados por fundos comunitários abrangidos pelo n.º 6 do artigo 19.º da Lei n.º 55-B/2004, de 30.12 - OE/2005, na redacção da Lei n.º 39-A/2005, de 29.7 (1.ª alteração à OE/2005)	14	
Empréstimos contraídos em 2006, para execução de projectos comparticipados por fundos comunitários abrangidos pelo n.º 7 do artigo 33.º da Lei n.º 60-A/2005, de 30.12 - OE/2006	15	
Empréstimos contraídos em 2006, para execução de programas de habitação social, renovação de áreas urbanas degradadas ou para a reabilitação de equipamentos destruídos pelos incêndios abrangidos pelo n.º 9 do artigo 33.º do OE/2006 (Despacho 22 262/2006, de 3/11)	16	
Empréstimos contraídos para execução de programas de reabilitação urbana, abrangidos pelo n.º 5 do artigo 39.º da Lei n.º 2/2007, de 15/01	17	
Empréstimos contraídos, para execução de projectos comparticipados por fundos comunitários, abrangidos pelo n.º 6 do artigo 39.º da Lei n.º 2/2007, de 15/01	18	
Empréstimos contraídos para execução de Investimentos na recuperação de infra-estruturas municipais afectadas por situações de calamidade pública, abrangidos pelo n.º 7 do artigo 39.º da Lei n.º 2/2007, de 15/01	19	
Empréstimos contraídos para a conclusão dos PER cujos acordos de adesão tenham sido celebrados até 1995 (alínea b) do n.º 2 do artigo 61.º da Lei n.º 2/2007, de 15 de Janeiro)	20	
Empréstimos contraídos em 2008 destinados ao financiamento de Investimentos no âmbito da iniciativa Operações de Requalificação e Reinscrição Urbana de Bairros Críticos (art.º 27.º do OE/2008)	21	
Outros empréstimos de médio e longo prazos (não exceptacionados e não incluídos nos pontos anteriores)	22	5.217.375,71
TOTAL		6.545.689,73

Outras dívidas de médio e longo prazos	N.º	Capital em dívida	Observações
		no final de 2009	
Divida a empresas concessionárias do serviço de distribuição de energia eléctrica em baixa tensão, consolidada até 31 de Dezembro de 1988 (alínea c) do n.º 2 do artigo 61.º da Lei n.º 2/2007, de 15 de Janeiro)	1		
			(€)
RECAPITULATIVO			
Designação	N.º	Montante	Observações
Capital em dívida de empréstimos de médio e longo prazos excepcionados dos limites de endividamento municipal (somatório das linhas 1 a 21 do quadro de empréstimos mlp)	A	1.328.314,02	
Outras dívidas de médio e longo prazos excepcionadas dos limites de endividamento municipal (dívidas EDP 1988)	B	0,00	

Quadro 89: Apuramento da Situação de Endividamento do Município Marinha Grande a 31.12.2009**4. APURAMENTO DA SITUAÇÃO DE ENDIVIDAMENTO NO FINAL DE 2009**

Designação	Montante	Observações
TOTAL ENDIVIDAMENTO BANCÁRIO CURTO PRAZO	0,00	(A) = Saldo credor conta 2311
EMPRÉSTIMOS DE CURTO PRAZO NÃO AMORTIZADOS ATÉ 31 DE DEZEMBRO DO ANO ANTERIOR		(B) = Saldo credor conta 2311 em 31 de Dezembro
CAPITAL EM DÍVIDA DE MÉDIO E LONGO PRAZOS MUNICÍPIO	6.545.689,73	(C) = Saldo credor conta 2312
TOTAL ENDIVIDAMENTO LÍQUIDO MUNICÍPIO	5.823.499,55	(D) = Passivos - Activos da linha (A) do Quadro 2. Activos e passivos financeiros
CONTRIBUIÇÃO AM, SM E SEL PARA O ENDIVIDAMENTO BANCÁRIO DE MÉDIO E LONGO PRAZOS (***)	21.540,75	(E) = Total das contribuições AM, SM e SEL para o endividamento bancário de médio e longo prazos*
CONTRIBUIÇÃO AM, SM E SEL PARA O ENDIVIDAMENTO LÍQUIDO(***)	-9.495,73	(F) = Total das contribuições AM, SM e SEL para o endividamento líquido*
CAPITAL EM DÍVIDA DE EMPRÉSTIMOS DE MÉDIO E LONGO PRAZOS EXCEPCIONADOS DOS LIMITES DE ENDIVIDAMENTO MUNICIPAL	1.328.314,02	(G) = Campo A do recapitulativo do Quadro 3. Endividamento de médio e longo prazos
DÍVIDAS À EDP 1988	0,00	(H) = Campo B do recapitulativo do Quadro 3. Endividamento de médio e longo prazos
CAPITAL EM DÍVIDA DE MÉDIO E LONGO PRAZOS A CONSIDERAR	5.238.916,46	(I) = (C) + (E) - (G) + (B)**
ENDIVIDAMENTO LÍQUIDO A CONSIDERAR	4.485.689,80	(J) = (D) + (F) - (G) - (H)
Limites endividamento municipal (recapitulativo)		
ENDIVIDAMENTO DE CURTO PRAZO	1.300.936,45	(K) = Campo (E) do Quadro 1
ENDIVIDAMENTO DE MÉDIO E LONGO PRAZOS	13.009.364,49	(L) = Campo (F) do Quadro 1
ENDIVIDAMENTO LÍQUIDO	16.261.705,61	(M) = Campo (G) do Quadro 1
Situação face aos limites		
ENDIVIDAMENTO DE CURTO PRAZO	Excesso	(N) = Excesso, se (A) > (K); (N) = Margem, se (A) < (K)
	Margem	1.300.936,45
ENDIVIDAMENTO DE MÉDIO E LONGO PRAZOS	Excesso	(O) = Excesso, se (I) > (L); (O) = Margem, se (I) < (L)
	Margem	7.770.448,03
ENDIVIDAMENTO LÍQUIDO	Excesso	(P) = Excesso, se (J) > (M); (P) = Margem, se (J) < (M)
	Margem	11.776.015,81

* O valor deve corresponder ao somatório das contribuições das entidades inscritas no formulário AM, SM e SEL para este tipo de endividamento.

** No final do ano em causa.

*** Na data de encerramento das contas do Município da Marinha Grande relativas ao exercício económico de 2009, verificou-se que as Associações de Município em que a autarquia participa, designadamente a CIMPL e a AMLEI não possuem as suas contas encerradas, pelo que para o cálculo do endividamento líquido e endividamento de médio e longo prazos, foram considerados os elementos provisórios por estas remetidos à autarquia em Janeiro de 2010 e respeitantes a 31-12-2009.

Endividamento líquido

Nos termos do disposto no n.º 1 do art. 37.º da Lei n.º 2/2007 de 15 de Janeiro, Lei das Finanças Locais, o montante do endividamento líquido total de cada município, em 31 de Dezembro de cada ano, não pode exceder 125% do montante das receitas provenientes dos impostos municipais, das participações do município no FEF, da participação no IRS, da derrama e da participação nos resultados das entidades do sector empresarial local, relativas ao ano anterior.

O não cumprimento do limite supra referido implica que este reduza em cada ano subsequente pelo menos 10% do montante que excede o seu limite de endividamento líquido, até que o limite seja cumprido.

Considerando o disposto na legislação, o montante do endividamento líquido a considerar apurado para o Município da Marinha Grande à data de 31-12-2009 ascende a 4.058.861 euros. Considerando que o limite de endividamento apurado ascende a 16.261.706 euros, o Município apresenta uma margem de 12.202.845 euros.

Limites ao endividamento de médio e longo prazos

De acordo com o preceituado no n.º2 do art.º 39.º da Lei n.º 2/2007 de 15 de Janeiro, Lei das Finanças Locais, o montante da dívida de cada município referente a empréstimos a médio e longo prazos não pode exceder em 31 de Dezembro de 2009, a soma do montante das receitas provenientes de impostos municipais, das participações do município no FEF, da participação no IRS referida na alínea c) do n.º 1 do art. 19º do mesmo diploma, da participação nos resultados das entidades do sector empresarial local e da derrama, relativos ao ano anterior.

Da análise dos mapas anteriores importa aferir que o limite do endividamento de médio e longo prazos é de 13.009.364 euros, sendo que parte dos empréstimos já contratados relevam para a capacidade de endividamento em 5.238.916 euros, pelo que à data de 31-12-2009 a margem apurada para o endividamento de médio e longo prazos do Município da Marinha Grande é de 7.770.448 euros, pelo que no ano de 2009 foi cumprido o limite estabelecido no n.º2 do art.º 39.º da Lei n.º 2/2007 de 15 de Janeiro, Lei das Finanças Locais.

Atento o exposto importa concluir que a 31 de Dezembro de 2009 o Município da Marinha Grande cumpria com os limites ao endividamento municipal, quer no que respeita ao limite ao endividamento de médio e longo prazos, quer no que respeita ao endividamento líquido, conforme se analisa no quadro seguinte.

Quadro 90: Síntese do Endividamento a 31.12.2009

DESIGNAÇÃO	2009
LIMITES DO ENDIVIDAMENTO MUNICIPAL	
Endividamento de Curto Prazo	1.300.936 €
Endividamento de Médio e Longo Prazo	13.009.364 €
Endividamento Líquido	16.261.706 €
VALOR A CONSIDERAR	
Endividamento Bancário de Curto Prazo	- €
Capital em dívida de Médio e Longo Prazo	5.238.916 €
Endividamento Líquido	4.485.690 €
SITUAÇÃO FACE AOS LIMITES	
Endividamento de Curto Prazo	1.300.936 €
Endividamento de Médio e Longo Prazo	7.770.448 €
Endividamento Líquido	11.776.016 €

No que respeita à contribuição da empresa municipal TUMG, EM para o endividamento municipal de 2009 importa referir que, apesar desta apresentar um resultado líquido do exercício negativo no ano de 2009, em 2.469,11 euros, o que indicia que a mesma se encontra numa situação de incumprimento das regras de equilíbrio das contas de acordo com disposto no n.º 1 do art.º 31.º do Regime Jurídico do Sector Empresarial Local, a mesma, no ano de 2009, não pode relevar para o endividamento líquido da autarquia considerando que os seus activos são superiores aos passivos, atendendo a que, de acordo com o disposto no n.º 5 do art.º 32 da Lei n.º 53-F/2006 de 29 de Dezembro de 2006, alterado pela Lei de Orçamento de Estado de 2009, em caso de incumprimento das regras do equilíbrio das contas, a contribuição das entidades que integram o sector empresarial local não pode originar uma diminuição do endividamento líquido total do município.